



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

TAÍS DIAS DE MORAES

**TRANSFORMAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS E POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA MULHERES NA PERSPECTIVA DA FEMINIZAÇÃO DA
POBREZA NO BRASIL (1995-2015).**

CAMPINAS

2020

TAÍS DIAS DE MORAES

**TRANSFORMAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS E POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA MULHERES NA PERSPECTIVA DA FEMINIZAÇÃO DA
POBREZA NO BRASIL (1995-2015).**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação da doutoranda Taciana Santos de Souza.

CAMPINAS

2020

AGRADECIMENTOS

Na construção desta monografia – além da instituição de ensino a qual frequentei e os professores que nela me ajudaram a me formar e entender a maneira que a sociedade se organiza – foi fundamental o apoio de muitas pessoas: meus pais, que me deram toda a estrutura e apoio pra frequentar uma universidade pública; minhas amigas e companheiras de luta, que são minha rede diária de apoio; meus professores de geografia e literatura do colégio, que me mostraram todo um mundo fora daquela realidade limitada conhecida; e minha orientadora Taciana, pelo incentivo, apoio e confiança desde o primeiro trabalho de graduação realizado.

Se hoje tenho espaço e oportunidades, é graças às mulheres que me precederam e que bravamente lutaram por direitos que hoje usufruo. Cabe a mim, então, honrá-las, lutando por aquelas que não tem voz e àquelas que ainda virão.

RESUMO

Este trabalho estuda as contradições socioeconômicas existentes entre a diferenciação de gênero, trazendo uma análise quantitativa e qualitativa dos Domicílios Chefiados por Mulheres (DCMs) como variável chave para o entendimento da Feminização da Pobreza (FP) no Brasil. Desse modo, a questão que norteia o trabalho é a magnitude e as características da situação de pobreza e vulnerabilidade dos DCMs, tal como a influência das condições socioeconômicas da mulher na transmissão intergeracional da pobreza, em meio a transformações no cenário político-econômico brasileiro e a presença, ou não, de políticas e programas sociais durante os mandatos presidenciais do período (FHC, Lula e Dilma). Por meio de análises quantitativas dos dados da PNAD e de pesquisa teórica acerca desse tema, o estudo constatou que, no Brasil, políticas de caráter neoliberal intensificaram, no período, a reprodução da vulnerabilidade das mulheres e dos domicílios chefiados por elas, não apenas na questão do rendimento, mas também em relação às estruturas que permitam qualidade de vida. Além disso, as políticas consideradas desenvolvimentistas, ainda que tenham representado certos avanços, não apresentaram mudanças significativas, tendo em vista os limites de atuação dos Estados periféricos frente ao contexto de globalização e de "capitalismo neoliberal". Conclui-se, portanto, que, mesmo em um período caracterizado por relativa estabilidade e crescimento econômico na história recente da redemocratização brasileira, as mulheres e suas famílias continuaram em posição mais vulnerável, seja pela falta de uma inserção feminina plena no mercado de trabalho ou pela reprodução continuada da exclusão social de mulheres pobres e da população negra por meio de políticas restritivas.

Palavras-chaves: feminização da pobreza; transmissão intergeracional da pobreza; domicílios chefiados por mulheres; políticas públicas para mulheres pobres; transformações político-econômicas brasileiras; mulheres e neoliberalismo.

ABSTRACT

This research proposes to offer a study of the socioeconomic contradictions between gender, by analyzing quantitatively and qualitatively the Households Headed by Women as a key variable for the understanding of Feminization of Poverty (FP) in Brazil. Thus, the question that guides the work is the magnitude and characteristics of the situation of poverty and vulnerability of these households, as well as the influence of the socioeconomic conditions of women in the intergenerational transmission of poverty within transformations in the Brazilian political-economic scenario and the presence, or not, of social policies and programs during the presidential terms of the period (FHC, Lula and Dilma). Through quantitative analysis of PNAD data and theoretical research on this topic, the study found that, in Brazil, neoliberal policies intensified, during the period, the reproduction of the vulnerability of women and the households headed by them, not only in income, but also in relation to structures that allow quality of life. However, even though policies considered developmental have represented certain advances in this range, they have not shown significant changes due to the restrictive action of peripheral states in the face of a context of globalization and "neoliberal capitalism". In other words, even in a period characterized by relative stability and economic growth, in the recent history of redemocratization in Brazil, women and their families remained in a more vulnerable position, whether due to the lack of full female insertion in the labor market or the continued reproduction of social exclusion of poor women and black population through restrictive policies.

Keywords: feminization of poverty; intergenerational transmission of poverty; female-headed households; Brazilian political-economic transformations; women and neoliberalism.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Proporção da renda domiciliar <i>per capita</i> dos domicílios, segundo sexo do chefe de famílias, em relação à média do total da população - Brasil, 1995 a 2015.	18
Gráfico 2 - Jornada Média Total de Trabalho da População Ocupada de 16 anos ou mais de idade, por Sexo - Brasil, 2001 a 2015.	19
Gráfico 3 - Rendimento Médio Mensal no Trabalho Principal da População Ocupada de 16 anos ou mais de idade, por Sexo – Brasil, 1995 a 2015.....	20
Gráfico 4 - Famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça da chefe de família - Brasil, 1995-2015.	46
Gráfico 5 - Proporção de famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça da chefe de família - Brasil, 1995 a 2015.	48
Gráfico 6 - Distribuição percentual da população masculina ocupada com 16 anos ou mais de idade, segundo posição na ocupação - Brasil, 1995 a 2015.....	49
Gráfico 7 - Distribuição percentual da população feminina ocupada com 16 anos ou mais de idade, segundo posição na ocupação - Brasil, 1995 a 2015.....	50
Gráfico 8 - Proporção de Trabalhadores/as Domésticos/as no Total de Ocupados, por Sexo- Brasil e Regiões, 1995 a 2015.	52
Gráfico 9 - Rendimento Médio Mensal das Trabalhadoras Domésticas, segundo Posse de Carteira Assinada - Brasil, 1995 a 2015.	53
Gráfico 10 - Rendimento Médio Mensal no Trabalho Principal da População Ocupada de 16 anos ou mais de idade, por Sexo – Brasil, 1995 a 2015.....	53
Gráfico 11 - Rendimento Médio Mensal no Trabalho Principal da População Ocupada de 16 anos ou mais de idade, do sexo feminino, segundo Cor/Raça - Brasil e Regiões, 1995 a 2015.....	54
Gráfico 12 - Distribuição Percentual dos Domicílios Chefiados por Trabalhadoras Domésticas, segundo Situação de Pobreza - Brasil, 1995 a 2015.....	54
Gráfico 13 - Distribuição Percentual dos Domicílios Chefiados por Trabalhadoras Domésticas, segundo Situação de Pobreza - Brasil, 1995 a 2015.....	55
Gráfico 14 - Proporção da Renda da Trabalhadora Doméstica na Renda Mensal Domiciliar, segundo Cor/Raça - Brasil, 1995 a 2015	55
Gráfico 15 - Proporção da Renda das Mulheres na Renda Mensal Familiar, segundo Cor/Raça - Brasil e Regiões, 1995 a 2015.....	57
Gráfico 16 - Distribuição percentual das famílias por sexo do chefe de família, segundo faixa de renda familiar per capita - Brasil, 1995 a 2015.....	58
Gráfico 17 - Renda domiciliar per capita média por sexo dos/as chefes de família - Brasil, 1995 a 2015.....	60
Gráfico 18 - Diferença em pontos percentuais entre a renda per capita média dos/as chefes de famílias em relação a total - Brasil, 1995 a 2015	61
Gráfico 19 - Diferença percentual entre a renda per capita média dos chefes de famílias brancos e das chefes de família negras em relação a total - Brasil, 1995 a 2015	62
Gráfico 20 - Média da Renda de Transferências (Aposentadoria, Pensão, Abono Permanência, Doação de Não Morador), por sexo do chefe de domicílio - Brasil, 1995 a 2015	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição percentual das famílias, segundo cor/raça e gênero do chefe de família e faixa de renda familiar per capita - Brasil, 1995 a 2015	59
---	----

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	3
RESUMO	5
ABSTRACT.....	6
LISTA DE GRÁFICOS.....	7
LISTA DE TABELAS.....	8
INTRODUÇÃO	10
i) FEMINIZAÇÃO DA POBREZA.....	10
ii) TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA POBREZA	14
iii) DOMICÍLIOS CHEFIADOS POR MULHERES.....	15
iv) JUSTIFICATIVA	18
v) HIPÓTESE	23
vi) OBJETIVOS	24
MÉTODOS.....	26
CAPÍTULO 1 - TRANSFORMAÇÕES DA CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1995 A 2015	29
1.1. GOVERNO FHC.....	29
1.2. GOVERNO LULA	35
1.3. GOVERNO DILMA.....	41
CAPÍTULO 2 - ANÁLISE QUANTITATIVA DAS VARIÁVEIS SOCIAIS E ECONÔMICAS ACERCA DA FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL, ENTRE 1995 E 2015.....	46
2.1. TRABALHO	48
2.2. RENDA	56
CAPÍTULO 3 - A PROBLEMÁTICA DAS POLÍTICAS SOCIAIS E DOS EFEITOS DO NEOLIBERALISMO NA SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS CHEFIADOS POR MULHERES	64
3.1. O NEOLIBERALISMO E A AUSTERIDADE	66
3.2. POLÍTICAS SOCIAIS.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

Introdução

Este capítulo visa introduzir o tema acerca da feminização da pobreza e do uso dos Domicílios Chefiados por Mulheres como variável deste tema. Cabe aqui também a discussão da transmissão intergeracional da pobreza, aspecto importante para a reprodução da vulnerabilidade desse grupo da população. Em seguida, é proposta uma breve discussão a respeito das condições básicas de vida dessas famílias chefiadas por mulheres e como isso se configura em vulnerabilidade e consequente justificativa para o estudo mais abrangente e crítico do tema. A reprodução das condições de vida dentro do sistema político e social, mais especificamente o brasileiro, leva a hipótese de que políticas de caráter neoliberal e o desmantelamento do Estado e seus aparatos agrava a situação de grupo populacional. Por fim, dada toda essa discussão se esboça os objetivos dessa pesquisa, tanto principais como associados, por entender a complexidade e importância de tal cenário.

i) Feminização da Pobreza

Quando confrontadas as situações de gênero, observa-se que as mulheres tendem a estar em uma situação desvantajosa. Segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), nos dias atuais, há mais mulheres em condições de pobreza do que homens, e essa sobre-representação vêm aumentando na última década.

A feminização da pobreza, conceito introduzido pela estadunidense Diane Pearce em artigo publicado em 1978, é entendida como um fenômeno no qual as mulheres vêm, ao longo do tempo, se tornando mais pobres do que os homens. Pearce atribuiu este fenômeno ao aumento no número de famílias pobres chefiadas por mulher.

De acordo com Pearce (1978), a feminização da pobreza deve ser entendida e analisada sobre dois aspectos: as fontes de renda e os resultados das políticas públicas de redução da pobreza. As fontes de renda, por sua vez, são categorizadas em: (a) salarial; (b) transferência privada, em caso de pensão alimentícia; (c) transferência pública, que pode ser de dois tipos: seguridade social, como licença e aposentadoria; e políticas públicas do Estado, como programas de redução da pobreza. Na opinião de Pearce, a questão em torno das políticas públicas é verificar se tais políticas auxiliam na superação da situação de extrema pobreza das mulheres chefes de família ou se acabam por perpetuá-la (NOVELLINO, 2008). Através de dados a respeito das diferentes fontes de renda, assim como sobre as características das mulheres chefes de família, a autora vai procurar comprovar a existência desse fenômeno nos Estados Unidos.

Em relação à renda salarial, Pearce, tendo como base dados extraídos de uma série de pesquisas de censos e de amostras realizadas nos Estados Unidos nos anos 1970, inferiu que, mesmo com uma maior participação no mercado de trabalho, a renda das mulheres ainda era inferior a dos homens, principalmente por se ocuparem, em sua grande maioria, com atividades que exigiam pouco ou nenhum tipo de treinamento profissional, concentrando-se, assim, em um restrito número de ocupações de baixa remuneração. Isso, para a autora, seria consequência de características da força de trabalho feminina, como o caráter temporário, de dedicação parcial e informal, devido ao fato de que o compromisso principal das mulheres chefes de família não era com atividades produtivas, mas com suas funções reprodutivas, ou seja, cuidar de seus filhos. Nesse sentido, o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1984 contribui para a observação da situação desvantajosa das mulheres ao afirmar que a distribuição do tempo – assim como as relações de poder, saúde e escolaridade – pode ser variável muito mais importante para se medir a qualidade de vida entre homens e mulheres do que somente o rendimento, uma vez que as mulheres trabalham durante mais horas do que os homens, em condições mais precárias e, na média, pelo menos metade do tempo delas é gasto em atividades não remuneradas, como aquelas de caráter doméstico.

A transferência privada, por sua vez, diz respeito à transferência de renda dos homens para os seus filhos sob a guarda de suas mães, estas consideradas as mulheres chefes por Pearce. Entretanto, pesquisas apresentadas pela autora indicavam que a maior parte das mulheres chefes pobres não recebiam qualquer transferência, ou porque os pais de seus filhos não estavam acessíveis, isto é, tomaram direção ignorada, ou porque lhes faltava recursos para sustentar uma nova família e, ao mesmo tempo, a antiga, ou seja, não pagavam pensão devido à sua própria pobreza. Além disso, na realidade brasileira, dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base no Censo Escolar de 2011, apontam que há 5,5 milhões de crianças brasileiras sem o nome do pai na certidão de nascimento, o que dificulta, ou até impossibilita, questões legais como pensões alimentícias, deixando a criança em posição de maior vulnerabilidade.

Já a transferência pública inclui toda a renda não-salarial recebida do Estado, podendo ser de dois tipos: (a) consequência da participação na força de trabalho (seguridade social: seguro-desemprego, pensão, licença); e (b) programas de renda mínima. A pesquisa de Pearce, segundo os dados para os Estados Unidos, aponta que as mulheres estavam subrepresentadas entre os beneficiários de seguridade social, mais ainda em relação ao valor recebido. Além disso, também estavam subrepresentadas no seguro desemprego, uma vez que certas ocupações majoritariamente exercidas por mulheres, como o trabalho doméstico, estavam excluídas deste benefício.

Os estudos que se seguiram ao de Pearce nas décadas de 1980 e 1990 até os anos 2000 também tomavam chefia feminina de domicílio como indicador de pobreza e procuravam demonstrar que os domicílios chefiados por mulher eram mais pobres ou, pelo menos, mais vulneráveis, como uma consequência de uma série de características próprias às mulheres, as mesmas apontadas por Pearce. Estes estudos se estenderam com o estímulo e apoio de organismos internacionais aos países em desenvolvimento, com o objetivo de orientar as ações públicas voltadas para a redução da pobreza.

Entre eles se destaca o trabalho de Buvinic e Gupta (1994) no qual foram observados os seguintes aspectos: metodologia, definição de chefia feminina e os resultados obtidos no que diz respeito à hipótese dos domicílios chefiados por mulheres serem mais pobres que outros tipos de domicílio, além das consequências da chefia feminina para os filhos. Por meio dos 65 estudos que esse trabalho englobava, Buvinic e Gupta defendem a implementação de políticas públicas para mulheres chefes de domicílio ou família, pois, segundo elas, a chefia feminina e pobreza estão fortemente correlacionadas em países em desenvolvimento; e tomar como alvo chefia feminina pode reduzir a pobreza das mulheres com grande benefício para seus filhos, mais do que se poderia obter se fosse tomada como alvo as famílias chefiadas por homem com a mesma quantidade de recursos (BUVINIC E GUPTA, 1994).

Entre os vários estudos empíricos realizados em países da América Latina, Caribe, Ásia e Europa Ocidental que Novellino analisa, a autora destaca o de Rogers (1995) que, ao analisar os dados para a República Dominicana, concluiu que, neste país, os domicílios chefiados por mulher não eram mais pobres que aqueles chefiados por homens, porém, como os primeiros eram muito mais dependentes de transferência e doações, poder-se-ia afirmar que eles eram bem mais vulneráveis economicamente do que os segundos (NOVELLINO, 2008).

Em relação aos estudos sobre feminização da pobreza no Brasil, Carmen Barroso apresentou em 1978, mesmo ano do artigo de Pearce, “Sozinhas ou mal acompanhadas – a situação das mulheres chefes de família” no I Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. No artigo, associou o aumento da proporção de famílias chefiadas por mulher e o fenômeno das mulheres estarem se tornando mais pobres que os homens (em nenhum momento do texto usou o termo ‘feminização da pobreza’). As conclusões apresentadas pela autora trouxeram a problemática estadunidense apresentada por Pearce (1978) para a realidade brasileira, ou seja, as dificuldades vividas pelas mulheres pobres que se separam de seus maridos ou companheiros, ou que nunca os tiveram, em manter seus filhos e a si mesmas, como resultado de uma menor e pior participação na força de

trabalho. Nessa pesquisa, ao utilizar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), chamou a atenção para os seguintes resultados obtidos: (a) quase metade das mulheres chefes tinham 50 anos ou mais; (b) seu nível de instrução era bem mais baixo do que o dos homens; (c) menos da metade das mulheres chefes eram economicamente ativas; (d) menos de 20% recebiam pensão ou aposentadoria; (e) os rendimentos das mulheres eram muito mais baixos que o dos homens.

Já Castro (2001) observou a feminização da pobreza em cenário neoliberal, no contexto do mercado de trabalho e de políticas públicas de emprego ativas (medidas direcionadas à elevação da quantidade de postos de trabalho) ou compensatórias, como treinamento e renda-mínima. O uso da ideia de feminização da pobreza, segundo ela, era utilizada para justificar medidas normativas compensatórias, as quais elegem um grupo restrito de beneficiários, deixando de fora uma larga faixa da população em condição semelhante.

Lena Lavinas (1996), por sua vez, concluiu que as diferenças salariais entre mulheres e homens estavam diminuindo, porém, havia uma ampliação do desnível de renda entre as mulheres. Ao comparar mulheres pobres e não-pobres, procurando medir a desigualdade entre as mulheres economicamente ativas, chegou à conclusão de que a taxa de atividade, assim como a jornada de trabalho, são maiores para as mulheres, sejam pobres ou não-pobres. Já o desemprego é maior entre os pobres, independente de gênero, assim como a falta de carteira assinada.

Dessa forma, Lena Lavinas e Mary Castro são exemplos de pesquisadoras que defendem políticas públicas mais universalistas, que procurem reduzir a pobreza de todos e não de grupos específicos. No entanto, elas deixam claro no decorrer de seus textos que há diferenciações entre gêneros, as quais devem ser analisadas e consideradas na projeção e implementação de programas governamentais.

No trabalho de Novellino (2002), foram utilizados dados da PNAD de 1992 e 1999, categorizando os chefes em ‘com cônjuge’ e ‘sem cônjuge’ e considerando idade, escolaridade, raça, participação na força de trabalho, número de filhos residentes no domicílio, assim como a participação dos filhos na escola e no mercado de trabalho. Dessa forma, a autora comparou as duas categorias de maior proporção: mulher chefe sem cônjuge e homem chefe com cônjuge. Foi possível inferir que nos domicílios chefiados por mulheres da primeira categoria tinham rendimento menor do que nos domicílios chefiados por homens da segunda categoria. Entretanto, comparou também os dados obtidos para as quatro categorias e pode inferir que a situação dos homens chefes sem cônjuge, mesmo

que a proporção de domicílios pobres com chefia masculina sem cônjuge e de chefia feminina com cônjuge sejam muito pequenas, é a pior entre todas as categorias. Entretanto, Novellino conclui em suas considerações finais do trabalho de 2008, “Chefia feminina de domicílio como indicador de feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres pobres”, que os estudos sobre feminização da pobreza desde a sua origem associam este fenômeno ao aumento na proporção de domicílios chefiados por mulher. A partir de análise de dados dos Censos Demográficos para o Brasil, há a confirmação dessa associação; portanto, justificar-se-ia a implementação de políticas públicas dirigidas para mulheres chefes e seus filhos (NOVELLINO, 2008).

ii) Transmissão Intergeracional da Pobreza

De acordo com Garfinkel e McLanahan (1986), famílias chefiadas por mulheres têm maior probabilidade de serem pobres ou de vivenciarem mudanças drásticas em sua renda do que outras famílias; além disso, os filhos de mães solteiras têm menor probabilidade de alcançar melhores postos profissionais como adultos do que aqueles criados em famílias nucleares, daí parte o conceito de transmissão intergeracional da pobreza.

A transmissão intergeracional da pobreza é entendida por Novellino e Belchior (2008) como uma consequência da ausência de investimentos adequados como educação, saúde e alimentação dos filhos por seus pais de modo que possam superar as condições de renda e de consumo durante a infância e sair da condição de pobreza. Esses autores ainda entendem que o motivo dessa ausência de investimentos depende de muitos fatores, entre eles número de filhos, assim como educação e, principalmente, renda dos próprios pais. Sendo a condição econômica e social dos DCMs muitas vezes vulnerável, essa acaba passando para as próximas gerações persistindo na transmissão da pobreza. O nível educacional das mães muitas vezes determina o nível educacional dos filhos, como mostrou o estudo Mobilidade Sócio Ocupacional, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 2014), uma vez que mães mais educadas podem dar melhor estrutura, apoio e motivação para seus filhos. Sendo assim, a transmissão intergeracional da pobreza deve levar em consideração aspectos como o perfil social das chefes de família e as condições de saúde, alimentação e escolaridade dos DCMs (NOVELLINO; BELCHIOR, 2008).

De acordo com Barros, Fox e Mendonça (1997), a situação das crianças e adolescentes dos domicílios de chefia feminina é pior do que aqueles de outros tipos de domicílio. Usando como indicadores a participação na escola e no mercado de trabalho, os autores verificaram que as crianças e adolescentes de domicílios de chefia feminina têm uma maior probabilidade de estarem fora da escola

e de estarem participando do mercado de trabalho. Os autores sugerem, então, que políticas públicas deveriam intervir no sentido de combater a discriminação salarial e a segregação ocupacional. Sugerem também intervenções específicas para as crianças de modo que elas venham a participar mais da escola e não comprometam seu futuro, reproduzindo o baixo nível de escolaridade de suas mães.

Por fim, em entrevista com a assistente social Jane Valente¹, responsável por projetos como o da Primeira Infância e Famílias Acolhedoras no município de Campinas, ficou claro que, em uma abordagem micro e empírica sobre o contexto da população de baixa renda e de vulnerabilidade social, as famílias chefiadas por mulheres se encontram em situação desvantajosa se comparadas com a realidade dos domicílios chefiados por homens. O fato de terem menor rendimento e trabalharem por mais horas e em condições mais precárias, faz com que as mulheres como chefes de família disponham de menos estruturas financeiras e sociais para possibilitar a superação da pobreza ou melhora da qualidade de vida aos seus filhos. A falta de creches, de pensões alimentícias, estrutura de saúde e alimentação também interferem ainda mais para que as mulheres não disponham, por exemplo, tempo para se dedicar ao acompanhamento de seus filhos na escola ou de proporcionarem atividades que contribuam para o desenvolvimento da criança em aspectos inclusive cognitivos e de comunicação, principalmente nos primeiros anos de vida (informações verbais). Assim, a transmissão intergeracional da pobreza pode ser também observada empiricamente, sendo um resultado tanto de dificuldades financeiras da mulher chefe, quanto de tempo e estrutura social, aspectos que se relacionam e se intensificam mutuamente.

iii) Domicílios Chefiados por Mulheres

Dada a discussão acerca da feminização e da transmissão intergeracional da pobreza, domicílios chefiados por mulheres tornaram-se objeto de estudos devido ao acúmulo de evidências de que eles estavam entre os domicílios mais pobres e de que seu número vinha aumentando ao longo dos anos. De acordo com Garfinkel e McLanahan (1986), famílias chefiadas por mulheres têm maior probabilidade de serem pobres ou de vivenciarem mudanças drásticas em sua renda do que outras famílias; além disso, os filhos de mães solteiras têm menor probabilidade de alcançar melhores postos profissionais como adultos do que aqueles criados em famílias nucleares, daí parte o conceito de transmissão intergeracional da pobreza.

¹ Informações obtidas pela assistente social Jane Valente, em entrevista realizada pela pesquisadora em 5 de julho de 2018.

Entretanto, Novellino (2008) apresenta um problema importante que diz respeito à análise da chefia: o fato de que a definição típica dos censos e pesquisas amostrais para chefia de domicílio foi criada pelas necessidades da implementação dessas pesquisas, a fim de atribuir uma pessoa de referência e evitar dupla contagem, e não por um propósito analítico, ou seja, a chefia autodeclarada sem uma clara definição a priori. Nesse sentido, Fuwa (2000) categoriza os usos de “domicílios chefiados por mulher” para análise social: (a) chefia autodeclarada, em geral identifica domicílios de chefia feminina onde não há presença de outro adulto do sexo masculino; (b) definição puramente demográfica, separa-se chefia feminina de facto e de jure, na qual a primeira há ausência de um homem chefe, mas que sustenta economicamente o domicílio por meio de remessa de dinheiro, e a segunda são os domicílios onde a mulher chefe realmente não tem parceiro, sendo viúvas, solteiras ou separadas; (c) definições econômicas, o chefe é definido como aquele que tem uma maior renda ou que mais contribui, proporcionalmente, com a sua renda, ou ainda aquele que mais contribui em termos de horas gastas no mercado de trabalho e no domicílio, excluindo funções reprodutivas.

Por esse motivo, é preciso problematizar o uso dessa variável. Como dito, não segue um padrão rigoroso para a determinação da chefia dos domicílios justamente por ser autodeclarada, o que é o caso dos dados apresentados pelo PNAD e que são usados nessa pesquisa. Inclusive, muitos cadastros, como o Cadastro Único do Governo Federal, podem estar com dados enviesados em relação a chefia feminina devido à orientação dada pelos órgãos às mulheres no sentido de que sejam cadastradas como as responsáveis pelo domicílio. Por isso, foram usados dados principalmente dos domicílios chefiados por mulheres do tipo de arranjo familiar “mulher com filhos”.

Por mais, mesmo que ciente de prováveis “erros” em tal categorização – dado que, por exemplo, uma mulher pode não se considerar chefe de família mesmo sendo por definições econômicas ou ainda se considerar chefe de família frente à ausência de um homem chefe, mas que sustenta economicamente o domicílio – é importante ressaltar que a grande maioria dos domicílios chefiados por mulheres são compostos por mães com filhos e sem cônjuge. Ademais, mesmo que haja um homem não presente no domicílio e que sustente economicamente o mesmo via remessa de dinheiro, como por meio de pensões alimentícias, ainda é, no geral, a mulher que mais contribuiu em termos de horas gastas no próprio domicílio, tanto com tarefas domésticas como a criação dos filhos e funções reprodutivas, ou seja, não se pode restringir a análise apenas ao montante de recursos financeiros do domicílio, já que, como será especificado mais adiante, há muitos outros fatores que influem tanto na jornada de trabalho quanto na vulnerabilidade social e econômica.

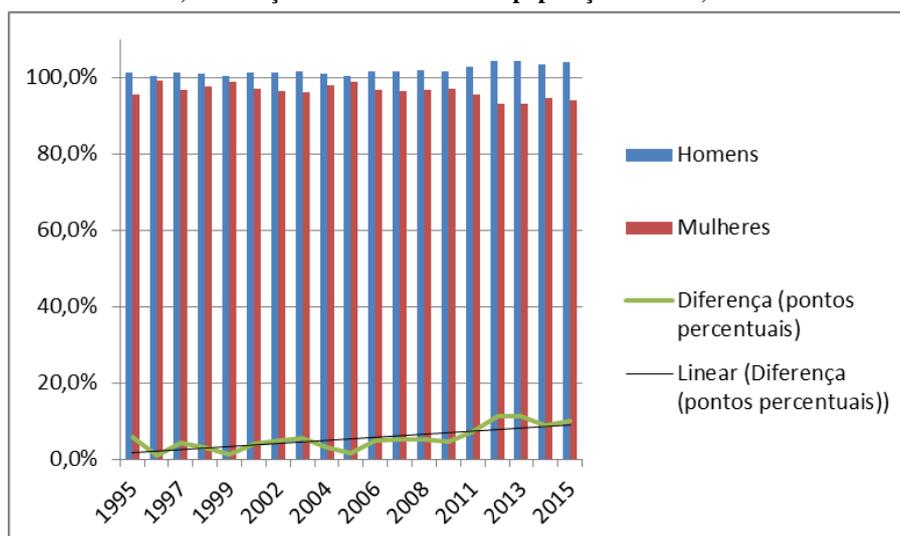
Em conclusão, apesar de não se saber ao certo quais os critérios adotados pelas famílias para identificarem quem é o/a chefe, o aumento de domicílios chefiados por mulheres certamente indica mudanças no padrão de comportamento das famílias brasileiras. Ao longo dos últimos anos (1995-2009), a proporção de mulheres chefes de família aumentou mais de 10 pontos percentuais. Esta proporção passou de 22,9%, em 1995, para 35,2% no ano de 2009. Isso significa que temos 21,7 milhões de famílias chefiadas por mulheres.

Dessa forma, a Iniciação Científica precedente fez uso dessa variável de forma crítica e se fez completa com resultados significantes acerca desse tema. As mulheres, como um todo, tendem a estar em uma situação desvantajosa, inclusive com sobre-representação da pobreza, principalmente nos últimos anos, já que apresentam distribuição percentual maior na categoria mais baixa de situação de pobreza (menos de 1/4 de salário mínimo) e menor representação na categoria mais alta (mais de 1/2 SM), por mais, ambas essas diferenças têm aumentado a partir de 2008.

Se a situação da mulher, como um todo, tende a ser mais vulnerável em relação aos homens, os domicílios chefiados por elas não diferem. Dos domicílios chefiados por mulheres considerados, aqueles configurados por mulher com filhos, há evidências apresentadas na pesquisa dos mesmos estarem entre os mais pobres do Brasil, com seu número aumentando ao longo dos anos. Ademais, o número de DCMs negras tem crescido em relação àqueles chefiados por mulheres brancas, algo importante a se considerar, dado que aquelas são o grupo com menor rendimento médio do Brasil. Os dados de rendimento de 2009 mostram que a renda domiciliar *per capita* média de uma família chefiada por um homem branco era de R\$ 997, ao passo que a renda média numa família chefiada por uma mulher negra era de apenas de R\$ 491. Do mesmo modo, enquanto 69% das famílias chefiadas por mulheres negras ganham até um salário mínimo, este percentual cai para 41% quando se trata de famílias chefiadas por homens brancos (PINHEIRO, 2011).

Por mais, mesmo em um movimento geral de relativa melhora na distribuição de renda no período, o crescimento da renda *per capita* de domicílios chefiados por mulheres é menor, mostrando uma melhor condição dos domicílios chefiados por homens quanto a recursos financeiros. No mesmo sentido, a diferença percentual entre a renda domiciliar *per capita* média da população e a renda dos chefes de família (homens e mulheres) tem aumento em favor do sexo masculino, sendo que, em 2013, essa diferença atingiu seu ápice com 11,4%, como mostra o Gráfico 1. Se, no início do período, em 1995, a diferença média da renda *per capita* entre esses dois tipos de domicílios era de R\$53,7, em 2015, era de R\$ 124,6.

Gráfico 1 - Proporção da renda domiciliar *per capita* dos domicílios, segundo sexo do chefe de famílias, em relação à média do total da população - Brasil, 1995 a 2015*.



*dados deflacionados com base no INPC, período de referência set./2015.

Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria (Relatório final de IC precedente)

iv) Justificativa

Como apresentado no Relatório Final da Iniciação Científica precedente, mulheres, como um todo, tendem a estar em uma situação desvantajosa, inclusive com sobre-representação da pobreza, principalmente nos últimos anos, já que apresentam distribuição percentual maior na categoria mais baixa de situação de pobreza (menos de 1/4 de salário mínimo) e menor representação na categoria mais alta (mais de 1/2 SM).

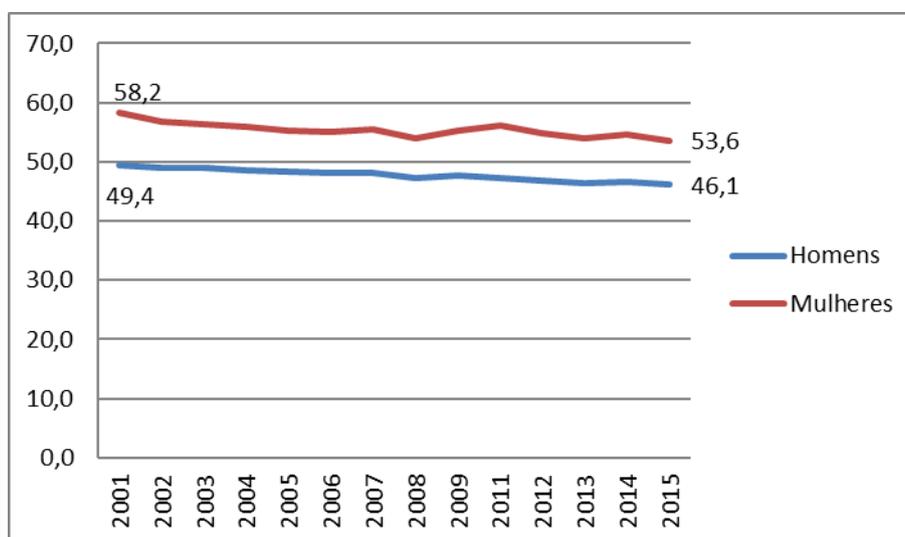
Se a situação da mulher, como um todo, tende a ser mais vulnerável em relação aos homens, os domicílios chefiados por elas não diferem. Dos domicílios chefiados por mulheres considerados, aqueles configurados por mulher com filhos, há evidências de estarem entre os mais pobres do Brasil, com seu número aumentando ao longo dos anos. Ademais, o número de DCMs negras tem crescido em relação àqueles chefiados por mulheres brancas, algo importante a se considerar, dado que aquelas são o grupo com menor rendimento médio do Brasil.

Grande parte das famílias chefiadas por mulheres se encontra na faixa mais baixa de renda per capita e mesmo que os dados mostrem que há uma significativa melhora na renda das mulheres chefes de família se comparada àquela dos domicílios chefiados por homens há ainda desigualdade significativa. Ou seja, em um movimento geral de relativa melhora na distribuição de renda no período, o crescimento da renda *per capita* de domicílios chefiados por mulheres é menor, mostrando uma melhor condição dos domicílios chefiados por homens quanto a recursos financeiros. Ademais, a

diferença percentual entre a renda domiciliar *per capita* média da população e a renda dos chefes de família (homens e mulheres) tem aumento em favor do sexo masculino.

Dessa forma, constatada tal situação de desvantagem e vulnerabilidade dos DCMs, a questão da transmissão intergeracional da pobreza se coloca. Fica clara a necessidade de atenção maior a esses domicílios, dado que as famílias chefiadas por mulheres têm maior probabilidade de serem pobres ou de vivenciarem mudanças drásticas em sua renda do que outras famílias e seus filhos têm menor probabilidade de alcançar melhores postos profissionais. Além disso, o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1984 contribui para a observação da situação desvantajosa das mulheres ao afirmar que as mulheres trabalham durante mais horas do que os homens, em condições mais precárias e, na média, pelo menos metade do tempo delas é gasto em atividades não remuneradas, como aquelas de caráter doméstico. Dessa forma, como pode ser observada no Gráfico 2, a jornada de trabalho da mulher – soma despendida no trabalho principal e nos afazeres domésticos – é em média 7,6 horas maior do que a jornada de trabalho do homem durante o período entre 2001 e 2015.

Gráfico 2 - Jornada Média Total de Trabalho da População Ocupada de 16 anos ou mais de idade, por Sexo - Brasil, 2001 a 2015.

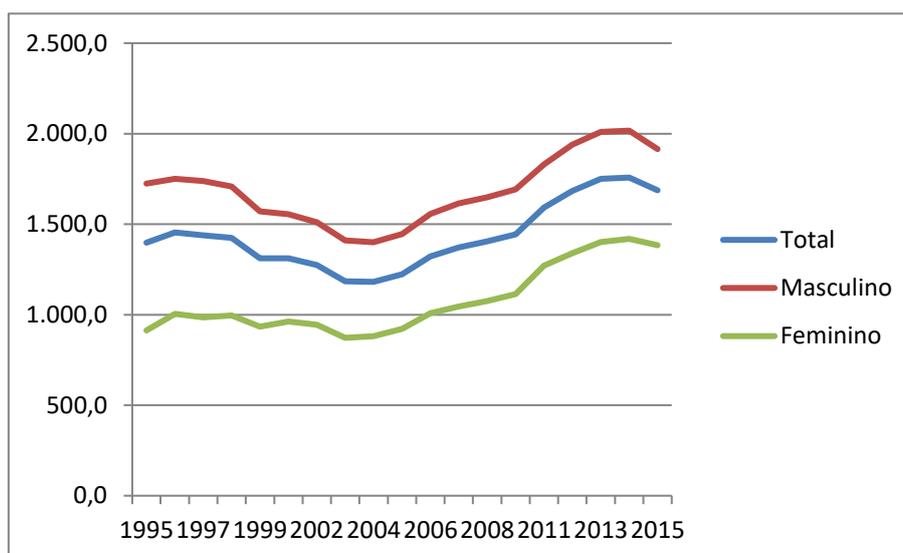


Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria (Relatório final de IC precedente)

Por mais que essa diferença tenha diminuído no período, ainda é muito expressiva, por mostrar claramente que mulheres dedicam mais horas ao trabalho e, ainda, recebem menos. Como mostrado no Gráfico 3, é fácil observar a clara diferença de rendimento entre os sexos. Durante todo o período, a diferença entre o rendimento médio mensal dos homens e das mulheres representa mais de 500 reais em favor do primeiro grupo. Dessa forma, na questão do mercado de trabalho fica claro que a mulher

está em posição desfavorável em relação ao homem, uma vez que ganha menos e trabalha mais, sendo que muitas das atividades e trabalhos domésticos e de reprodução são ocupadas por elas, ou seja, atividades ou sem remuneração ou com remuneração mais baixa (segundo dados da PNAD, em 2012 as mulheres chefes de família ocupavam apenas 22% dos cargos de direção em geral, em relação ao total de chefes de famílias, 52% cargos em serviços não administrativos ou de comércio e apenas 4% dos membros de Forças Armadas).

Gráfico 3 - Rendimento Médio Mensal no Trabalho Principal da População Ocupada de 16 anos ou mais de idade, por Sexo – Brasil, 1995 a 2015.



*dados deflacionados com base no INPC, período de referência set./2015.

Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria (Relatório final de IC precedente)

Portanto, fica clara a vulnerabilidade social e econômica do grupo em questão, que parte de uma relação complexa entre a mulher e a sociedade, por ser fruto de uma série de aspectos de desigualdade e falta de amparo à mãe solteira, principalmente. Por isso, ações com a finalidade de ajudarem essas chefes de família a superar a pobreza devem ser amplas e trabalhar em diversas frentes. A complexidade desse trabalho, entretanto, não deve ser entendida como um obstáculo para as políticas públicas trabalharem nesse sentido, mas sim como uma constatação da necessidade de amparo para tais domicílios. Não é possível superar a pobreza brasileira sem considerar as dificuldades das mulheres chefes de famílias, e não é possível sobrepujar tais dificuldades sem reconhecer toda a estrutura de desigualdade que engloba esse grupo da população brasileira.

Ou seja, é evidente a necessidade de atenção maior aos domicílios chefiados por mulheres, dado que essas famílias têm maior probabilidade de serem pobres ou de vivenciarem mudanças drásticas em sua renda do que outras famílias e seus filhos têm menor probabilidade de alcançar melhores postos profissionais. Dessa forma, as transformações político-econômicas brasileiras afetam diretamente

esses domicílios tão vulneráveis à pobreza, justificando-se assim a necessidade de um estudo mais atendo nesse sentido.

Entretanto, estudos realizados no Brasil a respeito da feminização da pobreza e transmissão intergeracional da pobreza, apesar de apresentarem análises e informações importantes, não levam em conta o contexto e a conjuntura macro em que essas famílias estão inseridas. Dessa forma, a proposta é oferecer uma análise quanto às estruturas em que tais questões estão inseridas no Brasil, estas, por sua vez, serão estudadas a partir das políticas públicas e do papel do governo na fomentação, auxílio ou até mesmo acentuação da pobreza e vulnerabilidade dessas famílias.

Por isso, propõe-se estudar a questão da feminização da pobreza, assunto essencial para se tratar da discussão da superação ou ao menos amenização da pobreza no Brasil, considerando o contexto político-econômico que se coloca na sociedade brasileira, já que, no mesmo sentido que Moreno (2017), é entendido que o papel do Estado e suas políticas são um aspecto central para a questão da mulher na economia brasileira.

O período escolhido para a análise de tais fenômenos merece destaque pelo fato de terem ocorrido importantes mudanças políticas, sociais e econômicas no país, com relativa estabilidade e crescimento econômico após a redemocratização com a Constituição de 1988. Em 1995, Fernando Henrique Cardoso toma posse como presidente do Brasil, buscando principalmente uma estabilização da economia brasileira com a consolidação do Plano Real e inaugurando uma série de políticas neoliberais, como os programas de privatizações e avanços de abertura comercial. Já a década de 2000 inaugura a retomada de uma preocupação maior com a proteção social, com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), a partir de programas sociais que tiveram importantes resultados no crescimento econômico, na distribuição de renda e nos indicadores sociais.

A questão dos efeitos da política econômica e social se coloca ainda mais cara no momento atual. Pelo Brasil ter recentemente passado por uma interrupção de um governo eleito por voto direto (governo Dilma) – seguido de um mandato (Temer) altamente impopular – e a última eleição, de 2018, ter inflamado ainda mais a discussão a respeito de políticas públicas – assim como trouxe ainda mais forte a pauta do feminismo –, se coloca imprescindível a discussão de como o Estado e suas políticas interferem em um dos grupos mais vulneráveis da economia brasileira: os domicílios chefiados por mulheres.

Então, a pesquisa se delimitou no ano de 2015 porque, após a crise política e econômica – que culminou na interrupção do mandato da presidenta Dilma –, o Brasil começa a enfrentar uma reviravolta no cenário político e, conseqüentemente, econômico, representando o fim do crescimento e da melhora dos indicadores sociais. Esse novo período traz uma série de outras discussões muito complexas da conjuntura dos próximos governos e que não cabem no recorte desta pesquisa.

A delimitação do período em questão é importante porque foi possível mostrar que mesmo em um cenário de relativa estabilização e crescimento econômico, a situação das mulheres chefes de família, piorou em relação a situação masculina. Ou seja, a escolha do recorte temporal mostra como as mulheres e suas famílias continuam em posição mais vulnerável apesar do cenário econômico mais estável e favorável a uma melhora da igualdade social e econômica. Esta inserção da mulher tanto no mercado de trabalho, quanto na sociedade como um todo, então, deve ser entendida como uma consequência da reprodução de estruturas patriarcais e também racistas da sociedade brasileira, que – conjuntamente com políticas neoliberais – continuam a promover a exclusão social desses grupos mais vulneráveis, mesmo em um cenário de melhora dos indicadores sociais e da distribuição de renda do país.

Por fim, apesar desta pesquisa considerar essencial a perspectiva histórico-estrutural da inserção da mulher no Brasil como parte de uma sociedade patriarcal e racista, não será feita uma abordagem mais detalhada acerca deste tema por representar uma discussão muito complexa que reivindicaria uma série de problemáticas que, apesar de serem importantíssimas para o entendimento da maior vulnerabilidade feminina no país, não faz parte do recorte deste trabalho e necessitam de protagonismo em uma agenda de pesquisa própria. De qualquer forma, entende-se que tanto a colocação da mulher no mercado de trabalho – ao, por exemplo, as atrelar a cargos de trabalho relacionados ao doméstico, aos cuidados ou à área da saúde –, quanto as relações de poder no âmbito doméstico – que se solidificam, por exemplo, na violência contra a mulher e no feminicídio –, são resultados de uma estrutura que vêm se reproduzindo ideológica e economicamente na sociedade brasileira, consolidando a exclusão de minorias sociais, como a população feminina e a população negra.

v) Hipótese

A hipótese do trabalho é que durante o período em que o Brasil foi governado por mandatos neoliberais – mesmo em um cenário macroeconômico de relativa estabilidade e crescimento econômico – houve uma piora na situação das mulheres e dos domicílios chefiados por elas, não apenas na questão do rendimento, mas também em relação a estruturas que permitam qualidade de vida – como distribuição do tempo, igualdade de gêneros e combate à violência contra a mulher – e acesso a serviços básicos – tais quais educação, saúde, transporte e creches para seus filhos. Isso porque, como defende Castro (2001), os programas de privatizações e políticas de flexibilização, típicas da prática neoliberal, afetam níveis de emprego e colaboram para o aumento do desemprego, que atingem mulheres de forma específica, não apenas por serem trabalhadoras, mas também por ser mulheres em famílias trabalhadoras.

Ademais, o dismantelamento dos aparatos do Estado e o corte de cargos públicos afetam as mulheres em grande escala, dado que este é historicamente o grande empregador de mão-de-obra feminina. E mais ainda, pela carga com o trabalho doméstico que as mulheres têm em maior peso, aquelas pertencentes à classe operária sofrem de forma particular com a perda de serviços públicos, como os de saúde, educação e segurança social, tanto para elas quanto para seus filhos. Dessa forma, Castro defende que o neoliberalismo tem que ser discutido também nos termos culturais que amplia a sujeição das trabalhadoras, minando vontades, autoestima e dignidade.

Portanto, nessa visão, a discussão a respeito da superação da pobreza no Brasil deve passar pela defesa das políticas públicas para mulheres pobres, como uma síntese de políticas de combate à pobreza e de gênero, o que significaria oferecer meios para que as mulheres e seus filhos saiam de uma condição de extrema pobreza a qual envolve não apenas renda, mas também acesso a serviços, bem como se comprometer com a luta pela igualdade de direitos e oportunidades para ambos os gêneros. Ou seja, necessidade de políticas ativas e compensatórias que enfrentem o cenário neoliberal e a precarização do mercado do trabalho, por aumentarem a exclusão social no Brasil.

Entretanto, supõe-se também que governos com caráter mais desenvolvimentista não tenham avançado de forma significativa na questão da vulnerabilidade dos DCMs ou da situação da mulher brasileira, dado a restrição da ação dos Estados dos países periféricos para atuar de forma “desenvolvimentista”, em um contexto de globalização e “capitalismo neoliberal” (BOITO, 2013).

vi) Objetivos

O estudo visa compreender as contradições socioeconômicas existentes entre a diferenciação de gênero, trazendo uma análise quantitativa e qualitativa dos domicílios chefiados por mulheres no Brasil, além de apresentar uma discussão a respeito de como a questão do gênero influencia na condição socioeconômica da mulher no Brasil. Desse modo, a questão que norteia o trabalho é a magnitude e características da situação de pobreza e vulnerabilidade dos Domicílios Chefiados por Mulheres, tal como a influência das condições socioeconômicas da mulher na transmissão intergeracional da pobreza, em meio a transformações no cenário político-econômico brasileiro e a presença, ou não, de programas sociais.

Por isso, de acordo com o objetivo associado (1), a questão do neoliberalismo se coloca dada ao ponto de vista de que o processo de informalização da economia, principalmente nos países da periferia, aprofundado com a globalização neoliberal, liga-se à persistência da pobreza entre um setor importante da população, as mulheres (BENERÍA, 2003).

Além disso, entende-se que os avanços sociais, seja por políticas públicas ou programas sociais, são essenciais para que a situação de pobreza e vulnerabilidade da mulher chefe de domicílio e, conseqüentemente, de sua família seja revertida ou, ao menos, amenizada. Por essas razões, um estudo a respeito das políticas e programas sociais adotadas pelos governos do período considerado (1995-2015), assim como propõe o objetivo associado (2), é essencial, de modo também a observar, quantitativamente por meio dos dados da PNAD, como interferiram na situação dos DCMs.

Por mais, em referência ao objetivo associado (3) esse estudo visa comparar os dois cenários nacionais, introduzidos anteriormente, na perspectiva da feminização da pobreza, via análise dos DCMs e estudar, com base em trabalhos como o de Castro (2001) e Moser (1989), a feminização da pobreza em diferentes cenários políticos e as possíveis políticas públicas para mulheres frente à contextualização da realidade brasileira – visto que o Brasil se encontra inserido no contexto internacional e neoliberal de globalização, o que limita a ação de um Estado de país periférico. Para esse fim, serão também considerados textos como o de Boito Jr. & Berringer (2013) e o de Calixtre & Fagnani (2017).

Para atender esses objetivos propostos, o presente estudo foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo abordará as transformações da conjuntura política e econômica brasileira no período entre 1992 e 2015, contemplando, separadamente, os aspectos mais relevantes para a temática dentro

dos três diferentes governos: Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. O segundo capítulo se propõe a analisar quantitativamente o mesmo período, levando em consideração a diferente periodização de cada governo, por meio das variáveis mais relevantes acerca dos Domicílios Chefiados por Mulheres (DCMs) e da Feminização da Pobreza (FP), nos âmbitos da renda, mercado de trabalho e características culturais e econômicas de tais domicílios. O último capítulo busca trazer a problemática dos efeitos do neoliberalismo na situação das mulheres e, conseqüentemente, suas famílias, tanto no aspecto cultural, quanto no aspecto de políticas sociais e econômicas. Por fim, a última seção do terceiro capítulo tem a intenção de discutir brevemente o debate a respeito das políticas públicas e sociais para mulheres em vista de buscar uma diminuição da desigualdade e da vulnerabilidade enfrentadas pela maior parte de suas representantes no Brasil hoje.

Métodos

Qualitativamente, foram utilizadas as definições de DCM e feminização da pobreza da autora Diana Pearce (1978), precursora nos estudos, tal como sua pesquisa a respeito do programa Aid to Families with Dependent Children (1935-1996), e a classificação de Moser a respeito de políticas públicas para mulheres em países “em desenvolvimento” de 1989.

A pesquisa teórica se estendeu para entender os ciclos econômicos brasileiros no período, além da questão do neoliberalismo, objetivo associado (1). Também foi feita uma busca quantitativa das influências que as políticas econômicas e sociais de cada mandato social trazem para a situação dos domicílios chefiados por mulheres, via verificação de melhorias nas condições de renda, educação e serviços públicos para os mesmos, assim como a melhora ou não da situação da mulher chefe de família no mercado de trabalho.

Por mais, o breve estudo proposto a respeito das políticas e programas sociais adotadas pelos governos do período, referente ao objetivo associado (2) também se embasou na bibliografia apresentada anteriormente, de modo a comparar, nesse segundo momento, como a situação da mulher chefe de família se transformou no período.

Por fim, foi proposta uma breve discussão dos modelos de políticas públicas que poderiam melhor contribuir para a amenização da situação de vulnerabilidade e pobreza dos DCMs no Brasil, objetivo (3). Além disso, toda a questão das políticas e programas sociais para mulheres que foi discutida levou como metodologia os princípios e metas apresentados no Plano Nacional de Políticas Para Mulheres (2013-2015) da sec e no "Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 - Igualdade de Gênero" da ONU Brasil, assim como a categorização apresentada por Moser.

Nesse sentido, os impactos das políticas públicas foram avaliados a partir da transmissão intergeracional da pobreza, de forma a observar se houveram impactos nas relações de trabalho, nas instituições ou na estrutura social dos domicílios chefiados por mulheres, que interferem diretamente na questão da transmissão intergeracional da pobreza, chave para análise da feminização da pobreza.

Este estudo considerou importante ainda a situação da mulher no mercado de trabalho. Desse modo, foram analisados os seguintes dados da PNAD entre 1995 e 2015: proporção de trabalhadores/as domésticos/as no total de ocupados, por sexo, segundo cor/raça; proporção de mulheres ocupadas em trabalho doméstico, segundo cor/raça e faixa etária; proporção de trabalhadoras domésticas que

possuem carteira de trabalho assinada, segundo cor/raça; rendimento médio mensal das trabalhadoras domésticas, segundo cor/raça; proporção da renda da trabalhadora doméstica na renda mensal domiciliar, segundo cor/raça; jornada média semanal na ocupação principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo, segundo cor/raça e situação de pobreza; proporção de trabalhadoras domésticas que são chefes de família, por cor/raça, segundo situação de pobreza; e distribuição dos cargos de trabalho no Brasil, tanto privados quanto públicos, entre homens e mulheres chefes de famílias. No mesmo sentido, as condições de trabalho das mulheres serão comparadas com as dos homens, por meio também da revisão das leis trabalhistas, ao comparar diferenças ou desigualdades entre os gêneros. Por mais, como se coloca a questão da ação do Estado, a comparação dessa situação, e da legislação entre o setor público e privado torna-se também importante.

Por motivos de comparação foram usados dados a respeito do rendimento, como rendimento médio mensal no trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo, segundo cor/raça e setor de atividade; e proporção da renda das mulheres na renda mensal familiar, segundo cor/raça. Além da Iniciação Científica, referida anteriormente e concluída em agosto de 2018, que contém análise, dados, tabelas e gráficos quantitativos a respeito da situação das chefes de famílias e seus domicílios.

Foram levados em conta ainda programas sociais como o Bolsa Família e o perfil social das mulheres e homens chefes de família. Para isso foram analisados os seguintes dados da PNAD entre 1995 e 2015: distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres, assim como as chefiadas por homens, segundo cor/raça e faixa de anos de estudo da chefe de família; distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça e condição de atividade e ocupação da chefe de família; distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres e as chefiadas por homens, segundo cor/raça e faixa etária da chefe de família; distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres e as chefiadas por homens, segundo cor/raça da chefe de família e faixa etária dos filhos; e domicílios que recebem recursos do Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, segundo sexo e cor/raça do chefe do domicílio, assim como sua proporção e distribuição percentual. Os resultados quantitativos foram apresentados na forma de gráficos e tabelas, com as devidas explicações.

Por fim, ao analisar esses dados foi feito um paralelo contínuo com a situação política e social brasileira em cada período, pretendendo assim analisar se tais transformações interferem na situação de pobreza e vulnerabilidade dos DCMs e sua magnitude. Além disso, a partir da análise dos dados,

de todas as pesquisas feitas empiricamente e, ainda, tendo toda a bibliografia de embasamento teórico, os resultados obtidos serão interpretados a partir de certos embasamentos teóricos:

- A forma de avaliação do trabalho como um todo levou em conta os seguintes pressupostos, tal como foi analisado e observado em trabalho de iniciação científica precedente, concluído em Agosto de 2018: a existência do fenômeno de transmissão intergeracional da pobreza; participação desigual das mulheres no mercado de trabalho, já que acabam por ocupar subempregos ou empregos relacionados a atividades domésticas, possuindo, assim, uma renda menor; e as relações de poder, saúde, escolaridade e distribuição do tempo, que podem ser variáveis muito mais importantes para se medir a qualidade de vida entre homens e mulheres do que somente o rendimento (uma vez que mulheres trabalham durante mais horas do que os homens, em condições mais precárias, e, na média, pelo menos metade do tempo delas é gasto em atividades não remuneradas, como aquelas de caráter doméstico).

- Os resultados qualitativos e quantitativos obtidos na Iniciação Científica precedente, na qual foi constatada tal situação de desvantagem e vulnerabilidade dos DCMs, são considerados válidos e importantes e foram utilizados nesse trabalho.

Capítulo 1 - Transformações da conjuntura política e econômica brasileira no período de 1995 a 2015

O presente capítulo visa trazer uma breve discussão a respeito do contexto macroeconômico e político do período de relativa estabilidade e crescimento econômico após a redemocratização, assim como as políticas adotadas frente o cenário apresentado de cada período governamental, além da evolução da frente social de cada governo. Tal contextualização é essencial para o entendimento das particularidades e embasamento da análise quantitativa posterior.

Além disso, de modo a analisar as variáveis de interesse sob a luz dessa discussão referente aos períodos governamentais, foi feita uma exposição de dados do período quanto ao trabalho e à renda.

1.1. Governos FHC

Este item do capítulo foca nos governos de Fernando Henrique Cardoso e em como buscou, ancorado ao Plano Real e ao desmonte do Estado brasileiro, a manutenção da estabilidade monetária e econômica. Entretanto, a continuação do projeto liberal liderado pelo presidente contou com o ajuste do setor público e o desemprego generalizado. Dessa forma, é apresentada também uma breve discussão sobre a evolução da renda e o “desassalariamento” consequentes dessas políticas, assim como as tentativas de avanço no âmbito dos direitos humanos e da política social dentro desse cenário neoliberal.

1.1.1. Contexto Político e Macroeconômico

Nas eleições de 1994, dois projetos de presidência foram apresentados ao eleitorado. A primeira, de Lula, buscava incluir uma grande massa excluída no consumo como forma de atingir a meta de ampliação do mercado. Isso associado à maior presença do Estado, democrático, nos setores considerados estratégicos, buscando-se o aumento da democracia nos campos social, econômico e cultura. O segundo, por sua vez, era o de Fernando Henrique Cardoso (FHC), continuador do projeto neoliberal de até então. Por esse motivo, inclusive, contou com um enorme apoio entre os partidos e setores conservadores da população brasileira. Mas, na verdade, o Plano Real que foi o grande impulsionador da campanha eleitoral de FHC (DE OLIVEIRA NEGRÃO, 2004).

Dessa forma, o governo de FHC teve início em 1995 e fim em 2003, dois mandatos consecutivos que tiveram como principais marcas a manutenção da estabilidade econômica com a consolidação do Plano Real (iniciado por Itamar Franco), a reforma do Estado brasileiro – incluindo privatizações de

empresas estatais –, a mudança da legislação que rege o funcionalismo público e a introdução de programas de transferência de renda com o Bolsa Escola.

1.1.2. Estabilização e Desmantelamento do Estado

O Plano Real conseguiu baixar e firmar a inflação em níveis aceitáveis, o que estabilizou de certa forma a economia. Porém, mesmo que o fim do imposto inflacionário tenha melhorado em certo nível a renda da população mais pobre, ainda era realidade na economia brasileira o desemprego aberto e o aumento da economia informal de forma explícita, inclusive pela “flexibilização” da legislação trabalhista.

Além disso, como defende de Oliveira Negrão (2004), as reformas propostas por FHC, como as da Previdência, Econômica e Administrativa, tinham como intenção aumentar o espaço ocupado pelo mercado nesses âmbitos, diminuindo o papel do Estado. O próprio setor Executivo “legislou” além do usual, seja por meio de projetos enviados ao Congresso, seja por meio das medidas provisórias, o que o autor chama de um processo de “executivismo”. Em paralelo, se procurava também evitar que a oposição alterasse determinadas medidas.

O programa de privatizações ainda continuava em marcha, em concordância com o projeto neoliberal continuado por esse governo. Por mais, a taxa de juros foi mantida excessivamente alta, juntamente com a abertura ao capital financeiro internacional, como uma forma de atrair o “capital volátil” e, em sua maioria, especulativo. Inclusive, a falta de medidas protecionistas levou a cabo setores inteiros da economia brasileira, como os de autopeças, têxtil e de calçados – e, conseqüentemente, junto com eles foram-se os empregos, enquanto que aumentava a exposição da população a produtos similares aos antes oferecidos pelo setor interno.

Em conclusão, somadas essas medidas expõem o projeto neoliberal arquitetado por esse governo ao tirar os possíveis obstáculos à acumulação ampliada do capital, mesmo que signifique ao longo do tempo maior concentração de riqueza e maior exclusão.

1.1.3. Ajuste do Setor Público e Desemprego

Desde a posse de seu primeiro mandato, FHC deixou claro em seu discurso que tinha como objetivo “acabar com a era Vargas”, no sentido de seguir a tendência da onda neoliberal no mundo e retirar o Estado do papel de regulador do mercado e flexibilizar a legislação trabalhista do país. A “modernização” da legislação trabalhista procurava, segundo esse projeto, buscar o combate ao desemprego. Porém, o resultado final foi um grande desastre, em decorrência da orientação econômica

recessiva e desnacionalizadora do governo FHC. Segundo Pochmann e Borges (2002), o país passou a bater recordes constantes nos índices de desemprego. A renda dos brasileiros, então, sofreu uma corrosão excessiva e milhões de trabalhadores foram jogados na informalidade.

De acordo João José de Oliveira Negrão (2004), desde a campanha eleitoral, FHC era o continuador do projeto neoliberal, o que se mostrou durante o seu mandato por meio de estudos e propostas como aquelas no sentido de permitir o que era na prática a precarização legal da contratação de trabalhadores.

Cabe destacar, ainda, o ajuste no setor público que, se na década de 1980 foi um dos principais responsáveis pela elevação ocupacional no país, na década de 1990 sofreu um desmantelamento. A busca de compressão do total dos gastos com pessoal nesse setor pode ter sido mais presente no período do governo FHC, segundo Pochmann e Borges (2002) como forma de compensar, de certa forma, a expansão das despesas com encargos financeiros de maiores gastos promovidos sobretudo com a estabilidade monetária. Nesse sentido, uma série de medidas como a demissão de funcionários públicos não estáveis, adoção de programas de demissão voluntária, de fechamento de organismos estatais, privatização e reforma administrativa foram tomadas dentro dessa intenção governamental. Dada essa reforma, o setor público mostrou-se enfraquecido ainda mais no seu papel, antes decisivo, na geração de emprego no país. O quesito do emprego público se coloca como ponto ainda mais importante no recorte que essa pesquisa visa discutir, já que o setor público historicamente tem sido um dos principais empregadores de mão de obra feminina, questão que será abordada no próximo capítulo.

Além do aumento do desemprego, houve também uma mudança no perfil do desempregado. Se antes o desemprego era concentrado nos trabalhadores de baixa escolaridade – geralmente negros, mulheres e jovens –, a década de 1990 deslocou esse perfil para também pessoas de maior escolaridade, adultos, chefes de família e cargos de maior hierarquia. A “novidade” do governo FHC seria mais a criação de empregos vinculados às formas de produção e reprodução de estratégias de sobrevivência, do que de postos de trabalho de qualidade associados ao novo paradigma tecnológico. Ou seja, são categorias disfarçadas de desemprego, com formas precárias de trabalho, baixo rendimento e menor escolaridade.

Pochmann e Borges (2002) ainda trazem uma perspectiva importante em relação a precarização do trabalho. Desde o fim do regime escravocrata até o então governo de FHC, o balanço evolucionista do trabalho não parecia animador; porém, essa situação se agravou ainda mais na década de 1990,

quando o Brasil assistiu ao retrocesso na evolução do trabalho, com a redução do assalariamento formal e o avanço da precarização das condições e relações de trabalho. De acordo com a defesa dos autores, o trabalho no Brasil é desvalorizado, estando em uma economia que potencializa condições favoráveis à produção e reprodução da desigualdade e exclusão. Inclusive, uma das três questões apontadas que ainda não foram resolvidas nos atuais sentidos do trabalho no Brasil, para eles, é a discriminação presente no mercado de trabalho, dada a diferença salarial entre homens e mulheres e entre brancos e pretos. E mais uma vez, essa precarização e desvalorização do trabalho atinge de forma ainda mais cruel quando se observa a situação de mulheres negras em meio a uma economia regida por tais políticas, sendo que esse grupo – e principalmente quando são chefes de domicílio – é o mais vulnerável tanto no quesito do trabalho, quanto no quesito do rendimento.

1.1.4. Evolução da Renda e “Desassalariamento”

No quesito da evolução da renda, a partir de 1998, o rendimento do trabalho teve queda persistente do seu valor real – o que acabou retirando os efeitos positivos da estabilização monetária – e a desindexação dos salários mudou para a negociação coletiva do trabalho a responsabilidade pela elevação dos rendimentos. Ou seja, passou a depender mais da dinâmica econômica do que da regulação pública. Da mesma forma, os ganhos de produtividade das empresas terminaram não sendo repassados para os salários, o que ajudou a piorar a distribuição funcional da renda. Nessa situação, segundo Pochmann e Borges (2002), o grau de desigualdade dos anos 1990 permanece entre os mais altos da história recente do país.

Mais um agravante desse processo seria ainda o fenômeno do “desassalariamento”. Até a década de 1980, a economia brasileira sempre apresentava geração de empregos formais superior à criação de outras formas de ocupação quando se havia expansão da produção. Porém, nos anos 90, a diminuição dos empregos assalariados com registro ocorreu em todos os setores econômicos. Por fim, uma das poucas categorias de emprego que cresceram no período foram aquelas ligadas ao trabalho doméstico, às vagas de limpeza e conservação, de segurança pública e privada e de vendedor, por exemplo – setores chaves quando se analisa a piora nas ocupações geradas em maior quantidade no Brasil durante a vigência das políticas neoliberais, principalmente por serem ocupações vinculadas às rendas dos ricos. A problemática da mulher como chefe de família se colocou novamente frente a esse ponto, já que, como já foi confirmado, as mulheres principalmente de baixa renda tendem a estar empregadas majoritariamente em empregos relacionados ao trabalho doméstico, um dos mais precarizados e com menor proteção trabalhista na economia brasileira (FURNO, 2016). Ainda mais, a criação desses empregos nesse período mostra a face perversa da exclusão social e aumento da vulnerabilidade desses

grupos dado um aumento da desigualdade social e econômica, visto que, como dito, são ocupações vinculadas à renda dos ricos.

Entretanto, segundo Ribamar Oliveira (2002), mesmo que o Brasil tenha vivido a mais grave crise de desemprego até então, um paradoxo era observado durante os governos de FHC, dado que, mesmo que se notasse cada vez mais desemprego, o governo era apoiado maciçamente pela opinião pública. Inclusive, ganhou o segundo mandato com o mote de que “o presidente que acabou com a inflação iria acabar com o desemprego”, mesmo sendo este causado no primeiro mandato. Alguns economistas, inclusive, chegaram ainda a afirmar que o desemprego no primeiro mandato foi a variável de ajuste do plano real.

1.1.5. Direitos Humanos e Política Social

Além da questão do trabalho, entende-se também que a busca por melhoria na qualidade de vida e as políticas sociais são questões importantes que afetam a situação dos domicílios chefiados por mulheres. Nesse quesito, em 1996, o governo FHC anunciou sua primeira iniciativa grande na área dos direitos humanos ao lançar o Programa Nacional de Direitos Humanos, que incluía, entre outros, aumento do controle do porte e do registro de armas de fogo, combate a violência doméstica e apoio à criação de serviços de disque-denúncia em todos países. O Brasil ratificou ainda, durante o governo FHC, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (SCHOLZ, 2002).

Especificamente em relação a essa última, a convenção pode ser considerada um importante passo para a adoção de políticas públicas de combate a violência contra a mulher. Com sua ratificação, o Estado brasileiro foi obrigado a modificar suas legislações e assim adequar o âmbito interno ao cenário internacional, sendo condenado pela Comissão Interamericana de Direito Humanos a adotar diversas mudanças, dentre elas legislativas, para amoldar o cenário interno aos preceitos interamericanos de defesa dos direitos humanos. Deste modo, constata-se a sua importância para o Estado brasileiro, funcionando como verdadeiros instrumentos de consolidação dos direitos e garantias previstos na Constituição Federal de 1988 relativos à mulher e à proteção familiar.

É importante ressaltar que a questão da violência contra mulher se relaciona diretamente com a independência financeira da mesma; muitas vezes, mulheres em relacionamentos abusivos não enxergam alternativas de se retirar daquele meio – além de todas as questões psicológicas e culturais – por depender financeiramente daqueles que cometem a agressão. Ou seja, buscar a melhoria da inserção da mulher no mercado de trabalho, assim como a melhora de seu rendimento, ajuda mulheres

a conseguirem se retirar de domicílios violentos e buscarem sustentar ela e seus filhos sozinhas (DE MORAES; DE CONTI; SANTOS, 2018).

Nas ações referentes ao combate ao trabalho infantil, o governo foi relativamente mais bem-sucedido se comparado às outras frentes, principalmente com o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Dentre os objetivos estavam: erradicar as piores formas de exploração do trabalho infantil, permitir a crianças de 7 a 14 anos acesso à escola pagando uma complementação de renda mensal à família por meio da Bolsa Criança Cidadã (25 reais per capita na zona rural e 40 reais na urbana). Em cinco anos, o número de crianças dessa faixa etária trabalhando caiu de 4 para 2.9 milhões (SCHOLZ, 2002).

As políticas sociais no Brasil, entretanto, ainda segundo Scholz, são historicamente insuficientes diante da dimensão da problemática enfrentada. São ações mais compensatórias que transformadoras e não tratam as raízes da miséria, ou seja, seguem sem alterar as estruturas que sustentam o quadro de exclusão social. No início da década de 1990, há ainda fatores adicionais para agravar tal quadro já desordenado, como o tumulto da comissão de Orçamento do Congresso Nacional, que deu origem a uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o desvio de verbas do Ministério da Ação Social, o que acaba tendo como consequência a redução do orçamento para políticas sociais no período imediatamente anterior ao primeiro mandato de FHC. Foi uma época de atrofia das ações sociais do governo.

Adicionalmente, durante a era FHC, os investimentos da política social continuaram insuficientes, sendo a ênfase do governo centrada na área econômica. A luta para garantir a estabilidade, então, tornou-se fim em si mesma. Os gastos sociais registraram queda (31% entre 1995 e 1998, segundo o mesmo artigo de 2002). As políticas sociais ficaram em segundo plano, subordinadas à política econômica, que tiveram efeitos na esfera social, favorecendo as classes de maior renda. Porém, as conquistas foram de pouca duração, em consequência dos juros altos, da recessão e do desemprego.

Entretanto, Scholz defende que nesse período surge uma nova concepção a respeito do que vem a ser política de ação social, e a despolitização dos projetos sociais abriu espaço para atuação conjunta entre o governo e a sociedade. Já que os projetos dessa área, a partir de 1994, lançam medidas que uma vez implementadas tendem a melhorar os indicadores sociais das comunidades atingidas, como a mortalidade infantil e o analfabetismo, por exemplo.

Por fim, conclui-se que a política social deve propor uma mudança radical nesse quadro com alterações eficazes e profundas. Segundo Cley Scholz, por não ser uma tarefa fácil, não pode ficar restrita ao governo, mas este deve agir como catalisador das forças aptas a participar dessa mudança. Isso não significa deixar em segundo plano o esforço no âmbito econômico, como assegurar estabilidade econômica no caso. Mas essa questão não deve sobrepor sempre ao desafio maior do país de superar as desigualdades sociais.

A flexibilização do trabalho, problemática importante do governo FHC, fez com que a parcela mais pobre da população sofresse os efeitos mais perversos do desemprego e dos ajustes estruturais no processo produtivo. Dessa forma, o primeiro passo segundo o autor é acabar com a exclusão social, o que só é possível com o crescimento econômico, com programas de desenvolvimento social, com aumento da produção e do emprego e, principalmente, com esforços para a democratização e melhoria da educação.

1.2. Governos Lula

Este item, referente aos mandatos do governo Lula, traz uma breve exposição do que teria sido a evolução do desenvolvimentismo dentro de um cenário neoliberal, inaugurando o que alguns autores reconhecem como uma “terceira via” da periferia. Dentro das possibilidades do contexto nacional e internacional, a economia brasileira sob o governo do Partido dos Trabalhadores do período alcançou certo crescimento econômico e, na parte social, avançou no âmbito das políticas e programas públicos de seguridade social.

1.2.1. Contexto Político e Macroeconômico

O Governo Lula correspondeu ao período de dois mandatos entre 2003 e 2011 e se caracterizou pelo amplo apoio popular, principalmente entre os pobres por meio dos chamados programas sociais, como o Bolsa Família. Contudo, não se cria indisposições políticas com as frações hegemônicas. Segundo Boito Jr. (2003), a administração do governo com o tempo começou a se mostrar propensa à “continuidade” do governo de FHC.

Em seu trabalho de 2003, “A hegemonia neoliberal no Governo Lula”, Boito Jr. traz que a eleição desse governo gerou certa expectativa por parte da esquerda, tanto brasileira quanto internacional, mas, na verdade, este se revelou como uma espécie de “terceira via” da periferia. Durante a campanha eleitoral para as eleições de 2002, os mercados financeiros nacional e internacional passaram a apostar contra o Brasil dado que o PT, como oposição, aprofundava suas críticas ao neoliberalismo. Nesse momento, então, o partido divulgou a “carta ao povo brasileiro”, que foi interpretada por Singer como

um “divisor de águas” na trajetória do partido já que reformas liberais exigidas pelo mercado passaram a ser implantadas, com destaque para a tributária e previdenciária – a continuidade da ortodoxia limitava as possibilidades das políticas sociais.

1.2.2. Modificações na Política Brasileira

Como foi defendido por Boito Jr. em 2003, o governo de Lula não só manteve os pilares do modelo capitalista neoliberal dependente, mas também aprofundou alguns aspectos desse modelo, por não modificar muitos aspectos da “herança neoliberal” de FHC, como a abertura comercial, a desregulamentação financeira, privatizações e o ajuste fiscal. Essa postura indicaria, por exemplo, o motivo do apoio que o presidente tinha de banqueiros e do mercado financeiro, bem como da imprensa conservadora.

Isso porque o Partido dos Trabalhadores fez uma série de alianças para ser aceito pela burguesia, pelos partidos burgueses e pela mídia. Para o autor, teriam mentido para a população que elegeu Lula a respeito da reforma agrária, da previdência e das políticas de crescimento e criação de empregos. Entretanto, defende-se que a “conversão” do PT não foi um processo superficial e repentino. O neoliberalismo teria conquistado não só a fração superior da classe média, mas também setores das classes populares, incluindo operários, atraídos pelo discurso neoliberal.

Quando escreveu em 2003, Boito Jr. defendia que o governo Lula se utilizou de dois aspectos do que chama de “populismo regressivo” – que aposta na divisão dos trabalhadores, “instigando os miseráveis contra os pobres e esses contra os remediados” –, ao, entre outras coisas, cortar verba destinada ao Ministério das Cidades, reduzir a ambição do programa Fome Zero e passar a uma linha mais dura com o funcionalismo público. Além disso, a fim de tocar a reforma fiscal e da previdência, passou a destacar a crítica aos “privilégios do servidor público”. Importante ressaltar que tanto a situação de moradia, principalmente nas favelas, assim como emprego público afetam de forma ainda mais aguda os domicílios chefiados por mulheres dada sua vulnerabilidade maior, (visto que já foi exposto a questão da ocupação e da importância de cargos públicos sendo o Estado o empregador “de última instância” ainda mais nesse grupo da população).

O que se torna ainda mais perigoso, para o autor, é que a ascensão de Lula à Presidência da República elimina a antiga resistência parlamentar ao neoliberalismo, formada antes por partidos que formaram a base parlamentar do então governo. Esses pontos são importantes de serem destacados porque representam um enfraquecimento do movimento operário e popular, e a questão do trabalho no

âmbito da feminização da pobreza é essencial para se entender o fenômeno. Por isso, uma regressividade nessa esfera pode representar ainda mais vulnerabilidade para os DCMs.

Entretanto, em artigo apresentado juntamente com Tatiana Berringer em 2013, “Classes Sociais, Neodesenvolvimentismo e Política Externa nos Governos Lula e Dilma”, é defendido que a vitória de Lula representou modificações importantes na política Brasileira por possibilitar uma mudança no interior do bloco no poder, principalmente porque a ascensão da burguesia interna só foi possível graças à constituição de uma frente política que inclui também setores essenciais das classes populares. Segundo os autores, essas mudanças repercutiram na política econômica e social da época.

1.2.3. Desenvolvimentismo e Crescimento Econômico

No segundo mandato de Lula, as tensões antes apresentadas, entre estratégia econômica e desenvolvimento social, esfriaram, mas os fatores do conflito distributivo se ampliaram, sobretudo em função do crescimento econômico que voltou à centralidade. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) procurava reforçar o papel do Estado na coordenação do investimento, tanto público quanto privado, privilegiando obras de infraestrutura e aumentando o investimento público. O crescimento teve repercussões positivas sobre o gasto social, mercado de trabalho, transferência de renda da Seguridade Social e programas de combate à pobreza extrema. Tudo isso contribuiu para a elevação da renda das famílias que, juntamente com o crédito, impulsionou o mercado interno de consumo de massas – base do ciclo de crescimento. Ou seja, o núcleo da estratégia social esteve ancorado no crescimento da economia, na ampliação do gasto social, na recuperação do mercado de trabalho, na potencialização dos efeitos redistributivos da seguridade social e no combate à pobreza. Todos esses vetores contribuíram para a melhoria das condições de vida dos brasileiros em relação ao passado.

Por outro lado, a ausência de reformas estruturais decorreu do “modelo de transformação lenta e dentro da ordem”, “sem rupturas” e por meio de “mudanças graduais” – em parte pelo “mergulho no pragmatismo tradicional brasileiro no campo das alianças políticas.

O programa político dessa “frente”, chamado de “neodesenvolvimentismo”, segundo Boito Jr. e Berringer (2013), seria a única configuração de política de desenvolvimento viável dentro do contexto do capitalismo neoliberal. Dessa forma, para buscar o crescimento econômico Lula e Dilma utilizaram de importantes elementos de política econômica e fiscal, ausentes no governo FHC, como políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda e políticas anticíclicas.

O programa é incluído no termo “desenvolvimentista” por buscar o crescimento econômico do capitalismo brasileiro, mas sem romper com os limites do modelo econômico neoliberal vigente (por esse último que se usa o prefixo “neo” – muito menos ambicioso que o seu antecessor, justamente por estar incluído nesse contexto político-econômico). Para isso, tanto Lula quanto Dilma buscaram medidas como políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda – o que aumentou o poder aquisitivo das camadas mais pobres, com maior propensão ao consumo – elevação do orçamento do BNDES e políticas econômicas anticíclicas, a fim de manter o nível da demanda agregada em momentos de crise econômica.

Em síntese, segundo Calixtre e Fagnani (2017), a condução da política macroeconômica no primeiro governo Lula, então, seguiu, essencialmente, os parâmetros dos anos 1990. Reformas liberais exigidas pelo mercado passaram a ser implantadas, sublinhando-se a tributária e a previdenciária. Dessa forma, a continuidade de uma postura ortodoxa limitava a política social, havendo antinomia entre desenvolvimento social e estratégia econômica.

Já no segundo mandato de Lula (2007-2010), as tensões entre os paradigmas do Estado Mínimo e de Bem-Estar se arrefeceram, sobretudo devido ao crescimento econômico que voltou a ter centralidade na agenda política. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de 2007 procurava reforçar o papel do Estado na coordenação dos investimentos públicos e privados e, com a crise internacional de 2008, foram adotadas medidas anticíclicas e de ampliação do crédito. Dessa forma, repercussões positivas foram sentidas a partir do crescimento econômico, desde o gasto social, até no mercado de trabalho, nos programas de combate à pobreza externa e na transferência de renda de Seguridade Social. Todos esses fatores impulsionaram o mercado interno de consumo da massa, base do ciclo de crescimento, por elevar a renda das famílias em conjunto com o aumento do crédito.

1.2.4. Políticas e Programas Sociais

O crescimento econômico permitiu uma recuperação considerável do emprego e a política de reajuste do salário mínimo aumentou o poder aquisitivo da base da pirâmide salarial. Essa nova conjuntura econômica interna favoreceram a organização e a luta sindical, possibilitando, inclusive, novas conquistas salariais – em contraste com o que aconteceu na década de 90. Ainda mais, a chamada “massa marginal” organizada em “movimentos de urgência”, como os de moradia, de desempregados e de luta pela terra, tiveram vitórias, inclusive com alteração da política habitacional do Estado brasileiro (grande mudança ao se considerar que durante o governo FHC tais movimentos eram

criminalizados). No final do segundo governo Lula, e continuado pelo governo Dilma, foi criado o programa Minha Casa, Minha Vida, que terminou com a comissão do Estado nesse quesito.

Ademais, a outra parte dessa “massa marginal”, politicamente desorganizada, foi incluída na frente neodesenvolvimentista por políticas de transferência de renda de ambos os governos do PT: o Bolsa Família – destinado a famílias que se encontravam abaixo da linha da pobreza – e o Benefício de Prestação Continuada – destinado a idosos e pessoas com deficiência. Entretanto, não houve preocupação em politizar essa massa e os beneficiários desses programas, segundo o autor, mantiveram-se política e ideologicamente dependentes das iniciativas do governo.

Ou seja, esse movimento de estratégia social estava ancorado no crescimento da economia, que trouxe reflexos positivos na ampliação do gasto social, na recuperação do mercado de trabalho, na potencialização dos efeitos redistributivos da Seguridade Social e no combate à pobreza extrema. Porém, a mudança no conflito na distribuição das rendas foi de baixa intensidade e a redistribuição da propriedade privada praticamente inexistiu. E, mais ainda, a inclusão social não foi acompanhada por reformas estruturais requeridas.

Mais especificamente em relação às políticas e programas públicos dos governos do Partido dos Trabalhadores, cabe destacar o Bolsa Família, programa voltado para famílias em situação de extrema pobreza – com renda per capita de até R\$ 50,00, e benefício de R\$ 50,00 mensais– ou famílias pobres e extremamente pobres com crianças e jovens entre zero e dezesseis anos – com renda mensal per capita de até R\$ 100,00, e benefício mínimo de R\$ 15,00 e máximo de R\$ 45,00, dependendo do número de crianças. A primeira situação permitia acumular dois tipos de benefício, com recebimento máximo de R\$ 95,00. Em dezembro de 2004, o programa estava inserido em 99,50% dos municípios brasileiros, atingindo mais de 6 milhões de famílias e representando um gasto anual de R\$ 5,3 bilhões. Ademais, segundo Margues e Mendes (2006), o recebimento do Bolsa Família alteraria as condições básicas de vida, principalmente de alimentação, já que o público alvo é representado por famílias com renda per capita inferior a cem reais.

Entretanto, como apontam os autores, esse programa não se constitui como um direito, mas como uma benesse governamental que pode ser alterada facilmente a depender do governo em poder. Ou seja, o combate à pobreza ainda seria tratado com um caráter assistencial, o que pode representar, segundo Margues e Mendes, todo tipo de clientelismo. Entretanto, para eles, mais importante do que

isso é o fato de que esse governo garantiu um mínimo de renda a essas famílias, em antagonismo à promoção um maior nível de desemprego e redução dos direitos dos funcionários públicos.

Os autores ressaltam ainda que os beneficiados de tais programas compensatórios se tornam base de apoio do governo Lula, principalmente porque essa parcela da população nunca foram objeto de atenção continuada de qualquer governo. Ademais, essa fração da população brasileira – parte da “massa marginal” apontada por Berringer e Boito Jr. (2013) – apresenta baixo nível de organização política, o que estabelece uma relação direta com o presidente. Ou seja, como já havia sido apontado, não houve preocupação em politizar essa massa e os beneficiários desses programas, mantendo-os política e ideologicamente dependentes das iniciativas do governo.

Por fim, em relação às medidas frente a condição da mulher no Brasil, em 2003, em meio ao governo Lula, criou-se a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), um órgão da Secretaria de Governo da Presidência da República, cuja a função é estabelecer políticas públicas para a melhoria das condições de vida das mulheres brasileiras.

Desde a criação da SPM, as políticas para as mulheres têm avançado na perspectiva do diálogo e da construção coletiva com os movimentos de mulheres, na tentativa de reverter lógicas desiguais. Nesse sentido, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), de 2015, é um instrumento da secretaria que reforça a ideia de que um Estado plenamente democrático é condição essencial para a participação social, sobretudo das mulheres. Por mais, como um plano nacional, foi criado buscando reafirmar os seguintes princípios orientadores: autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

A ONU Mulheres Brasil demonstrou apoio aos trabalhos da SPM a partir do fortalecimento institucional do órgão e a institucionalização da presença feminina no aparelho do Estado, assim como a criação e fortalecimento dos mecanismos institucionais para o avanço das mulheres a nível nacional e subnacional. Para esse órgão, os mecanismos deveriam assumir a coordenação, avaliação e acompanhamento do progresso das mulheres, com recursos financeiros e humanos adequados a fim de permitir a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas, legislação e estrutura do

Estado, sendo essas defesas no sentido do "Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 - Igualdade de Gênero" da ONU Brasil.

1.3. Governos Dilma

Este item apresenta uma breve exposição dos últimos períodos governamental a ser discutido nesse trabalho, os de Dilma Rousseff, assim como a contextualização do momento político e macroeconômico enfrentado por tal, essencial para o entendimento da crise social e política característica da interrupção de seu segundo mandato. Ademais, se coloca a apresentação das suas políticas macroeconômicas, de consequente contenção da demanda, por ser essencial para entender os efeitos que tiveram sobre as diferentes classes sociais. Por fim, expõe-se os resultados do gasto social e indicadores sociais do período, dado o caráter redistributivo do Estado Social.

1.3.1. Contexto Político e Macroeconômico

O Brasil experimentou um período de rápido crescimento da metade de 2000 até 2010, impulsionado por uma grande mudança das condições externas somada com a reorientação da política macroeconômica doméstica. No âmbito externo destacou-se, durante o período, um aumento generalizado do preço das commodities, além de crédito abundante e barato nos mercados internacionais, capaz de viabilizar a melhora das condições internacionais dos países em desenvolvimento. Isso proporcionou, em última instância, a promoção do crescimento brasileiro através de seu mercado interno.

Contudo, a partir de 2011 o cenário se transforma, dado que é observada uma rápida desaceleração da economia nacional. É notável, portanto, um colapso do crescimento do investimento, principalmente nos setores referentes à construção civil (residencial e não residencial, público e privada) e de máquinas e equipamentos, além da percepção de que era necessária uma modernização da capacidade produtiva do país.

Desta forma, é importante, então, analisar o porquê da economia brasileira experimentar uma rápida desaceleração a partir do ano de 2011, além de também explicar como esse momento foi absorvido pelo governo vigente da época – o de Dilma Rousseff – e quais foram as políticas utilizadas com o propósito de contornar os obstáculos vigentes, já que esses dois aspectos tendem a trazer consequências diretas nas condições de vida da população.

1.3.2. Políticas Macroeconômicas e Retração da Demanda

Diante da conjuntura, o argumento de Serrano e Summa (2015) é de que a economia não foi contraída pelo comércio externo nem pela escassez geral de trabalho ou capital, mas sim pelas

mudanças nas políticas macroeconômicas que resultaram numa queda abrupta da demanda agregada, e, portanto, da produção e do investimento privado. Isto ocorre, visto que a política econômica implementada no governo Dilma se pautou num diagnóstico equivocado do quadro do país.

De forma complementar, para Mello e Rossi (2017), a crise brasileira foi reflexo das contradições e dos problemas estruturais herdados do modelo de crescimento dos governos Lula e cujos efeitos foram evidenciados a partir dos efeitos retardados da crise internacional que chegam ao Brasil. Desprende-se, assim, que o modelo de crescimento nacional não buscou modernizar a estrutura produtiva de forma a sustentar as transformações do lado da demanda ou incluir a mão de obra em setores de maior produtividade, de modo a tornar a condução da política macroeconômica uma tentativa fracassada de contornar os efeitos desses entraves estruturais.

Para esses últimos autores, no primeiro mandato de Dilma, para buscar solucionar os problemas herdados, a política macroeconômica estabeleceu-se em uma agenda industrialista que buscava estimular o setor privado com base em um amplo conjunto de políticas voltadas para oferta. Já em seu breve segundo mandato, a orientação macroeconômica consistiu essencialmente em políticas voltadas para a contração da demanda doméstica e para o “ajuste” dos preços estratégicos visando manter o grau de investimento, aqui caracterizada como “austeridade”.

A fim de chegar nessa conclusão, eles argumentam que o ciclo de crescimento brasileiro nos governos Lula foi viabilizado graças ao relaxamento da restrição externa por conta de dois fatores principais: a melhora expressiva dos termos de troca e a forte entrada de capitais estrangeiros no âmbito de uma expansão da liquidez global antes e depois da crise de 2008. Isso contribuiu de forma importante para o funcionamento do mercado de consumo de massas, ao reduzir os preços dos bens e amenizar as pressões inflacionárias decorrentes do processo redistributivo.

No entanto, um primeiro impacto estrutural veio com os efeitos retardados da crise internacional, principalmente a partir de 2011, com a reversão dos termos de troca e a desvalorização cambial. Nesse contexto, o modelo deveria ser reorientado para estimular o investimento a partir de políticas voltadas para a melhora na estrutura produtiva. Esse é o pano de fundo do industrialismo, elaborado na tentativa de enfrentar o crescimento da concorrência internacional, a perda de densidade e complexidade industrial, a reprimarização da pauta exportadora e a limitação da expansão do crédito e do consumo. Porém, isso não resulta, necessariamente, em um efeito industrializante, apesar de seu objetivo ser este, visto que o aumento das desonerações, em detrimento do crescimento mais acelerado do

investimento público, comprometeu o potencial expansionista da política fiscal. Logo, não houve crescimento do PIB nem fortalecimento do setor industrial, mas sim deterioração fiscal e pressão inflacionária (MELLO; ROSSI, 2017).

Já num segundo momento, foi realizado um intenso “ajuste fiscal”, abarcando medidas restritivas de política monetária, cambial, creditícia e em diversas outras áreas de atuação do Estado. A ideia do “ajustamento” fazia parte de uma estratégia de “equilibrar” os preços relativos (*get the prices right*), reajustando os preços administrados defasados, liberalizando a gestão da taxa de câmbio, retirando os incentivos fiscais setoriais, eliminando o crédito subsidiado e recolocando a política monetária em seu “ponto de equilíbrio”.

Entretanto, ao invés de promover um aumento temporário das receitas (via criação de novos impostos e fim das desonerações), ou uma contenção das despesas financeiras com juros (uma vez que o país estava estagnado e a beira da recessão), o governo preferiu cortar uma das únicas fontes de demanda autônoma ainda existentes no Brasil, contribuindo assim para a piora das expectativas, da demanda e dos investimentos na economia brasileira. Ou seja, a condução da política macro foi uma tentativa fracassada de contornar os efeitos desses entraves estruturais.

1.3.3. Crise Política

Observa-se que os governos Dilma Rousseff não tiveram sucesso em seus objetivos inicialmente planejados. Entretanto, apesar do fracasso e dos legados negativos, o industrialismo foi capaz de manter as taxas de desemprego em níveis historicamente baixos, promovendo o aumento da renda e da massa salarial. Ao longo da maior parte do período, a mobilidade social permaneceu forte, promovendo a ascensão social de milhões de brasileiros e garantindo acesso ao mercado de consumo para pessoas anteriormente excluídas. Não por acaso, o legado político do industrialismo foi duplo: ao mesmo tempo em que desgastou o apoio de Dilma em boa parte do empresariado, garantiu a reeleição da presidenta no pleito de 2014, com base no apoio da maior parcela das camadas populares.

A política de austeridade, por sua vez, provou-se um completo fracasso. Não apenas ela se mostrou incapaz de cumprir seus objetivos iniciais, como a contenção do déficit público, como ela transformou uma desaceleração econômica em uma profunda recessão (MELLO; ROSSI, 2017).

Ou seja, durante o governo Dilma, houve novamente um acirramento das tensões, mas nesse momento com caráter antipopular e antidemocrático. Na economia, essa tensão decorreu da desaceleração do crescimento, principalmente pela crise financeira internacional de erros na condução

da política interna, segundo os autores. Na questão política, foi a proximidade das eleições de 2014 que intensificou os conflitos, momento em que a oposição aprofundou a campanha ideológica contra o “programa intervencionista de esquerda”, apresentando um Brasil em “crise econômica terminal” (MELLO; ROSSI, 2017). O agravamento dessa situação ainda foi a falta de disputa de ideias e debate por parte do governo, assim, a visão neoliberal passou a ser hegemônica na opinião pública – mesmo que essa onda do “ajuste” requerido representasse um caráter recessivo, passou a ser aceita. Mais ainda, a deterioração da situação fiscal enfraqueceu ainda mais o governo, aumentando a crise política e ações antidemocráticas.

1.3.4. Gasto Social e Indicadores Sociais

Apesar da crise política e o fracasso das medidas adotadas no governo Dilma, Calixtre e Fagnani (2017) defendem que, mesmo nesse cenário de conflitos, houve relativos progressos nas condições de vida da população brasileira no período entre 2003 e 2014. Nesse período, um dos núcleos de ação da estratégia social foi o aumento do gasto social, que teve abertura para ocorrer graças a ativação da atividade econômica e consequente crescimento das receitas tributárias. E, mesmo com os constrangimentos fiscais e monetários advindos do capital financeiro, as políticas públicas se expandiram. O Gasto Social Federal Total evoluiu de 11,2% para 18% do PIB entre 1995 e 2010 e o Gasto Social Federal Total per capita cresceu quase 60% entre 2003 e 2014 (Ipea, 2011b). O principal item desse gasto foram as transferências de renda as Seguridade Social (previdência rural e urbana, assistência social e seguro-desemprego).

Além disso, programas de transferência de renda como o Bolsa Família, recolocado pelo nome “Brasil Sem Miséria” pelo Governo Dilma, criaram um novo escopo entre os formuladores de políticas públicas no quesito de desenvolvimento de modos diretos e locais de registro e resgate de famílias extremamente pobres.

Outro núcleo da estratégia social foi a criação de grande número de novos empregos formais adicionalmente a uma política de valorização do salário mínimo, mecanismo principal de redistribuição de renda no mercado de trabalho. Isso, frente a ausência de uma reforma tributária progressiva, fez com que a integração das pessoas no mercado de trabalho – assim como as políticas públicas – que determinassem certa prosperidade e redução das desigualdades sociais mais latentes.

O período, no geral, representou uma melhoria dos indicadores sociais. O crescimento do PIB per capita – que teve como fator determinante a geração de empregos e elevação da renda do trabalho no mercado de trabalho brasileiro – foi fato essencial para que ocorresse avanços na distribuição de

renda. Foram dos estratos inferiores as famílias que mais observaram sua renda crescer, o que gerou um mercado interno de consumo de massas bastante considerável.

Cabe ressaltar, porém, que um conjunto de problemas crônicos e estruturais da sociedade brasileira não foi enfrentado, parte pelos condicionantes gerais da economia e política brasileira que limitaram o caráter reformista dos governos do PT e parte pelo contexto do capitalismo sob a dominância das finanças globalizadas. Ou seja, o modelo de “transformação” foi um modelo que se comprometia a não engendrar rupturas, mas sim “mudanças graduais”, principalmente no campo das concessões políticas por meio de alianças.

Os autores concluem que o crescimento da economia potencializou o caráter redistributivo do Estado Social, na contramão da hegemonia neoliberal. Porém, as fragilidades desse modelo de desenvolvimento abriram espaço para a retomada ilegítima de frentes conservadoras. Ainda mais, o período inaugurado em 2016 foi visto pelos autores como uma possível radicalização do projeto liberal, de reforma do Estado iniciado nos anos 1990, ao dismantelar o Estado Social e implantar o Estado Mínimo Liberal como defensor dos detentores da riqueza no país.

Por fim, durante o governo Dilma, a Secretaria de Políticas para Mulheres - criada em 2003, em meio ao governo Lula, cuja a função é estabelecer políticas públicas para a melhoria das condições de vida das mulheres brasileiras – foi incorporada ao recém-criado Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), unindo três secretarias. E, em maio de 2016, Temer - do então PMDB, considerado de "centro", apesar de políticas claramente neoliberais -, presidente que assumiu depois da interrupção do governo Dilma, extinguiu o MMIRDH e atribuiu suas funções ao Ministério da Justiça. Ou seja, claramente houve perda de centralidade de assuntos como políticas públicas para os grupos mais vulneráveis no Brasil, incorporando-os em um único ministério, e, posteriormente, ao ministério da justiça.

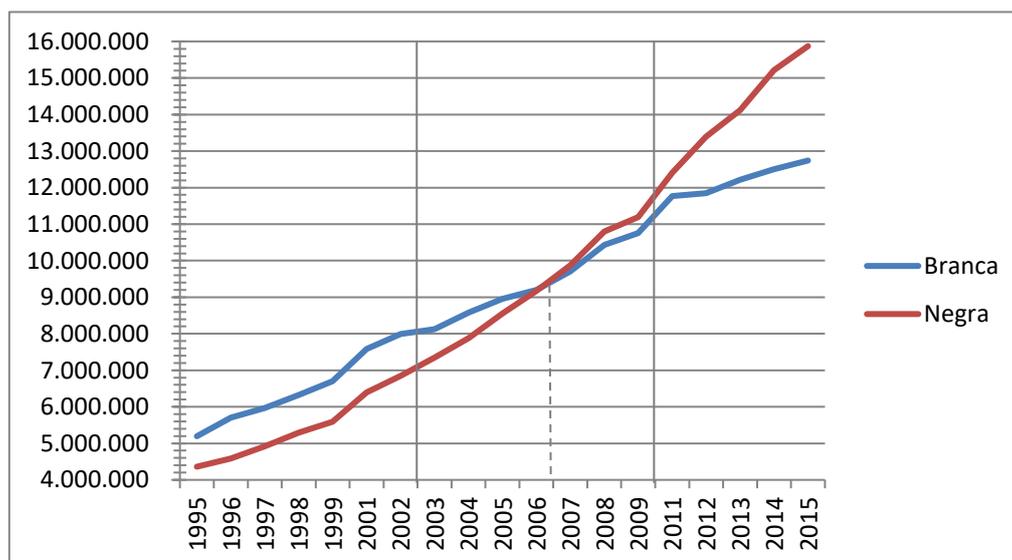
Capítulo 2 - Análise quantitativa das variáveis sociais e econômicas acerca da Feminização da Pobreza no Brasil, entre 1995 e 2015

Nessa seção serão analisados os dados referentes aos domicílios chefiados por mulheres, assim como os chefiados por homens quando necessária comparação, em quesitos como distribuição, renda, trabalho e pobreza. Esses dados serão analisados, principalmente, em três subperíodos referentes aos governos FHC (1995-2002), Lula (2003-2009) e Dilma (2010-2015), para que, dessa forma, seja possível analisar as possíveis transformações no cenário desse grupo como consequência, ou não, das políticas de cada mandato do período.

2.1. Famílias Chefiadas por Mulheres

O número de famílias chefiadas por mulheres, como é possível ver no Gráfico 4, cresceu muito entre 1995, quando estava por volta de 10 milhões de famílias no total, e 2015, com quase 29 milhões de famílias chefiadas por mulheres brancas e negras no Brasil. Inicialmente, em números absolutos, durante o governo FHC, o número de famílias chefiadas por mulheres brancas era superior em relação ao de mulheres negras, com diferença média de 1 milhão no período. Entretanto, a partir de 2003, essa diferença começa a diminuir até que, após 2006, ela se inverte. Dessa forma, durante todo o governo de Dilma Rouseff, a partir de 2010, o número de famílias chefiadas por mulheres negras superava o por mulheres brancas.

Gráfico 4 - Famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça da chefe de família - Brasil, 1995-2015.



Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria.

Uma hipótese que é possível formular a respeito dessa mudança ter ocorrido durante o governo Lula seria a ampliação do programa Bolsa Família; primeiramente, porque é orientado às mulheres a

autodeclaração de chefia de família para que elas recebam o recurso; em segundo lugar, o Bolsa Família promoveu uma série de discussões, na época, em relação ao aumento de divórcios e separações, por promover a autonomia e independência das mulheres pobres que eram contempladas por esse auxílio. Como dito anteriormente, a permanência de mulheres em relacionamentos indesejados muitas vezes se relaciona diretamente com a dependência financeira da mesma, por não enxergarem alternativas de se retirar daquele meio. Por isso, o Estado precisa se esforçar para a viabilização da equidade nas relações de gênero através de políticas públicas de inclusão, como ocorreu no caso do Bolsa Família, que contribui para a emancipação das mulheres contempladas (ANGELIN; DA SILVA SENNA, 2012).

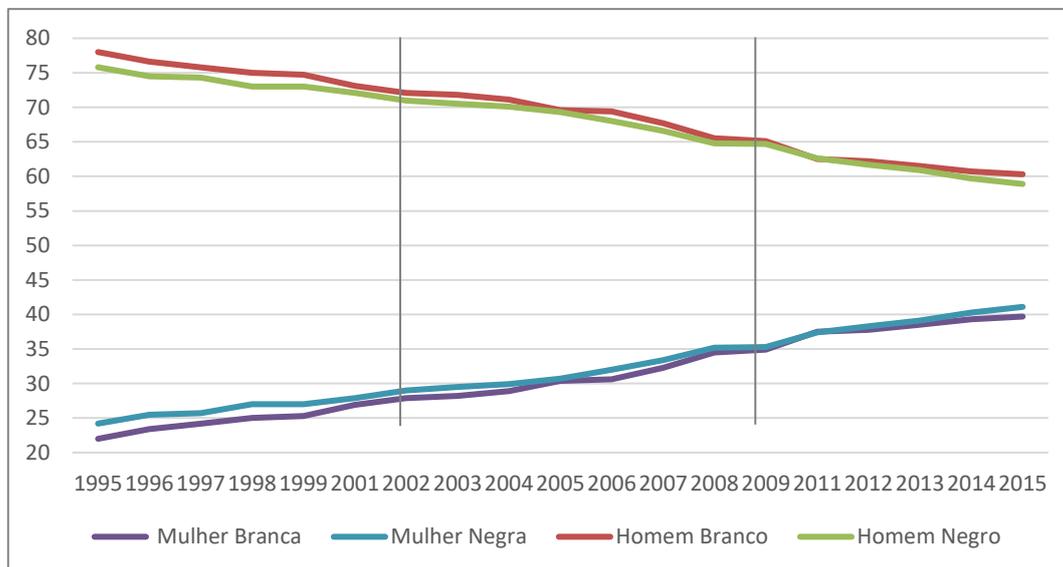
A experiência do Bolsa Família para muitas mulheres, apesar de não revelarem alterações mais complexas da situação de pobreza e da ausência de direitos, possibilita certa dignidade e autonomia, tanto numa questão de separações conjugais desejadas mas vistas como inviáveis antes do benefício do Programa dada a dependência financeira, quanto em uma questão de um sentimento de aquisição de respeitabilidade na vida local por ter melhores condições de arcar com necessidades básicas de sua família. Então, o Bolsa Família, por ser capaz de estabelecer condições mínimas de autonomia ética e política, pode ser visto como uma política de urgência moral (PIZANI; REGO, 2014).

Porém, é importante observar os números relativos de cada grupo, já que, primeiramente, em 2009, o Brasil registrou um aumento de 26% da população se comparado à 1995, por exemplo, segundo o retrato das Desigualdades de Gênero e Raça da Pnad de 2011. Em segundo lugar, outro dado relevante é o aumento proporcional da população negra (preta e parda) no país entre esses dois períodos. Se em 1995, 44,9% dos brasileiros declaravam-se negros, em 2009, este percentual subiu para 51,1. O aumento populacional desse grupo, entretanto, não ocorreu em razão do aumento da taxa de fecundidade da população negra, mas pela mudança de autodeclaração dos indivíduos como pertencentes de tais grupos de cor/raça. Dessa forma, é preciso analisar também a proporção de domicílios chefiados por mulheres no total da população branca e negra, em comparação, também, àqueles chefiados por homens.

Destaca-se, a partir do Gráfico 5, que o número de domicílios chefiados por mulheres tem crescido, enquanto que os chefiados por homens tem decrescido. No primeiro caso, aqueles chefiados por mulheres negras sempre representaram, em proporção, um número maior do que aqueles chefiados por mulheres brancas, algo importante a se considerar, dado que os domicílios chefiados por mulheres

negras são os mais vulneráveis e essas foram o grupo com menor rendimento médio do Brasil no período.

Gráfico 5 - Proporção de famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça da chefe de família - Brasil, 1995 a 2015.



Fonte: IBGE/PNDAD – Elaboração própria.

Entretanto, é importante ter em mente a problematização colocada por Novellino (2008) no que diz respeito à análise da chefia do domicílio. Como já exposto anteriormente, por ser auto declarável, grande parte dessa diferenciação pode ter se dado por uma mudança na auto identificação da mulher, tanto em considerar-se chefe de família quanto em considerar-se negra.

Apesar de não se saber ao certo quais os critérios adotados pelas famílias para identificarem quem é o/a chefe, o aumento de domicílios chefiados por mulheres certamente indica mudanças no padrão de comportamento das famílias brasileiras. Ao longo dos últimos anos (1995-2009), a proporção de mulheres chefes de família aumentou mais de 10 Pontos percentuais. Esta proporção passou de 22,9%, em 1995, para 35,2% no ano de 2009. Isto significa que tínhamos, em 2009, 21,7 milhões de famílias chefiadas por mulheres e, em 2015, mais de 28,6 milhões.

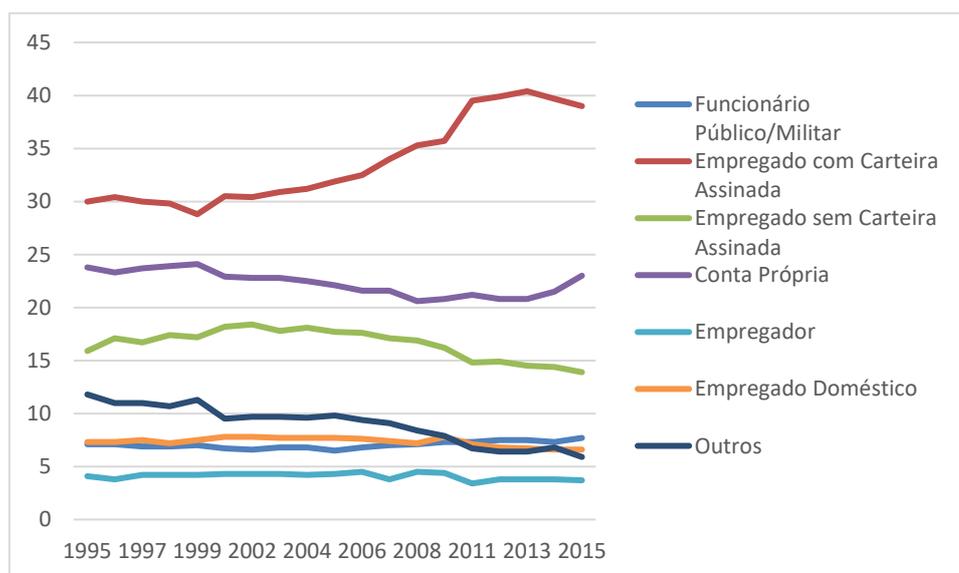
2.1. Trabalho

Também foi feita uma busca quantitativa das influências que as políticas econômicas e sociais que cada mandato social pode ter trazido para a situação dos domicílios chefiados por mulheres, via verificação de melhorias nas condições de renda e a melhora ou não da situação da mulher chefe de família no mercado de trabalho. Dessa forma, este estudo considerou importante ainda a situação da

mulher no mercado de trabalho. Desse modo, foram analisados alguns dados da PNAD entre 1995 e 2015 que se considerou importante quanto ao mercado de trabalho e rendimento fruto do mesmo.

Primeiramente, então, por motivos de comparação, foi analisada, a partir do Gráfico 6, a distribuição percentual da população masculina ocupada com 16 ou mais anos de idade, segundo a posição na ocupação. A posição na ocupação mais relevante durante todo o período foi a de empregado com carteira assinada, que inclusive teve um expressivo aumento desde o começo do governo Lula, o que pode representar melhora na adesão da legislação trabalhista e regularização dos trabalhadores. Em contra partida, os empregados por conta própria e os sem carteira assinada, dois próximos grupos com maior representação, respectivamente, tiveram uma queda no mesmo período (com exceção a partir de 2014 com o primeiro grupo, provavelmente dada a crise política e econômica que se configurava então). Seguidos pelos grupos de funcionários públicos/militares (máximo de 7,7% no final do período e mínimo de 6,5% em 2008) e empregado doméstico (máximo de 7,8% em 2001 e mínimo de 6,6% em 2015), que se mantiveram próximos no começo do período, até 1999, com aumento da diferença a favor do segundo até 2008 e, por fim, crescimento do primeiro no final, a partir de 2009 – ambos mantiveram-se por volta de 7% na média. Por fim, empregadores ficaram com a menor distribuição percentual em todo período, por volta dos 4%, e com maior oscilação a partir de 2006 e posterior queda após 2008, provavelmente dado aos efeitos da crise econômica americana.

Gráfico 6 - Distribuição percentual da população masculina ocupada com 16 anos ou mais de idade, segundo posição na ocupação - Brasil, 1995 a 2015.

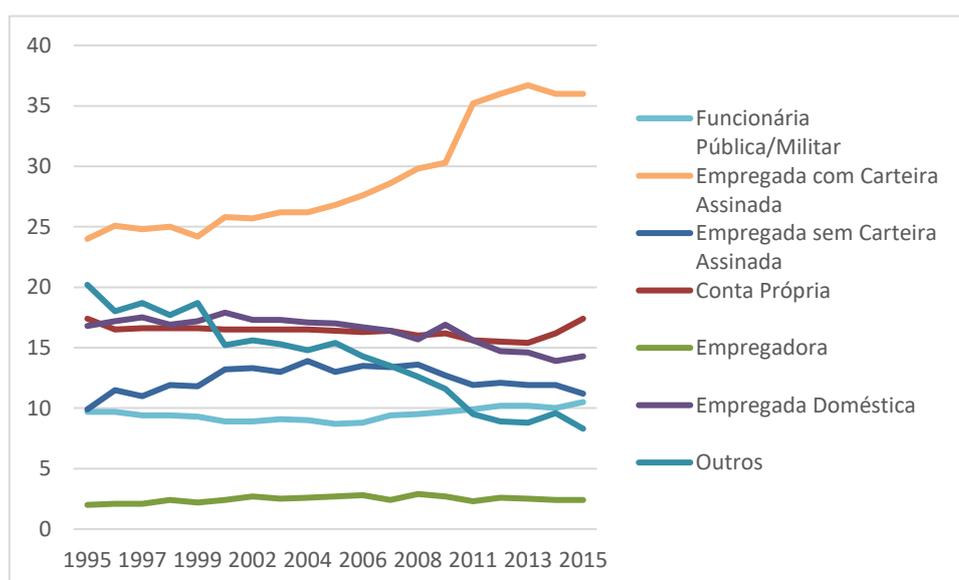


Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria.

Realmente, a formalização do trabalho foi um dos pontos mais importantes do governo Lula, sobretudo a partir de 2004 houve uma melhoria sistemática na situação do trabalho no país ao implantar políticas de proteção e aumento do valor real do salário mínimo, o que resultou em uma diminuição do desemprego e desaceleração do processo de terceirização sem carteira assinada (DE ANDRADE BALTAR, 2010).

No caso das mulheres, como pode ser visto no Gráfico 7, o grupo mais representativo foi também o de empregadas com carteira assinada, que também apresentou melhora significativa após 2002. Entretanto, enquanto para os homens, nesse mesmo ano, a porcentagem era de 30,4%, para as mulheres era de 25,7%, assim como o pico no primeiro grupo foi em 2013 com 40,4% e no segundo, no mesmo ano, foi de 36,7% - com diminuição de 1 ponto percentual na diferença entre ambos.

Gráfico 7 - Distribuição percentual da população feminina ocupada com 16 anos ou mais de idade, segundo posição na ocupação - Brasil, 1995 a 2015.



Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria.

O grupo “empregada sem carteira assinada”, por sua vez, teve crescimento no começo do período, atingindo seu pico em 2004, de certo modo semelhante ao mesmo grupo na população masculina. No caso da categoria “funcionária pública/militar”, houve certa estabilidade até 2006 (8,8%) e leve aumento a partir de então, com seu pico em 2015 com 11,2%. Porém, é importante ter em mente que esse aumento em proporção pode significar um aumento significativo em números absolutos. Em último lugar em proporção, está a categoria “empregadora, assim como os homens, porém a proporção para aquelas teve sua média por volta de 2,5%, enquanto para esses, por volta de 4%.

Comparando as trajetórias de cada categoria de ocupação entre homens e mulheres é possível observar que, além da diminuição da diferença no final do período entre os trabalhadores e as trabalhadoras com carteira assinada – sendo os primeiros em maior proporção –, também houve uma diminuição da diferença (no mesmo sentido) entre os trabalhadores e as trabalhadoras sem carteira assinada – apenas que no caso dessa categoria, diferentemente da primeira, se observou trajetórias decrescentes durante todo o período. Enquanto que em 2001 a diferença entre a proporção de trabalhadores e trabalhadoras sem carteira assinada era de 5,1 pontos percentuais, em 2009 era de 3,5 e em 2015, 2,7.

No caso da categoria “empregador/a”, também houve diminuição da diferença (em favor dos homens), apesar de singela, sendo que em 2001 esta era igual 1,9 pontos percentuais, em 2009, 1,7, e em 2015, 1,3.

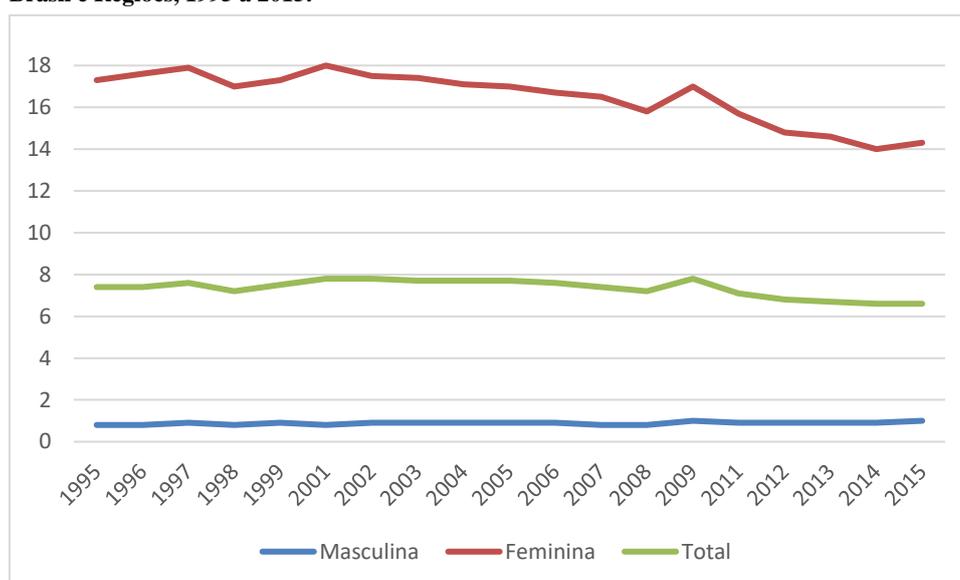
Nas categorias que a proporção das mulheres era maior do que a dos homens, “Empregada Doméstica” e “Funcionária Pública/Militar”, a diferença também se modificou ao longo do período; porém, enquanto que no primeiro caso tal diferença diminuiu, no segundo, aumentou. Se em 2001, 17,9% das mulheres eram empregadas domésticas, enquanto que apenas 7,8% dos homens representavam a mesma categoria neste grupo, em 2015 esses números foram, respectivamente, 14,3% e 6,6%. Ou seja, houve queda geral na categoria tanto entre os homens quanto entre as mulheres, e também diferença entre os dois grupos, porém, as mulheres tem representantes nessa categoria em proporção muito maior do que a dos homens em todo período. Essa evidência coloca ainda mais importante a questão da análise do trabalho doméstico no presente estudo.

O caso da categoria “Funcionária Pública/Militar” também não difere. As mulheres tiveram mais representantes em proporção nesta do que os homens, porém com tal diferença diminuindo ao longo do período. No caso das mulheres, essa proporção em 2001 era de 8,9% e em 2015, 10,5%, enquanto que, para os homens, essa proporção era de 6,7% em 2001 e 7,7% em 2015. Ou seja, o aumento da categoria no caso das mulheres foi mais significativo do que para os homens. Além disso, como essa categoria é a segunda em que a proporção na população feminina é maior do que a proporção na população masculina, também se mostra a importância de analisar mais particularmente o emprego da mão de obra em cargos públicos nos dois grupos da população, homens e mulheres – já que para estas parece ter maior relevância.

Ademais, a diferença entre a proporção de homens e mulheres como empregadores durante o período também diminuiu, apesar de singelamente, assim como na categoria “conta própria”. Em ambos os casos, em todo o período, a proporção de homens era maior do que a proporção de mulheres.

Por fim, cabe sintetizar que as categoriais com mais proporção de homens empregados no total ou na maioria do período foram: empregado com carteira assinada, conta própria, empregado sem carteira assinada, outros, empregado doméstico, funcionário público e empregador. Enquanto que no caso das mulheres foram: empregada com carteira assinada, empregada doméstica, conta própria, outros, empregada sem carteira assinada, funcionária pública/militar e empregadora. A diferença que mais chama atenção no caso é que empregadas domésticas no caso das mulheres é a segunda categoria com maior proporção, enquanto que para os homens é apenas a quinta colocação, ficando atrás de trabalhadores por conta própria, empregados com carteira assinada e "outros". O Gráfico 8 expõe essa diferença da proporção de trabalhadores domésticos no total de ocupados por sexo.

Gráfico 8 - Proporção de Trabalhadores/as Domésticos/as no Total de Ocupados, por Sexo-Brasil e Regiões, 1995 a 2015.

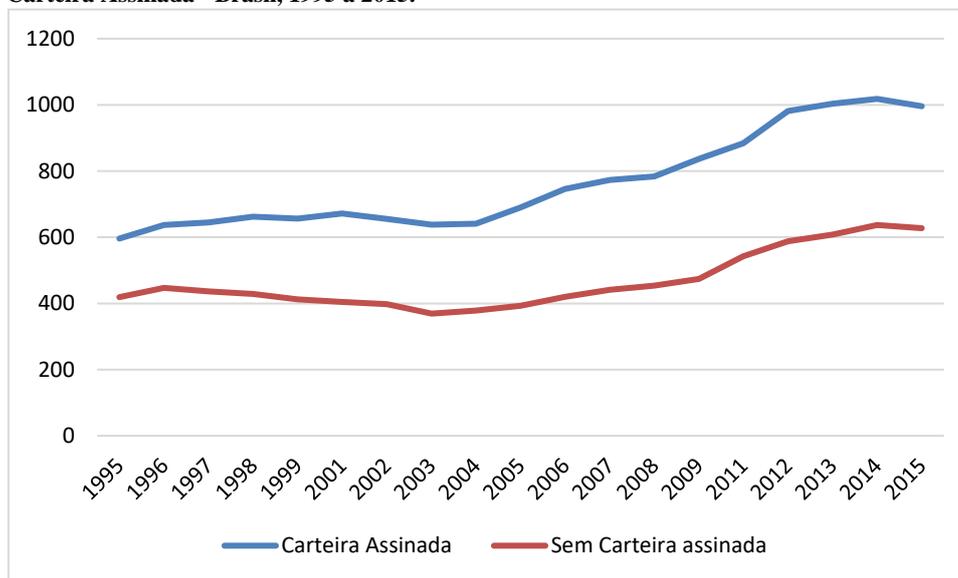


Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria.

Em adição, a partir do Gráfico 9, é possível observar a diferença do rendimento para as trabalhadoras domésticas com carteira assinada e sem carteira assinada. Ou seja, um aumento da formalização do trabalho, principalmente doméstico e no caso das mulheres, significa um aumento no rendimento médio mensal. Dessa forma, é importante destacar que essa melhora no caso do trabalho doméstico, quanto também no aumento dos trabalhadores com carteira assinada, ocorreu após 2003, já no mandato de Lula, com crescimento mais significativo no final do mesmo, provavelmente graças

a políticas trabalhistas. Importante frisar também que a diferença entre as duas curvas do gráfico aumentou durante o tempo, mostrando que a vantagem no quesito de rendimento de ser uma trabalhadora doméstica com carteira assinada cresceu de forma importante dentro do período.

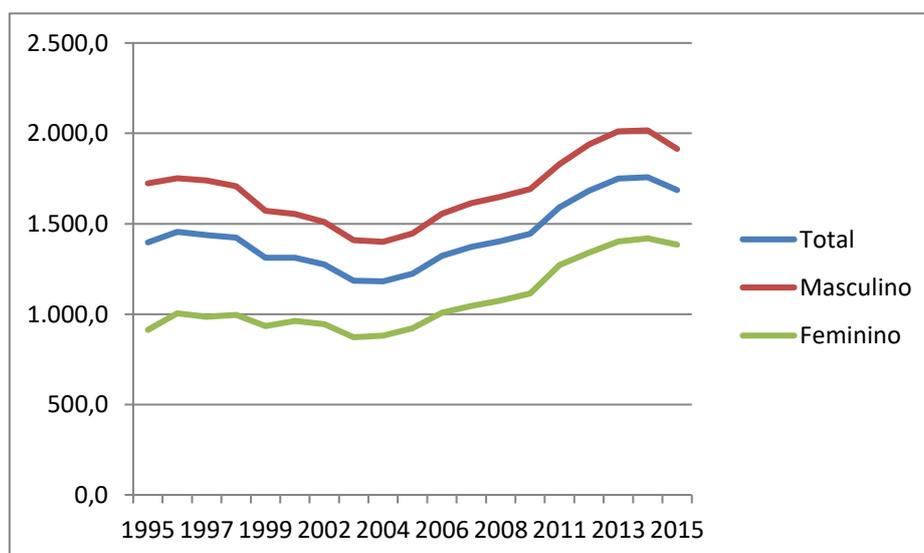
Gráfico 9 - Rendimento Médio Mensal das Trabalhadoras Domésticas, segundo Posse de Carteira Assinada - Brasil, 1995 a 2015.



*dados deflacionados com base no INPC, período de referência set./2015.
Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria.

A próxima variável a ser observada se trata do rendimento médio mensal do trabalho principal da população ocupada, segundo o sexo. A partir do Gráfico 10, é fácil observar a clara diferença de rendimento entre os sexos. Durante todo o período, a diferença entre o rendimento médio mensal dos homens e das mulheres representa mais de 500 reais em favor do primeiro grupo.

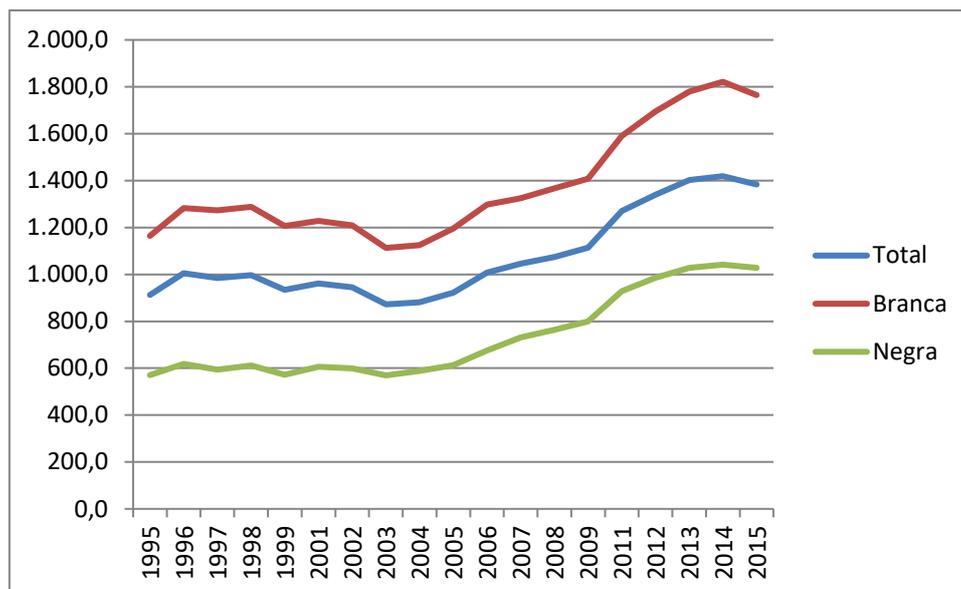
Gráfico 10 - Rendimento Médio Mensal no Trabalho Principal da População Ocupada de 16 anos ou mais de idade, por Sexo – Brasil, 1995 a 2015*



*dados deflacionados com base no INPC, período de referência set./2015.
Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria.

Ainda, analisando os dados do Gráfico 11, a situação da mulher negra é não só pior do que a dos homens em geral, como pior do que a das mulheres brancas, com mais de 500 reais de diferença em relação a estas. Ou seja, as mulheres negras representam o grupo com menor rendimento na população brasileira, com mais de 1000 reais de diferença com a média salarial dos homens brasileiros.

Gráfico 11 - Rendimento Médio Mensal no Trabalho Principal da População Ocupada de 16 anos ou mais de idade, do sexo feminino, segundo Cor/Raça - Brasil e Regiões, 1995 a 2015

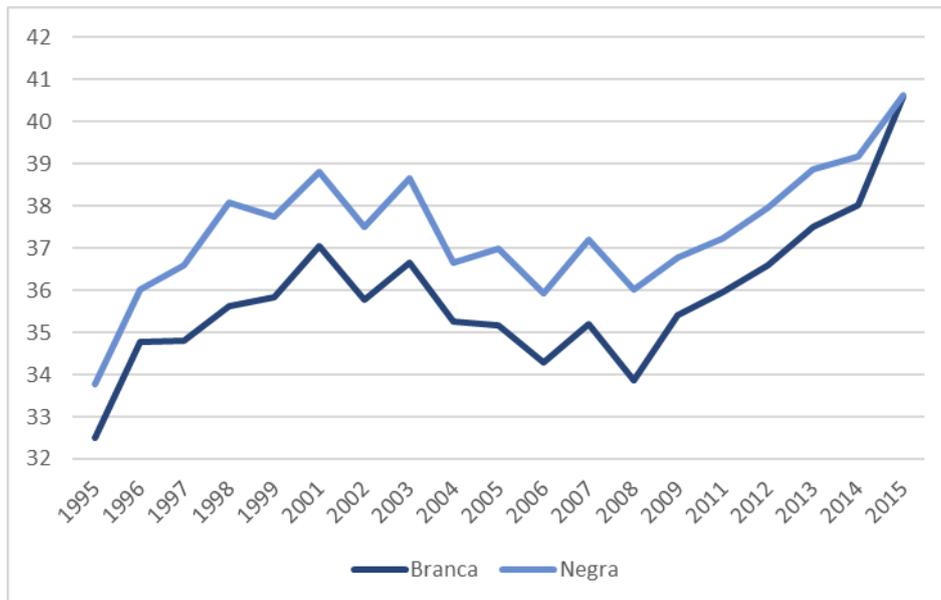


*dados deflacionados com base no INPC, período de referência set./2015.

Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria.

Voltando para a questão do trabalho doméstico, mais especificamente da importância do seu rendimento para as famílias, no Gráfico 12 é possível ver que a renda proveniente dessa categoria de trabalho na renda mensal domiciliar que participam tem grande importância, e crescente. O valor mais baixo durante todo o período é de 34%, bastante relevante, e o valor mais alto de mais de 40%, em 2015. Além disso, esse tipo de renda é ainda mais importante no caso de famílias negras, como já era esperado, já que grande parte das mulheres ocupadas em trabalho doméstico fazem parte desse grupo.

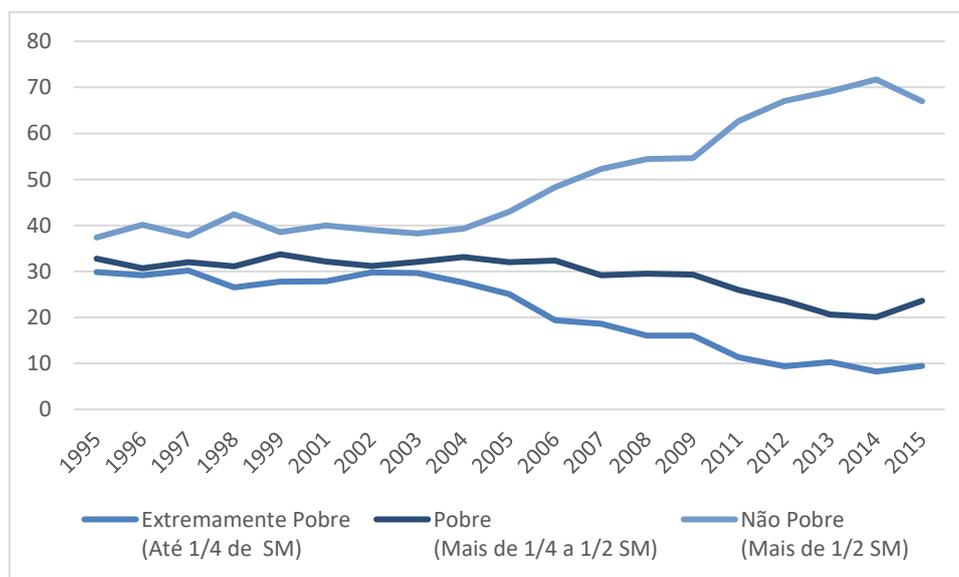
Gráfico 12 - Proporção da Renda da Trabalhadora Doméstica na Renda Mensal Domiciliar, segundo Cor/Raça - Brasil, 1995 a 2015



Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria.

Em adição, a partir do Gráfico 13, podemos observar como os domicílios chefiados por mulheres trabalhadoras domésticas têm ficado cada vez mais pobres. Houve um aumento significativo de famílias extremamente pobres e pobres, em níveis inclusive maiores do que os domicílios não pobres. Assim, é possível concluir que há um aumento dos domicílios chefiados por mulheres trabalhadoras domésticas entre os DCMs e que esse aumento é mais expressivo entre os DCMs extremamente pobres e pobres.

Gráfico 13 - Distribuição Percentual dos Domicílios Chefiados por Trabalhadoras Domésticas, segundo Situação de Pobreza - Brasil, 1995 a 2015.

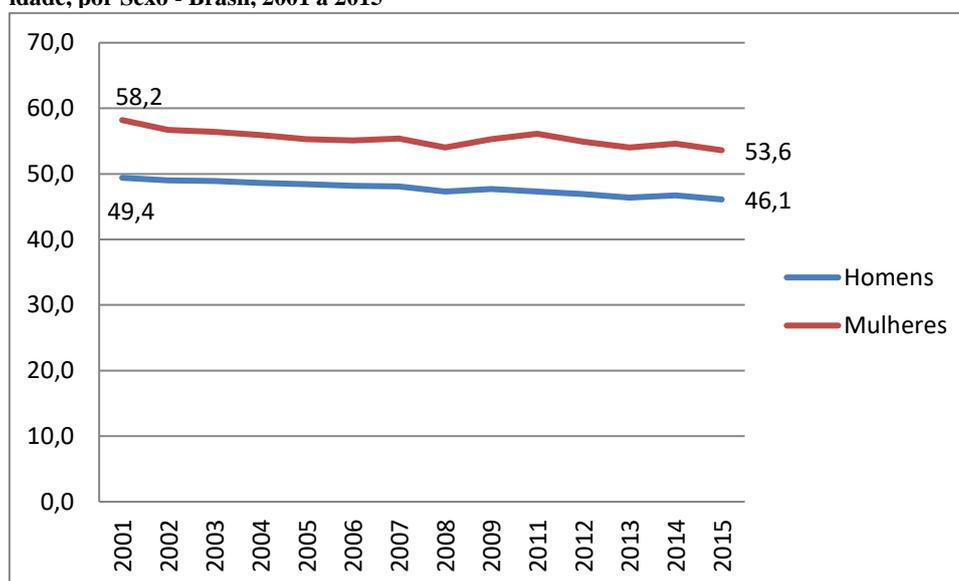


Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria.

Outra questão importantíssima é a quantidade de horas trabalhadas, já que na grande maioria das famílias são as mulheres as responsáveis pelos afazeres domésticos além de terem outra ocupação. a jornada de trabalho da mulher – soma despendida no trabalho principal e nos afazeres domésticos – é em média 7,6 horas maior do que a jornada de trabalho do homem durante o período entre 2001 e 2015. Por mais que essa diferença tenha diminuído no período, ainda é muito expressiva, o que mostra claramente que mulheres dedicam mais horas ao trabalho e recebem menos, como mostrado anteriormente.

Dessa forma, na questão do mercado de trabalho fica claro que a mulher está em posição desfavorável em relação ao homem, uma vez que ganha menos e trabalha mais, como é possível notar no Gráfico 14, sendo que muitas das atividades e trabalhos domésticos e de reprodução são ocupadas por elas, ou seja, atividades ou sem remuneração ou com remuneração mais baixa (segundo dados da PNAD, em 2012 as mulheres chefes de família ocupavam apenas 22% dos cargos de direção em geral, em relação ao total de chefes de famílias, 52% cargos em serviços não administrativos ou de comércio e apenas 4% dos membros de forças armadas).

Gráfico 14 - Jornada Média Total de Trabalho da População Ocupada de 16 anos ou mais de idade, por Sexo - Brasil, 2001 a 2015



Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria.

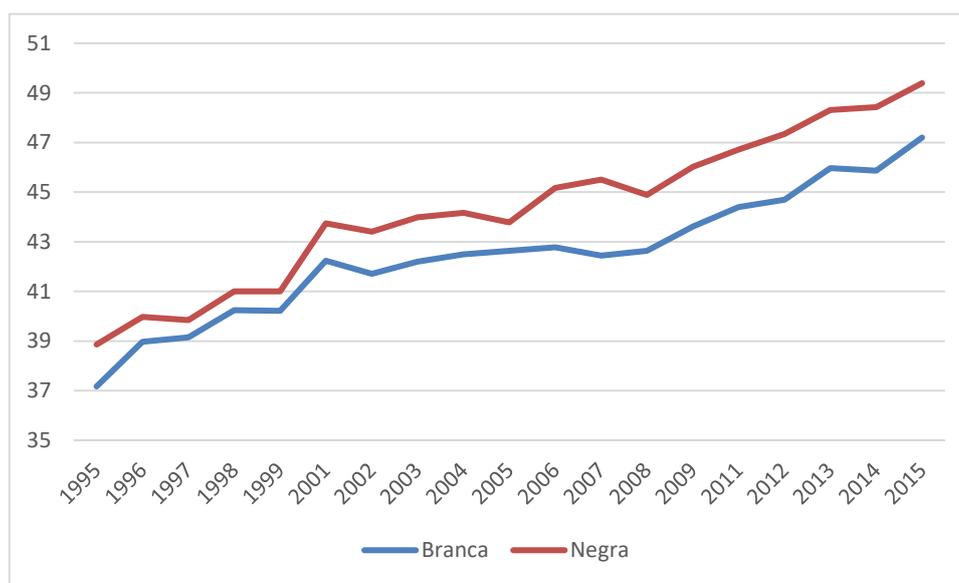
2.2. Renda

Outra variável muito importante para comparar a qualidade de vida entre as famílias chefiadas por mulheres e as chefiadas por homens é a renda, assim como as trajetórias durante o período. Nesse subitem da análise quantitativa variáveis como distribuição percentual das famílias dentro das faixas de renda familiar *per capita*, proporção da renda das mulheres na renda mensal familiar, renda

domiciliar *per capita* média por sexo, e a diferença em pontos percentuais entre os sexos e cor/raça. Por fim, dada a importância das transferências de renda e dos programas sociais será feita uma breve exposição da evolução da média da renda de transferências (aposentadoria, pensão, abono permanência e doação de não morador), assim como a proporção e distribuição percentual de domicílios que recebem recursos, segundo cor e sexo do chefe do domicílio e programa/benefício social (erradicação do trabalho infantil, prestação continuada e bolsa família, nos anos de 2004 e 2006).

Primeiramente, é importante mostrar a crescente importância da renda das mulheres dentro do domicílio no período estudado, representado pelo crescimento da proporção da renda das mulheres, brancas e negras, na renda mensal familiar, como é mostrado no Gráfico 15. Logo, fica claro que a questão da renda feminina é cada vez mais essencial para o sustento das famílias, e por isso também deve ser considerada relevante para estudos de distribuição e evolução da renda.

Gráfico 15 - Proporção da Renda das Mulheres na Renda Mensal Familiar, segundo Cor/Raça - Brasil e Regiões, 1995 a 2015.



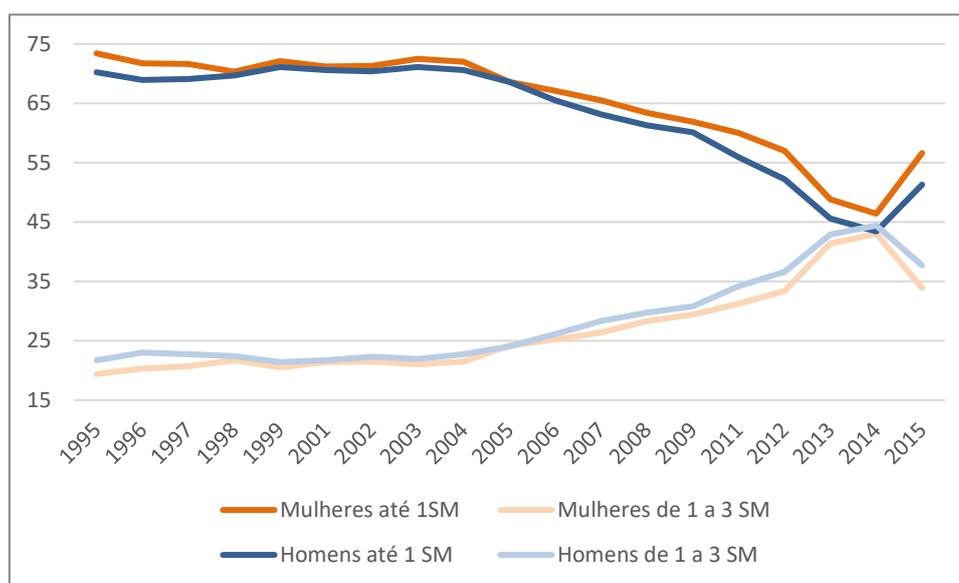
Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria.

Ademais, segundo Leone (2010), a importância da renda do trabalho dos homens na renda familiar é menor nas famílias consideradas não pobres, o que expressa o peso do trabalho da mulher e de outras fontes de renda no sustento da família.

Entrando agora no quesito da situação dos DCMs nas faixas de renda familiar, a partir do Gráfico 16, é possível observar que grande parte das famílias chefiadas por mulheres se encontra na faixa mais baixa de renda *per capita* (até 1 salário mínimo), e se considerarmos as duas faixas mais baixas de renda *per capita* (até 3 salários mínimos) os números alcançam quase 80%, um número impressionante

já que, mesmo com a melhora de distribuição de renda entre essas duas faixas, os DCMs se encontram majoritariamente nas faixas mais baixas de renda *per capita* no Brasil. Além disso, outra informação interessante é a redução das chefes de família na faixa de até 1 salário mínimo e na faixa de 1 a 3 salários mínimos, o que pode indicar uma melhoria na renda das mulheres chefes de família. Entretanto, como será constatado mais adiante esse movimento dos domicílios chefiados por mulheres se comparado aos chefiados por homens ainda aponta desigualdade significativa entre os gêneros.

Gráfico 16 - Distribuição percentual das famílias por sexo do chefe de família, segundo faixa de renda familiar per capita - Brasil, 1995 a 2015.



Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria.

Ainda, é possível observar que grande parte das famílias chefiadas por mulheres se encontra na faixa mais baixa de renda *per capita* (até 1 salário mínimo), assim como aquelas chefiadas por homens. Entretanto, o primeiro grupo teve distribuição mais significativa durante todo o período, aumentando sua diferença após 2006. E se considerarmos a segunda faixa mais baixa de renda *per capita* (de 1 a 3 salários mínimos) a distribuição das famílias chefiadas por mulheres é menor do que aquela das famílias chefiadas por homens, ou seja, há diminuição da distribuição desse grupo de acordo com a melhora na faixa de renda familiar *per capita*, quando comparada à situação dos homens.

Pelo gráfico também é possível ver que mesmo com uma melhora da condição de distribuição de renda (diminuição da distribuição populacional na faixa mais baixa), essa não é no mesmo nível quando comparada na situação dos dois grupos, ou seja, mesmo em um cenário positivo, principalmente após 2004, os domicílios chefiados por mulheres ainda estão em desvantagem.

Logo, são percebidas situações de maior vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres, em especial, os por mulheres negras, quando comparados aos domicílios chefiados por homens. Os dados de rendimento de 2009, por exemplo, mostram que a renda domiciliar *per capita* média de uma família chefiada por um homem branco era de R\$ 997, ao passo que a renda média numa família chefiada por uma mulher negra era de apenas de R\$ 491. Do mesmo modo, enquanto 69% das famílias chefiadas por mulheres negras ganham até um salário mínimo, este percentual cai para 41% quando se trata de famílias chefiadas por homens brancos (PINHEIRO, 2011).

Além disso, pela Tabela 1, é possível fazer uma comparação entre a renda familiar *per capita* de famílias chefiadas por homens e famílias chefiadas por mulheres, além da sua evolução no tempo. Os valores em vermelho indicam decréscimo no período indicado da distribuição em cada categoria, assim, primeiramente, fica em evidência que a proporção de domicílios chefiados por homens decresceu de forma mais atenuada do que aqueles chefiados por mulheres quanto à faixa mais baixa de renda, enquanto aqueles tiveram crescimento maior relativo quanto sua proporção no restante das faixas. Ou seja, fica claro que, em um movimento geral de relativa melhora na distribuição de renda no período, o crescimento da renda *per capita* de domicílios chefiados por mulheres é menor, mostrando uma melhor condição dos domicílios chefiados por homens quanto a recursos financeiros.

Tabela 1 - Distribuição percentual das famílias, segundo cor/raça e gênero do chefe de família e faixa de renda familiar per capita - Brasil, 1995 a 2015

Cor/Raça	Renda Familiar per capita	Ano					Período				
		1995	2001	2005	2011	2015	1995-2001	2001-2005	2005-2011	2011-2015	1995-2015
Masculino	Até 1 SM	70,2	70,6	68,6	55,9	51,3	0,57%	-2,92%	-22,72%	-8,97%	-37%
	Acima de 1 a 3 SM	21,7	21,7	24,0	34,2	37,7	0,00%	9,58%	29,82%	9,28%	42%
	Acima de 3 a 5 SM	4,4	4,3	4,2	5,5	6,0	-2,33%	-2,38%	23,64%	8,33%	27%
	Acima de 5 a 8 SM	2,0	1,8	1,9	2,3	2,8	-11,11%	5,26%	17,39%	17,86%	29%
	Acima de 8 SM	1,6	1,6	1,4	2,1	2,2	0,00%	-14,29%	33,33%	4,55%	27%
Feminino	Até 1 SM	73,4	71,2	68,6	60,0	56,6	-3,09%	-3,79%	-14,33%	-6,01%	-30%
	Acima de 1 a 3 SM	19,4	21,4	24,2	31,2	33,9	9,35%	11,57%	22,44%	7,96%	43%
	Acima de 3 a 5 SM	3,9	4,2	4,1	5,0	5,2	7,14%	-2,44%	18,00%	3,85%	25%
	Acima de 5 a 8 SM	1,8	1,7	1,8	2,1	2,6	-5,88%	5,56%	14,29%	19,23%	31%
	Acima de 8 SM	1,5	1,5	1,3	1,8	1,7	0,00%	-15,38%	27,78%	-5,88%	12%

*dados deflacionados com base no INPC, período de referência set./2015.

Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria.

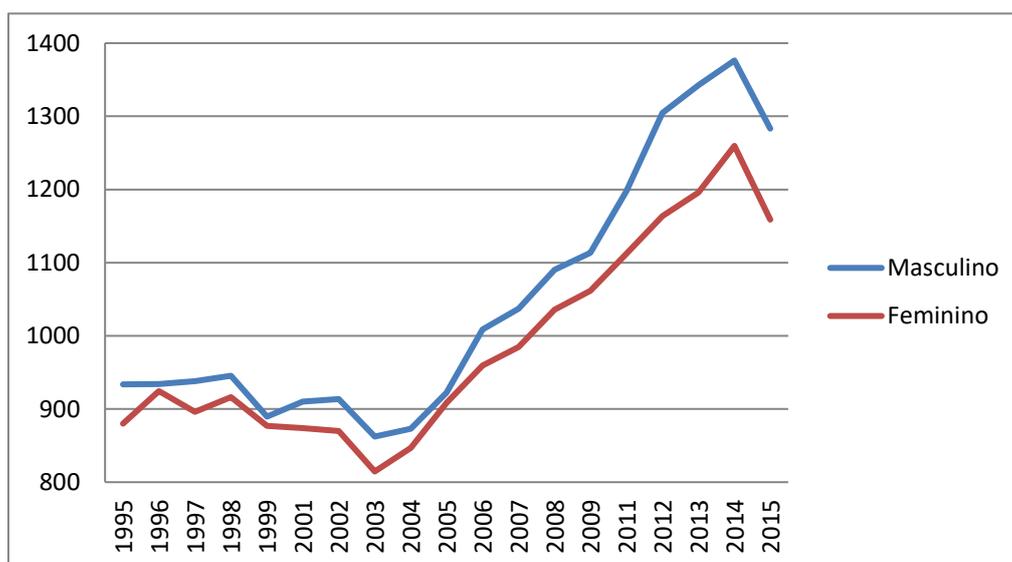
Levando em consideração também os períodos governamentais, até 2001 não houve mudanças significativas para as famílias chefiadas por homens quanto a mobilidade nas faixas de renda, no caso das mulheres a mudança foi mais significativa, principalmente com a diminuição na participação da faixa mais baixa e aumento na segunda e terceira faixa mais baixa - o que pode representar uma singela melhora no período governamental de FHC. Em 2001 e 2005, os dois grupos apresentaram bastante semelhança na distribuição em cada faixa de renda.

Entretanto, quando comparado às mudanças ocorridas entre 2005 e 2011, a distribuição de renda até 2005 é muito pequena, já que houve queda de aproximadamente 23% no caso dos homens e 14% no caso das mulheres na faixa mais baixa de renda - subperíodo com queda mais significativa entre 1995 e 2015. O aumento nas outras faixas também foi bastante significativo. Cabe inferir, então, que este período - correspondente ao final do governo Lula e começo do governo Dilma - foi o mais significativo de todo recorte temporal no quesito distribuição de renda. Por último, a diferença da distribuição entre os anos de 2011 e 2015 foi bem mais significativa que aquela nos dois primeiros períodos, apesar de menor que a do terceiro, principalmente nas três maiores faixas de renda (exceto pela maior faixa de renda no caso das mulheres).

Em conclusão, o governo Lula parece ter sido o que mais obteve resultados na questão da distribuição de renda (considerando que os efeitos de políticas se dão ao longo do tempo e não imediatamente), porém, aparentemente, quanto maior a melhora nessa distribuição, maior fica a diferença entre as famílias chefiadas por homens e mulheres, em favor dos primeiros.

Mais especificamente, ao observar as trajetórias da renda domiciliar *per capita* média por sexo dos chefes de família (Gráfico 17), fica evidente que a diferença percentual entre a renda domiciliar *per capita* média da população e a renda dos chefes de família (homens e mulheres) tem aumentado em favor do sexo masculino, sendo que, em 2013, essa diferença atingiu seu ápice com 11,4%. Se, no início do ano de 1995, a diferença média da renda *per capita* entre esses dois tipos de domicílios era de R\$53,7, em 2015, era de R\$ 124,6.

Gráfico 17 - Renda domiciliar per capita média por sexo dos/as chefes de família - Brasil, 1995 a 2015

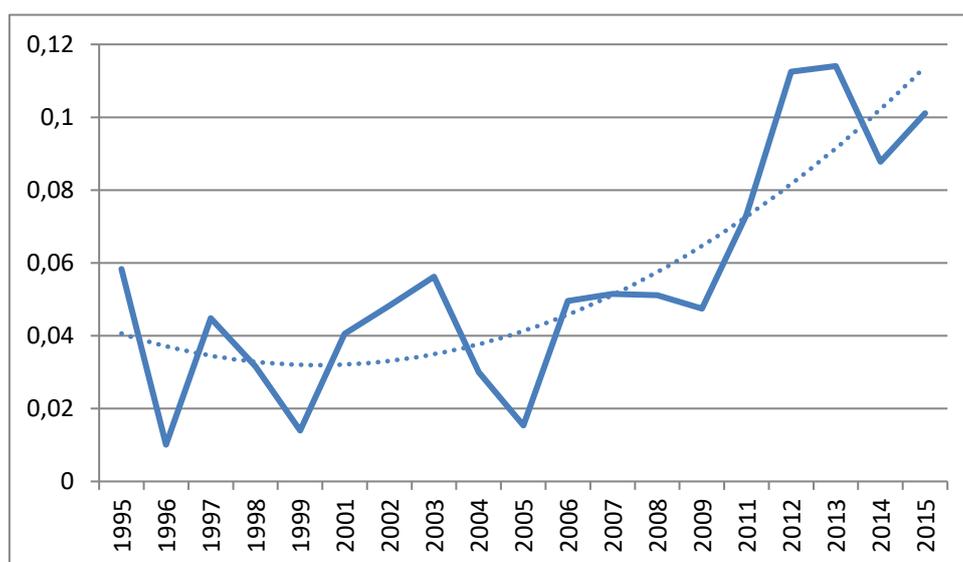


*dados deflacionados com base no INPC, período de referência set./2015.

Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria.

Observando o Gráfico 18, que expõe a diferença em pontos percentuais entre a renda *per capita* média dos chefes de família em relação ao total é possível observar de forma ainda mais clara essa discrepância crescente entre as trajetórias da renda dos dois grupos. Mais ainda, a partir de 2006, essa diferença cresceu exponencialmente, deixando claro que apesar de uma melhora geral na distribuição de renda no Brasil após 2003, principalmente, a melhora no caso dos homens não é acompanhada pela melhora no caso das mulheres.

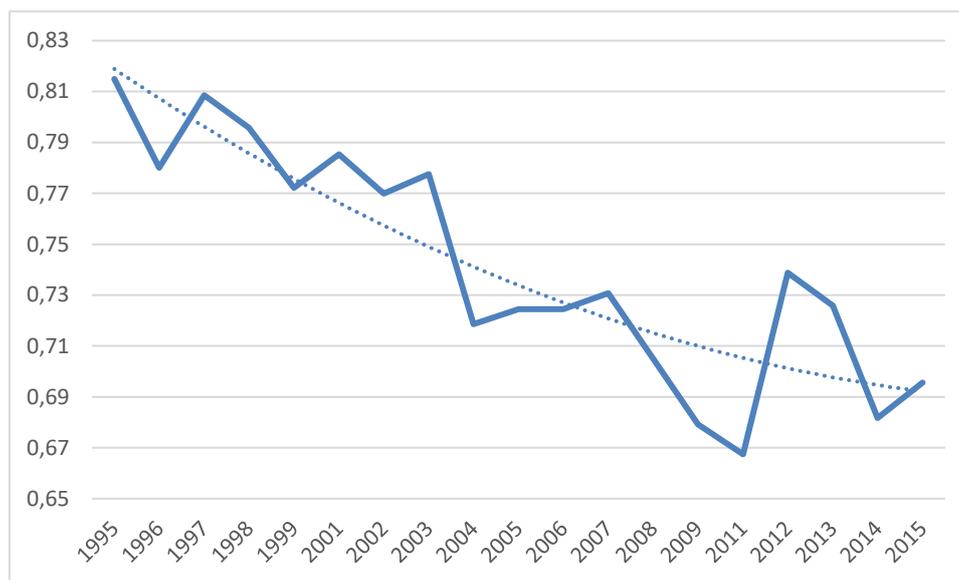
Gráfico 18 - Diferença em pontos percentuais entre a renda *per capita* média dos/as chefes de famílias em relação a total - Brasil, 1995 a 2015



Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria.

Por último, ao comparar essa mesma diferença em pontos percentuais entre a renda *per capita* média dos chefes de famílias brancos e das chefes de famílias negras em relação ao total (Gráfico 19) é possível ver uma queda significativa. Porém, os valores dessa diferença são gritantes. Enquanto que a diferença entre homens e mulheres no total chega no seu pico em 2013 perto de 12 pontos percentuais, no caso comparando homens brancos e mulheres negras o pico, em 1995, é de mais de 80 pontos percentuais de diferença, e em 2013 esse valor é, aproximadamente, 73 pontos percentuais.

Gráfico 19 - Diferença percentual entre a renda per capita média dos chefes de famílias brancos e das chefes de família negras em relação a total - Brasil, 1995 a 2015



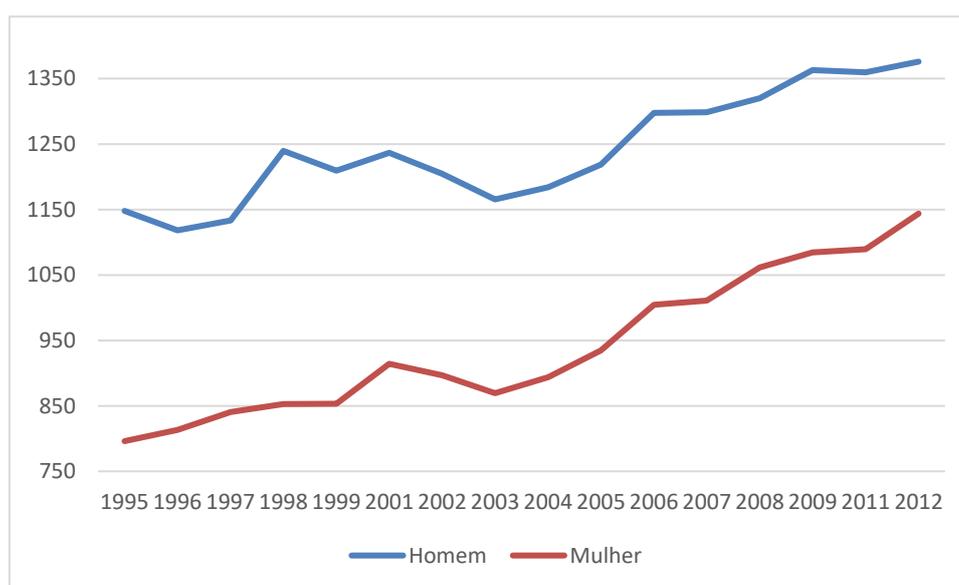
Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria.

Outra questão importante na discussão sobre a estrutura familiar e renda dos DCMs é a da transferência de renda, já que nestes são considerados aqueles que mulheres possuem filhos e sem parceiros ou cônjuges. No caso brasileiro, a questão do abandono é preocupante. Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base no Censo Escolar de 2011, apontam que há 5,5 milhões de crianças brasileiras sem o nome do pai na certidão de nascimento. Além disso, há ainda aquelas que possuem o pai na certidão de nascimento, porém não recebem nenhum tipo de pensão seja por falta de recursos para oficializar esse pagamento na justiça ou por inadimplência do pai ao cumprir com suas obrigações para com seus filhos. Muitas vezes, inclusive, há o chamado “abandono afetivo” em que pais podem até pagar a pensão, mas não buscam seu direito de ver seus filhos.

A questão do divórcio é ainda mais difícil de quantificar, muitos casais, principalmente de baixa renda, não oficializam sua união e por isso não há registros de separações ou divórcios, e consequente guarda dos filhos. Dessa forma, não é possível estabelecer uma proporção de quantos desses divórcios ou separações, criando DCMs, ocorrem nas classes mais baixas ou ainda se há diminuição da renda depois dos mesmos. Porém, o fato é que pelo número de uniões legais na classe mais baixa ser bem menor, justamente por falta de recursos, uma separação coloca a mãe com consequente guarda dos filhos em situação ainda mais instável e vulnerável, dado que repartições de bens podem não ser justas se não forem feitas de forma legal.

Assim, como é possível observar no Gráfico 20, a média da renda de transferências, ou seja, aquelas não ligadas ao trabalho ou ativos – aposentadoria, pensão, abono e doações – recebidas pelos chefes de domicílios homens é maior do que em relação às mulheres. Por mais que seja curioso e dê espaço para elaborar hipóteses a respeito do não pagamento de pensões alimentícias por parte dos pais, ainda não é possível com apenas esses dados inferir que parte significativa das crianças que não estão sob a guarda dos pais não recebem pensão destes, ou seja, não recebem apoio financeiro além daquele da chefe de família, com quem mora. Porém, mais uma vez a renda, dessa vez não necessariamente relacionada ao trabalho, recebida pela mulher é menor do que aquela recebida pelo homem no período com dados disponíveis (1995-2012), por mais que essa diferença esteja diminuindo com o passar dos anos. Isto pode se dar tanto por aposentadorias maiores dos homens, renda fruto do trabalho, seja pela maior média de salários recebidos ou contribuições feitas ao longo da vida, ou por outros tipos de pensões, abonos ou doações.

Gráfico 20 - Média da Renda de Transferências (Aposentadoria, Pensão, Abono Permanência, Doação de Não Morador), por sexo do chefe de domicílio - Brasil, 1995 a 2015



Fonte: IBGE/PNAD – Elaboração própria.

Capítulo 3 - A problemática das políticas sociais e dos efeitos do neoliberalismo na situação dos domicílios chefiados por mulheres

O Brasil apresentou nas últimas cinco a seis décadas tensões entre dois movimentos estruturais importantes no que diz respeito a política social. Um desses movimentos seria o Estado de Bem-Estar Social no país, que indicou o rumo da estruturação de bases institucionais e financeiras que tiveram início na década de 1930 em todo mundo e ganhou impulso no Brasil nas lutas contra o regime militar e que teve seu auge na Constituição de 1988. Esse foi início da redemocratização, em que, pela primeira vez na história brasileira, se formulou o ideário de um sistema de proteção social, universal e igualitário. Entretanto, a efetividade dessa conquista dependeria do crescimento econômico e das políticas governamentais.

O segundo movimento, em contrapartida, seria a direção oposta, que reivindica o fim do Estado de Bem-Estar Social que foi esboçado em 1988. Internacionalmente, esse novo ciclo foi resultado do ajuste e reestruturação das economias centrais frente à Terceira Revolução Industrial e o fim da bipolaridade mundial (comunismo X capitalismo), o que possibilitou o fim do compromisso colocado no pós-guerra de bem-estar social para com a população. Na perspectiva ideológica, esse processo foi baseado pelo ideário neoliberal que se tornou hegemônico e, no Brasil, esse ciclo foi iniciado com o fim do Estado Nacional Desenvolvimentista (FAGNANI, 2005).

Ou seja, o neoliberalismo é uma política e uma ideologia que vem surgindo desde a década de 1970, que, acima de tudo, propõe e defende a redução da participação do Estado na economia. Tal defesa tomou um âmbito tão grande que impactou diretamente a vida das pessoas em diversos âmbitos, mas principalmente afetou a classe trabalhadora por diminuir a proteção do trabalho e da seguridade social, permitindo a precarização das leis trabalhistas que tem como consequência um aumento da exploração da classe trabalhadora, aumentando sua sobrecarga e diminuindo seu rendimento, além de promover a competição entre os trabalhadores.

Ao neoliberalismo é atribuído diversos significados, porém, este trabalho considera as definições que tratam dos efeitos dessa ideologia na vida da classe trabalhadora e das mulheres. Nesse sentido, uma das definições de neoliberalismo que este trabalho considera é aquela apresentada por Castro (2008) que o entende como um conjunto de políticas econômicas e sociais que permitem a precarização do mercado de trabalho (mascarada como uma “flexibilização”) para homens e mulheres, o aumento da exclusão social por meio de políticas que não priorizem a distribuição de renda e a preocupação

exacerbada com um gasto social “elevado” e com o compromisso de pagamento da dívida do Estado como prioridade.

Em adição, Dweck (2018) entende o neoliberalismo como um conjunto de políticas considerados de austeridade econômica, definida como uma política de ajuste da economia fundada na redução dos gastos públicos e do papel do Estado, diminuindo suas funções de promoção do bem-estar social e de indução do crescimento econômico. Assim, a autora busca discutir os efeitos do uso de políticas de austeridade no Brasil em duas principais dimensões: a desigualdade e o crescimento.

Além disso, uma discussão que Castro (2008) traz e que este trabalho considera importante é o entendimento de que o neoliberalismo tem que ser discutido - além de uma forma de organização da economia - também como um tipo de cultura pela qual se amplia a sujeição dos e das trabalhadoras, que inclusive culmina dignidade, autoestima e vontades principalmente dessa significativa parte da população.

Essa característica do neoliberalismo diz respeito também ao incentivo a um individualismo narcisista (e conseqüente competição dos trabalhadores) como conseqüência de processos de trabalho que dão ênfase para modernização, eficiência e técnicas de gestão associadas (como o Toyotismo, por exemplo), ao invés de uma "solidariedade associativista". Isso acaba por reproduzir, como conseqüência, estereótipos das mulheres que justificariam a sujeição do trabalho feminino a cargos de menor reconhecimento e a menor remuneração, por exemplo, por restringirem elas a uma imagem dócil e estritamente interessada na família, que não teria lugar a outros cargos que não sejam limitados ao trabalho doméstico, de limpeza e de cuidados. Esses estereótipos, então, acabam por restringir a inserção da mulher no mercado de trabalho em certas unidades de produção, com menor remuneração quando comparada aos homens, sem mudanças nas divisões de poder no trabalho ou sem melhoria do nível de vida das mulheres (CASTRO, 2008)

Em adição, Moreno (2017) propõe uma reflexão acerca das ameaças do neoliberalismo e do conservadorismo nas condições de vida e de trabalho das mulheres, tanto na questão da divisão sexual do trabalho, quanto acerca dos discursos em torno da concepção de família de setores conservadores, colocando o trabalho de cuidado e doméstico a cargo das mulheres. Esse "familismo" imposto sobre as mulheres inclusive nas políticas sociais seria uma contradição, um paradoxo da dependência feminina. Para a autora, as mulheres são dependentes porque outras pessoas dependem delas e isso reduz sua possibilidade de autonomia econômica. Paralelamente, porém, o "sucesso" do

funcionamento de programas sociais e da economia dependem dessas mulheres - até porque a política social neoliberal se restringe a programas de transferência de renda focalizados aos "mais pobres entre os pobres", colocando as mulheres como titulares do recebimento desses benefícios.

O neoliberalismo conservador impõe sobre as mulheres esses estereótipos ao mesmo tempo que as negam melhores condições no mercado de trabalho e não as oferece acesso a serviços públicos de qualidade. Dessa forma, as políticas públicas que partem dessa ideologia, não possibilitam uma igualdade ou autonomia entre seus objetivos explícitos, porque ao mesmo tempo em que o trabalho doméstico e de cuidado é essencial numa economia, e instrumento implícito para a viabilização dessas mesmas políticas, não se oferece à mulheres – a quem recai esse tipo de trabalho – condições para que consigam suportar suas famílias. Ou seja, nessa perspectiva a respeito de um dos vários significados atribuídos ao neoliberalismo, Moreno (2017) coloca na centralidade a questão da divisão sexual do trabalho e as dinâmicas das relações sociais de classe, raça e sexo e mostram como enunciados de um suposto "neoliberalismo progressista" - ideia que vem se disseminando nas últimas décadas principalmente nos EUA - são descolados da verdadeira condição de vida que políticas e ideologia neoliberais (que em seu cerne são conservadoras) sobre a vida as condições de vida e de trabalho das mulheres.

O presente capítulo, então, busca discutir como o neoliberalismo e as políticas públicas derivadas afetam os DCMs. Para tanto, apresenta-se o entendimento do neoliberalismo tanto como uma doutrina econômica, quanto como uma ideologia social, e quais são as consequências do mesmo na qualidade de vida dos trabalhadores e, particularmente, das mulheres pobres. Diante dessa exposição, é feita uma breve discussão a respeito das possíveis políticas sociais para mulheres, no Brasil, em tal cenário.

3.1. O Neoliberalismo e a austeridade

Na literatura internacional no plano da economia, a austeridade – conjunto de políticas característica do neoliberalismo – tem seu pressuposto de que o setor público e o setor privado disputam recursos ou poupança, e que uma diminuição do gasto do governo abriria espaço para um aumento do gasto privado, este considerado mais eficiente. Essa é a tese da contração fiscal expansionista, uma das principais do neoliberalismo (FAGNANI, 2007).

A principal ideia disseminada para vender esse tipo de política é de que os gastos públicos – principalmente sociais, referentes a manutenção do salário mínimo, por exemplo – feitos no passado teriam sido feitos em excesso, o que seria a causa de instabilidades e desequilíbrios futuros, apresentados atualmente. Acredita-se, nessa linha, que uma redução do gasto social e o compromisso

do governo em pagar sua dívida, incentivaria os empresários a investir mais, aumento que, por sua vez, atrelaria maior crescimento econômico e consequente redução das desigualdades sociais.

Porém, tais resultados não são observados na realidade, pelo contrário. Estudos apresentados no artigo de Esther Dweck (2018), “Impacto da austeridade sobre o crescimento e a desigualdade no Brasil”, mostram que o argumento de que o uso de medidas de austeridades nos países que enfrentam uma desaceleração econômica levaria a um crescimento posterior maior e a uma redução da dívida pública, vale apenas pra 1 dos 107 casos históricos analisados por Alesina e Ardagna (2010).

O próprio *mainstream* econômico tem crescido sua crítica a tais políticas de austeridade por seus efeitos negativos, em especial o “efeito histerese”, que seria a tendência de um sistema de manter suas propriedades mesmo na ausência do estímulo que as criou inicialmente, ou ainda de preservar uma deformação causada pelo mesmo – ou seja, a economia pode manter as consequências relacionadas ao processo de recessão.

Dweck ainda mostra que até o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2010, reviu sua posição em relação ao uso de medidas de austeridade fiscal em casos de recessões econômicas, já que, uma vez implementada, pode comprometer o crescimento e piorar os indicadores econômicos por reduzir o PIB e aumentar o desemprego no curto prazo, mesmo após um período significativo de estímulo fiscal. Ou seja, contrações fiscais seriam, na verdade, contracionistas. Se é preciso fazer ajustes fiscais, estes têm que ser feitos durante períodos de crescimento econômico e não de desaceleração e cada país tem que encontrar seu próprio caminho em busca de um maior equilíbrio das contas públicas.

Outra questão importante defendida pelo *mainstream* é relacionada ao multiplicador fiscal, com a percepção de que este seria próximo de zero ou até mesmo negativo. Entretanto, após a crise de 2008 tal tese encontrou controvérsia quanto a magnitude e a direção dos efeitos do gasto público sobre o PIB em países industrializados. Mais ainda, Dweck apresenta estudos que mostram um efeito autodestrutivo do ajuste fiscal, por concluir, com base nas experiências de diferentes países após a crise, que uma consequente redução da produção torna o objetivo da consolidação fiscal mais difícil, isso porque diminui as receitas fiscais e aumenta a relação dívida/PIB.

3.1.1. Neoliberalismo no Brasil

Esther Dweck busca em seu trabalho de 2018 discutir as duas diferentes dimensões dos reflexos de políticas neoliberais num país periférico como o Brasil: crescimento econômico e desigualdade social. O conceito de austeridade econômica usado no artigo é definido como uma política de ajuste

da economia com redução dos gastos públicos e do papel do Estado como agente indutor de crescimento econômico e promotor do bem estar social. Para a autora, a defesa de tais políticas chegaram no seu ápice com a aprovação da Emenda Constitucional de 1995 que permitiu a prática de austeridade por 10 anos, no mínimo.

Essa proposta de um novo regime fiscal, da Emenda Constitucional de 1995, institui uma regra para as despesas primárias do Governo Federal, parte desse fica limitado por um teto definido pelo montante máximo do ano anterior reajustados pela inflação acumulada em 12 meses (segundo o IPCA). Essa impossibilidade do crescimento real das despesas totais resulta na redução do gasto público em relação ao PIB e ao tamanho da população, ou seja, reduz o gasto público *per capita*.

A Constituição de 1988 representou um amplo movimento na direção dos direitos humanos no Brasil. Porém, desde os anos 1990, segundo Fagnani (2007), deixou-se vigorar o princípio da “irredutibilidade do valor dos benefícios” para aqueles do âmbito da seguridade social. Desde a nova Constituição, setores conservadores, representantes da “contrarreforma” apresentam inúmeros mitos e falácias para justificar a ofensiva contra os direitos garantidos pela seguridade social, buscando, especialmente, a desvinculação do salário mínimo.

Os princípios defendidos pelo neoliberalismo vão na contramão da Constituição de 1988 já que buscam colocar o “Estado mínimo” no lugar do Estado de Bem-Estar Social, o seguro social no lugar da seguridade social, a focalização no lugar da universalização, o “Estado regulador” e as privatizações no lugar da prestação estatal direta dos serviços sociais e a flexibilização no lugar dos direitos trabalhistas.

Em vista desse movimento marcado pela Constituição de 1988, de valorização dos benefícios sociais, a previdência social, por exemplo – antes reajustada de acordo com o Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC) – foi atrelada, em 1992, ao Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM) para reajustes dos valores da aposentadoria e pensões. Mas, com a contramarcha, as leis que introduzem o Plano Real, entre 1994 e 1995, restabeleceram a “fórmula de Collor” e o INPC voltou a ser tomado como base de reajuste da previdência social. Segundo Fagnani, a consequência do retrocesso no valor dos benefícios foi um progressivo achatamento do valor real desses que estavam em direção ao piso. Segundo o autor, ainda faltava apenas desvincular esse valor do piso e o valor do salário mínimo para completar a “contramarcha”.

Ao final de 2004, o Governo Lula – considerado por muitos uma inflexão no movimento de disseminação do neoliberalismo – instituiu o Conselho Nacional do Salário Mínimo, objetivando-se uma política de valorização do salário mínimo. Entretanto, no debate acerca desse tema, ressurgiram posições opostas dos setores conservadores, que defendiam a desvinculação do salário mínimo e dos benefícios de seguridade social. A defesa se baseava na tese de que haveria um impacto financeiro “insuportável” para a seguridade social e impulsionavam um discurso alarmista de “catástrofe econômica”. Além disso, acreditavam que essa medida não traria grandes mudanças no mundo do trabalho e, principalmente, na seguridade social (FAGNANI, 2007).

A falácia disseminada pela mídia e pelos representantes dos setores conservadores era essencialmente a mesma nesses dois momentos (1995 e 2004). Esses setores defendiam que o Brasil ficaria “ingovernável” dada uma “tendência explosiva” do “déficit” da previdência social – que era vista como a grande causa do desequilíbrio das contas públicas. Mas, como Fagnani mostra, as contribuições dos empregadores e dos trabalhadores para o Fundo da Previdência e da Assistência Social (FPAS) foram suficientes para financiar a previdência até 1997, apenas a partir desse ano que as contas do INSS começaram a apresentar saldos negativos². De qualquer forma, tais aportes são responsabilidade *constitucional* da União e não se pode falar de “déficit” – diferentemente do que prega os reprodutores da falácia – em termos técnicos mais rigorosos.

Ainda mais, segundo o autor, desvincular a seguridade social e o salário mínimo seria nada menos do que legalizar novamente a desigualdade e injustiça social que o Brasil enfrentava no final da ditadura, momento em que em nome da preservação da estabilidade da economia e do ajuste das contas públicas degradavam-se, de forma sistemática, os benefícios da previdência e da assistência social.

Estudos demonstram que a seguridade tem papel importante na redução da pobreza. Cerca de 17 milhões de pessoas foram tirados da indigência por conta dos benefícios em 2003. Ademais, o aumento do salário mínimo, por seus efeitos dinâmicos na economia dado o maior consumo das famílias, levaria a uma elevação das receitas e dos impostos, assim como das fontes de financiamento da seguridade social – fatores desconsiderados pelos disseminadores de ideias de catástrofe econômica.

² Considerando-se que o texto de Eduardo Fagnani foi escrito em 2007.

O legado da Constituição de 1988 é enorme para a proteção social no Brasil, assim como a correção real dos benefícios considerando uma efetiva valorização do salário mínimo – implementadas pelo Governo Lula – traz grandes efeitos positivos na distribuição de renda e na redução da pobreza.

Ou seja, para Eduardo Fagnani, o dilema fica entre usar recursos públicos também para buscar corrigir a secular concentração de renda existente, ou usar tais recursos principalmente para pagar juros ao sistema financeiro nacional e internacional como a grande prioridade de estratégia do governo – que seria o caso de governos com direcionamento neoliberal e conservador. Porém, a expansão dos “raios de manobra” financeiros depende também do crescimento da economia e dos seus impactos na reestruturação do mercado de trabalho, despedaçado com as políticas neoliberais do governo Collor e FHC.

O que esse discurso da “contrarreforma” deixa de, ao menos, mencionar é que os principais condicionantes estruturais dos desequilíbrios financeiros da previdência são a estagnação econômica e a desorganização do mercado de trabalho, ambos subentendidos no modelo de estabilização econômica (tipicamente neoliberal) adotado principalmente depois de 1994. Esse modelo de estabilização supõe baixa atividade econômica, desemprego, aumento da informalização do trabalho e flexibilização das leis trabalhistas, pontos essenciais na estratégia de reforma do Estado de corte liberalizantes que reduziram a arrecadação do INSS, amarrada nos salários do mercado formal.

Em 2005, a proposta do “déficit nominal zero” ganhou força como proposta entregue pelo deputado Delfim Netto, que posteriormente deu base para uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que propunha um programa de ajuste fiscal a ser executado durante um período de 10 anos. Na época, a então ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, apontou corretamente que a ansiada redução da dívida/PIB depende, de forma fundamental, da queda dos juros, já que, caso contrário, há aumento do estoque e do fluxo da dívida e, assim, o superávit primário de nada serviria.

Em outro artigo de 2007, “Déficit Nominal Zero: A Proteção Social na Marca do Pênalti”, Eduardo Fagnani busca mostrar como essa opção de déficit nominal zero representa uma “terceira etapa” da contrarreforma neoliberal desde 1990. Além disso, o autor busca mostrar como o plano depende da redução do gasto social e das fontes de receitas vinculadas às políticas universais para ser bem sucedido.

Segundo o autor, o gasto social, além de ser considerado “elevado” por essa contrarreforma, era ainda visto como apropriado pelos “ricos” – que seriam os 10% com renda familiar *per capita* maior

que 789 reais mensais – e pela “elite dos trabalhadores” – os que possuem carteira de trabalho. Mais ainda, acreditavam que seria apropriado por “velhos” e “vagabundos”, em detrimento da educação de crianças, vista como o único caminho para a inclusão social e distribuição de renda dentro de um contexto de estagnação econômica sob os direcionamentos do mercado. Ou seja, observou-se um ininterrupto processo de negação de direitos constitucionais ao reduzir a questão social aos “mais pobres dentro dos pobres”.

Ainda, como foi defendido por Fagnani, o “déficit nominal zero” precisaria de mudanças constitucionais de redução progressiva das despesas não financeiras da União – exceto os investimentos – por mais de uma década para voltar ao padrão de 1994 (considerando o contexto de 2007). Assim, qualquer que fosse a defesa que iria contra essa meta seria identificada como obra de “inimigos da estabilidade” e da eficiência da gestão pública, que defendem um Estado como um grande gastador incompetente.

Na conclusão do autor, o então regime fiscal proposto precisaria do congelamento do salário mínimo e da redução dos gastos com pessoal e com um conjunto de políticas sociais – sob as quais a política econômica tem maior raio de manobra, como educação, habitação popular e saneamento, transporte público, etc. Além disso, o alvo prioritário seria a previdência social e a argumentação seria em volta do aprofundamento das restrições de financiamento da política social, com a desvinculação constitucional de receitas associadas ao gasto social.

Esse tipo de defesa simplifica de forma grosseira que as despesas correntes são ruins para as contas da União, mas, como pontuada pela então ministra Dilma Roussef, “despesa corrente é vida”, ou seja, é necessária para manutenção de serviços e direitos básicos da vida da população. O crescimento das despesas correntes entre 1994 e 2005 correspondeu, em grande parte, à implantação dos novos direitos constitucionais (represados pelo Governo Collor); entretanto, a redução dos gastos correntes – ainda mais nos patamares que tal regime fiscal estipulava – significaria retroceder ao que havia restado do legado da Constituição de 1988, movimento que está em curso desde 1990 com a defesa da agenda neoliberal.

Segundo estudos de Anselmo Luís do Santos e Fabiano Garrido (2007), a evolução da economia brasileira, na verdade, apresentou trajetória totalmente oposta aos resultados previstos pelo “equilíbrio geral neoclássico”. No período entre 2002 e 2005, os impactos da elevação do salário mínimo não resultaram em redução do PIB nem do emprego e também não elevaram a proporção de famílias abaixo

da linha de pobreza, como essa defesa neoliberal defendia. Pelo contrário, uma elevação nominal de 50% (e aumento real de 10,8%) do salário mínimo foi acompanhado por um aumento de 9% o PIB, uma elevação do número de empregados de 11% e uma diminuição na proporção de famílias abaixo da linha de pobreza, além do aumento real de salário dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e com carteira e assalariados do setor público em todas as faixas de renda. Em resumo, os pressupostos de grande parte dos modelos neoliberais e neoclássicas continuaram sem capacidade analítica para verdadeiramente explicar a realidade.

Além disso, o ensaio “Rendimentos Previdenciários e Distribuição de Renda” mostrou que a previdência social no Brasil contribuiu para atenuar a concentração de renda no país. Em contrapartida, em situação hipotética de ausência de acesso a esse benefício social, a população em situação de pobreza saltaria de 44 milhões para 63 milhões de pessoas. Ou seja, a política previdenciária deve ser um instrumento em favor de menor desigualdade da distribuição de renda no país – ao contrário do que é defendido pelo modelo neoliberal –; por isso, as mudanças no regime atual devem ser realizadas com cautela e devem ser muito bem fundamentadas dado que podem afetar negativamente a já precária condição social das famílias mais pobres.

O Governo Dilma era esperado como uma continuidade da inflexão do movimento neoliberal, iniciado pelo Governo Lula. Porém, no início do ano de 2015, estando frente de uma desaceleração econômica, o governo Dilma optou por medidas que tiveram como consequência um choque recessivo na economia brasileira. Tais choques, como apresentado por Rossi e Mello (2017), foram de ordem fiscal (pela queda das despesas públicas), de preços administrados, cambial (com a moeda brasileira desvalorizando por volta de 50% frente ao dólar ao longo de 2015) e monetário (com aumento das taxas de juros para operações de crédito) – isso tudo depois de anos de crescimento positivo.

Esse choque teve enormes efeitos no mercado de trabalho brasileiro: aumento da taxa de desocupação e forte contração do consumo das famílias (um dos símbolos do crescimento do governo Lula). O ano de 2015 representou uma reversão nesta última variável já que essa quebra do comportamento do consumo das famílias encerra um longo ciclo de crescimento que tinha como destaque o mercado interno em conjunto com essa variável. Entretanto, não é a desaceleração de 2014 que explica essa quebra estrutural ou efeitos defasados de políticas anteriores, segundo Dweck (2018). Para esta autora, há claramente fatores exógenos ao ciclo econômico que ajudam explicar tal quebra, que, no caso, seria a austeridade. Ou seja, a austeridade fiscal foi causa e não solução da crise que se mostrou um entrave para recuperação do crescimento consistente brasileiro.

A questão do impacto distributivo da política fiscal também é de grande importância para o entendimento dos efeitos da austeridade no Brasil. A capacidade e a forma de arrecadar, assim como de gastar, impacta fortemente a distribuição de renda, tanto indiretamente, por meio da oferta de bens e serviços gratuitos à população (como educação e saúde), quanto diretamente, na determinação da renda disponível. A redistribuição material de renda por meio de acesso a serviços é fundamental, assim como um direito da população ter acesso, por exemplo, à saúde e à educação.

Dweck ressalta que, diferentemente de muitos países em desenvolvimento e com tamanha população, o Brasil é um dos poucos que possui um sistema universal de saúde e um sistema universal de educação básica – obviamente com enorme espaço para ampliação da qualidade desses serviços. Mas tal ampliação requer combinação de recursos e mecanismos de gestão e de controle social como parte integrante da estratégia do país, o que foge totalmente da defesa do neoliberalismo e das políticas de austeridade. Dessa forma, a proposta de orientar o Estado a garantir a ampliação da qualidade na prestação de serviços é uma proposta de colocar os investimentos sociais como motor do processo de desenvolvimento.

Ainda, segundo a CEPAL (2015), o Brasil era o país que mais reduzia a desigualdade social por meio de transferências (como pensões, por exemplo) e gastos sociais (como saúde e educação) na América Latina. Considerando também impostos diretos e seguridade social, é possível observar uma redução da desigualdade via índice de Gini, por exemplo. Entretanto, a carga tributária brasileira é extremamente regressiva, o que aumenta a desigualdade social.

O acesso – ou não – a serviços públicos básicos, como água, saneamento, energia, educação, saúde, moradia e bens de consumo duráveis básicos também se mostraram importantes para a questão da desigualdade, e quando se há política fiscal que decorre em redução dessa é possível se medir os efeitos positivos sobre os 5% e os 20% mais pobres da sociedade brasileira. Ainda há um longo caminho a se seguir no processo de inclusão e redução de parte importante das desigualdades nos campos, no interior e nas periferias do país.

Em conclusão, Dweck mostra como a política fiscal tem um papel central na redução da desigualdade social, tanto na questão da arrecadação quanto dos gastos públicos, ainda mais às transferências de renda e oferta de serviços públicos gratuitos. Além disso, inclusive a experiência internacional mostra que a austeridade agrava os problemas que busca resolver, causando um “ciclo

vicioso da austeridade” – gasto público causa queda do crescimento que provoca novas quedas na arrecadação e exigem novos cortes.

Esse ciclo vicioso só seria interrompido se o aumento das exportações fosse suficiente para compensar a retração acumulada da demanda interna, pública e privada. Porém, essa situação é muito pouco provável já no contexto que Dweck estava observando, de 2018 – com lenta recuperação da demanda, maior competição pelos mercados e o crescimento do comércio exterior menor do que o PIB mundial já deprimido.

Fechando o período de análise proposto nessa pesquisa está o “impeachment” que afastou a presidenta Dilma Rousseff. Em abril de 2016, foi feita a votação e, não por acaso, a palavra “família” foi a mais usada na Câmara de Deputados nesse dia pelos que votavam a favor. E mais ainda, aqueles que defenderam a abertura do processo, supostamente em nome da “família tradicional brasileira”, foram os mesmos que continuaram votando em leis que buscaram o desmonte do Estado e das políticas públicas de educação, saúde, seguridade social. Foram eles também que defenderam uma maior terceirização e informalização do trabalho, criminalização do aborto, redução da maioria penal e outras muitas posições conservadoras e regressivas, que tem em intrínseco um racismo, elitismo e machismo gritantes (MORENO, 2017).

Por fim, como mostra Dweck (2018), entre 1997 e 2017, o gasto primário do governo central apresentou uma tendência de crescimento em consequência do aumento do gasto social – reflexo da regulamentação dos direitos sociais. Entretanto, a projeção dos próximos 20 anos esperava que esse gasto caísse novamente para o patamar anterior, de 1997, ou seja, um possível retrocesso de 40 anos no âmbito da consolidação dos direitos sociais.

3.1.2. Mulheres em Cenário Neoliberal

Historicamente, a mulher no Brasil é vista como objeto sexual ou de exploração do trabalho do homem colonizador e proprietário, ou até em papel de sujeição ao pai ou marido. Entretanto, a partir do século XX, há uma maior abertura do mercado de trabalho – dado também o avanço da tecnologia – e a deterioração da renda real das camadas mais pobres. O modelo de exploração, inclusive das mulheres, tanto no âmbito do mercado de trabalho quanto no âmbito doméstico se transformou na forma, mas não na essência. Mulheres, mesmo quando incluídas no mercado de trabalho, recebem, até hoje, menos que homens e ocupam cargos de menor reconhecimento dentro da lógica da divisão sexual do trabalho. A situação é ainda pior no caso da mulher negra dada a escravidão e a forma como a

abolição ocorreu no Brasil, sem inclusão ou reconhecimento do trabalho negro como sendo digno de remuneração e valorização.

A exploração do trabalho, desde a revolução industrial, tem garantido a reprodução do capital ao fragilizar constantemente o trabalho tanto para o homem quanto para a mulher. Contudo, no caso da mulher é ainda mais incisiva a exploração da mão de obra. Os espaços, historicamente masculinos, estão sendo cada vez mais ocupados por mulheres graças ao movimento feminista. Porém, há ainda um longo caminho a perseguir, ainda mais se considerarmos os grupos ainda mais vulneráveis dentro da população feminina, que acumulam e interseccionam opressões por serem mulheres, negras, pobres ou por não seguirem os padrões heterossexuais ou normativos.

Em continuação, para Castro (2008), a partir da década de 1980, frente a crise da dívida externa e os ajustamentos econômicos feitos em direção da restrição do gasto público – que englobou desde as atividades na economia até a prestação de serviços básicos à qualidade de vida, como educação e saúde – e a diminuição do papel indutor de crescimento do Estado (medidas típicas do neoliberalismo), a precarização do mercado de trabalho e a exclusão social tornou a situação das mulheres ainda mais precária. Por esse motivo, entende que políticas sociais são necessárias para que as mesmas enfrentem o cenário neoliberal.

A organização da economia de uma sociedade é a reprodução material da ideologia que a permeia, e o avanço liberal traz consigo o conservadorismo que vem se exacerbando nesse último governo pós Dilma – iniciado por Temer e seguido pela eleição de 2018. Nesse processo, aquelas defesas que eram permeadas por preconceitos deixam de ser mascarados e se tornam escancarados, com uma ideologia visivelmente restritiva: elitista, patriarcal, heterossexual, misógina e branca. Todo esse processo, não obstante, se materializa na desigualdade de renda, na pobreza, na exclusão e opressão dos grupos mais vulneráveis (MORENO 2017).

Tão preocupante quanto como mostrado por Renata Moreno, em artigo de 2017, são os setores conservadores que, sem contradições, possuem enunciados aparentemente progressistas encampados por setores do mercado. O “neoliberalismo progressista” se apropria de motes como “empoderamento” e “diversidade” em seus discursos, mas na realidade continua reproduzindo os mesmos espaços e

relações econômicas que até parece reforçar o neoliberalismo conservador.³ A questão é que não basta na superfície citar *slogans* de uma suposta diversidade e continuar reproduzindo as mesmas relações inerentemente opressoras e conseqüentemente continuar marginalizando grupos da sociedade já vulneráveis para a exclusão e papéis definidos na sociedade e no mercado.

No que tange esse estudo, é preciso colocar em pauta as ameaças que todo esse movimento do neoliberalismo e do conservadorismo trazem para as condições de vida e trabalho das mulheres, e principalmente mulheres negras e de baixa renda. A divisão sexual do trabalho é o centro da relação de poder que o grupo social representado pelos homens exercem sobre o grupo de minoria social, representado pelas mulheres – a mesma coisa ocorre com brancos e negros, respectivamente – reafirmando uma hierarquização que atribui o maior valor ao trabalho historicamente realizado por homens. Por isso, essa divisão do trabalho é um fator principal para a manutenção da relação social entre os sexos, as classes e as cores (MORENO, 2017).

Inclusive, sabendo-se que o setor público é um importante empregador de mão de obra feminina, é importante destacar que mesmo nesse setor se encontra divisão do trabalho entre gêneros importante, restringindo mulheres a cargos que remetem à família, como, por exemplo, cuidados com as crianças. Desde o governo Vargas com a criação da CLT e a Constituição de 1934, havia restrições quanto ao trabalho feminino, colocando uma diferenciação de gênero nas relações de trabalho, por admitir-se que as mulheres deveriam ocupar cargos que seriam extensões dos papéis sociais femininos convencionais, de trabalho doméstico, de cuidados e limpeza. Foi uma construção elaborada minuciosamente pelo Estado Novo, que tornava, por exemplo, a profissão do magistério, principalmente, primário, essencialmente feminina. Então, mesmo na conquista do acesso a cargos públicos houve importante resistência à mudança institucional desde o Estado Novo, que tem conseqüências observadas na divisão do trabalho também no setor público até hoje (MARQUES, 2016).

É preciso entender a maior vulnerabilidade social da mulher reconhecendo que os sistemas de opressões e subordinações se cruzam, entre raça, gênero, classe e até sexualidade. Ou seja, políticas de ações afirmativas são essenciais no sentido também de minimizar discriminações pelas “identidades políticas-culturais”, como defende a autora. Em concordância, como muitos estudos já mostram, as

³ Como exemplo estão empresas que como marketing externo divulgam supostos posicionamentos a favor da diversidade, mas em seu quadro de funcionários possuem principalmente homens brancos, ainda mais em posições de liderança, e que não se preocupam internamente em proporcionar um ambiente livre de preconceitos e opressões, confortáveis àqueles de minoria social.

mulheres (com agravantes dessas outras intersecções apresentadas como raça e classe) tendem a estarem em cargos de trabalho mais informais, relacionados ao doméstico, em terceirizações ou ainda em trabalhos de tempo parcial e domiciliar. As mulheres são sempre vistas, independentemente do estado conjugal e da situação quanto à maternidade, como esposas e mães no mercado; portanto, mesmo quando únicas provedoras do núcleo familiar, teriam seu rendimento considerado como complementar apenas.

Em concordância, Moreno expõe como a mobilização das mulheres negras no Brasil colocou o enfrentamento do racismo e do machismo na agenda política, destacando-se a luta das trabalhadoras domésticas (que conquistaram em 2013 a igualdade de direitos para o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras), a resistência cotidiana das mulheres nas periferias frente a violência policial e o genocídio de jovens negros e tantos outros movimentos sociais e coletivos de mulheres negras como a Marcha das Mulheres Negras de 2015. Dessa forma, é importantíssimo colocar no debate a visão interseccional da luta das mulheres, é preciso entender e valorizar a luta contra opressão que cada grupo social dentro do feminismo nos traz, todas são essenciais para o enfrentamento da ordem neoliberal e de exclusão que é presenciada hoje e que reafirma a desigualdade social, a pobreza e a violência contra grupos específicos.

Há uma maior participação das mulheres na esfera produtiva com o passar do tempo, mas com posição secundária em relação aos homens, mesmo quando trabalham o mesmo número de horas nessa posição ou até possuem mais estudo que esses. As relações de gênero e a divisão sexual do trabalho – assim como o racismo estrutural da sociedade brasileira – determinam valores diferentes ao trabalho de cada grupo, com grandes discrepâncias na valorização da mão de obra de cada um. Essa discrepância é ainda mais preocupante porque o fortalecimento e a continuidade do processo de dominação sob o trabalho vão atender aos interesses do capital em diminuir ao máximo a remuneração dada aos trabalhadores, atingindo principalmente os grupos oprimidos dadas as relações de dominação presentes na sociedade (DA SILVA MARIUCCI, ALMEIDA, 2010).

Com isso, não se assume que os trabalhadores homens nos campos e nas cidades se encontram desde então em condições ideais ou até mesmo razoáveis, principalmente quando consideramos a situação do homem negro. Pelo contrário, para Castro até a situação precária dos homens e a vulnerabilidade social da classe trabalhadora, reflete nas mulheres, nas crianças e nos jovens, isso não só em termos de orçamento familiar, mas também de vitimização por violências no público e no

privado (doméstico principalmente) – principalmente na questão das políticas ativas de emprego, como a redução da carga fiscal, elevação do crédito e aumento do gasto público.

Por fim, Castro ainda faz uma seção especial em seu trabalho referente ao significado social de alocação do dinheiro público para, por exemplo, “salvar bancos”. O exemplo que ela dá é sobre o Marka e o Fonte Cindam, para os quais o Governo Federal liberou R\$ 1,5 bilhão para salvá-los frente a desvalorização do Real em 1999 e quais seriam os possíveis cenários se o mesmo dinheiro fosse alocado em gasto social: dois anos de salário mínimo por mês para mais de 300 mil famílias (total de famílias chefiadas por mulheres nas Regiões Metropolitanas de Salvador e Porto Alegre); ou, por exemplo, oito anos de dois salários mínimos por mês para mais de 80 mil famílias chefiadas por mulheres que, em 2001, sobreviviam com até um salário mínimo apenas de renda familiar *per capita* na Região Metropolitana de Salvador (dados da PNDA-IBGE de 1999).

As políticas de privatização, diminuição de gastos sociais e flexibilização do mercado de trabalho, características do neoliberalismo, atingem mulheres de forma específica, tanto como trabalhadoras como mulheres em famílias trabalhadoras. Além da diminuição de serviços públicos como os de saúde, de educação e de segurança social, as mulheres perdem de forma singular com a perda de serviços públicos também porque o próprio Estado é conhecido por ser historicamente um empregador de mão de obra feminina.

O neoliberalismo, para Castro, precisa ser discutido como uma forma de organização política e econômica, como também um tipo de cultura que amplia a sujeição das trabalhadoras e trabalhadores, inclusive de forma subjetiva ao miar vontade, dignidade e autoestima. Cultiva também essa forma de organização um individualismo narcisista e a competição entre os trabalhadores que reforça os estereótipos sobre a mulher: limitada estritamente a interesses familiares, menos produtiva, menos criativa, inovadora ou assertiva. Esses estereótipos são colocados inclusive como não pertencentes a associações voltadas pra fins públicos e coletivos, como sindicatos e partidos. Tudo isso colabora para criar ainda mais dificuldade da mudança nas divisões de poder no trabalho e na vida pública e, conseqüente, melhoria do nível de vida das mulheres de setores populares e da classe operária.

Por mais, em tempos de grandes taxas de desemprego, se deveria perguntar a que tipo de emprego principalmente as pessoas de grupos oprimidos da população tem que se sujeitar para conseguirem alguma inclusão no mercado e condições mínimas de sobrevivência, assim como que tipo de violências diárias (como assédio sexual e racismo nas relações de trabalho e violência doméstica).

3.2. Políticas Sociais

3.2.1. Posições Sociais e Dimensão da Pobreza no Brasil

Alexandre Gori Maia com seu trabalho de 2009, “Estruturas de classes e Desigualdade no Brasil”, apresentou no primeiro capítulo o conceito de classes ocupacionais. Segundo a defesa desse posicionamento, os elementos socioeconômicos que antes definiam a posição social de um grupo ou indivíduo eram simplesmente a posse ou não de propriedades; entretanto, os elementos para definir tais posições sociais evoluíram para um conjunto muito mais complexo atualmente, que englobam, além da possibilidade de geração de renda, prestígio social e poder político.

Dessa forma, para o autor, é preciso identificar grupos sociais homogêneos formados pelas inúmeras combinações desses três elementos apresentados. Assim seria possível apresentar uma análise da estrutura social de uma população mais completa e próxima da realidade, enriquecendo análises relativas à exclusão social, concentração de renda, pobreza, desigualdade e mobilidade social, por exemplo.

Sendo assim, como uma alternativa à proposta de estratificação social por faixas de renda se propõem as tipologias de estratificação social baseadas também em conceitos sociais que tratem do estilo de vida das pessoas. Nesse sentido, seria preciso principalmente analisar a inserção dos integrantes familiares melhor remunerados dentro do mercado de trabalho. Um dos elementos essenciais nesse contexto é a ideia central de que a renda dos indivíduos está relacionada ao prestígio e ao poder proporcionado pela posição ocupacional.

Porém, só a inserção no mercado de trabalho não é suficiente como fator delimitador do estilo de vida. Os diversos estágios de estabilidade de fonte de renda e emprego, assim como expectativas sobre o futuro socioeconômico também definem estilo de vida das famílias, em adição ao fator da renda.

A defesa de Alexandre Gori Maia, então, seria no sentido de um padrão nacional da estratificação como um passo essencial para construir a análise na pesquisa social a fim de reafirmar a ideia de que *classe* persistiria como um determinante significativo de muitos aspectos da vida social. Um exemplo disso seria a participação de negros na sociedade, se não for considerada a evolução histórica da estrutura de classes entre brancos e negros, desde a escravidão, haveríamos distorções analíticas relevantes.

Para compreender o grau de desigualdade da sociedade brasileira, é preciso analisar a participação da população nas camadas sociais no que se refere às características de idade, escolaridade, cor ou raça, sexo, condição de atividade e padrão de infraestrutura familiar. Os negros e indígenas, por exemplo, estão mais associados aos estratos inferiores e às classes agrícolas, o que não se trata apenas de uma relação de causalidade já que estes ainda prevalecem entre os subclassificados dentro de uma mesma classe ocupacional (GORI MAIA, 2009).

Por último, recebeu destaque a diversidade espacial brasileira. Essa análise proposta por Alexandre Gori Maia, mostrou que, a partir da estrutura social da população, há um importante instrumento de análise das diferenças territoriais brasileira, principalmente no grau de urbanização/ruralidade de um município. Esse atraso relativo dos municípios rurais brasileiros deve-se especialmente a questões históricas como a herança da forma de colonização e, não, às especificidades das atividades agrícolas.

No caso do Brasil, como mostra Walquiria Leão Rego (2014), a pobreza tem cor e é negra e isso é consequência direta da escravidão, que foi uma instituição fundamental para a acumulação econômica no Brasil por centenas de anos. Contudo, as análises sobre a pobreza algumas vezes reafirmam um suposto caráter "natural" da marginalidade no funcionamento do capitalismo.

As experiências desses grupos que estão socialmente localizados de forma hierarquizada e não humanizada são experiências comuns da população negra e dificultam imensamente a inserção desse grupo, que representa grande parte da população brasileira, em certos espaços. Essa realidade, no contexto brasileiro, se mostra no alto índice de feminicídio de mulheres negras e a observação que essas mulheres são grande parte dos indivíduos ocupados no trabalho doméstico e terceirizado (RIBEIRO, 2019).

Djamilla Ribeiro também menciona a Reforma da Previdência como um exemplo de medidas que não levam em consideração a divisão sexual do trabalho. Antes mesmo da proposição dessa PEC, as mulheres negras já tinham grande dificuldade em se aposentar, dada a informalidade e a falta de direitos, por exemplo, das trabalhadoras domésticas e terceirizadas. Porém, quando essa PEC da Reforma da Previdência foi proposta, outros grupos que não eram historicamente invisibilizados, como a classe média brasileira, por exemplo, se viram frente à possibilidade da aposentadoria fugir de seu alcance num futuro mais próximo e assim o debate em torno da previdência se colocou. Por contextos como esse que é importante entender as posições sociais em um contexto social de estrutura mais

complexa, considerando além da concentração de renda, pobreza, desigualdade e mobilidade social, como expôs Gori Maia.

3.2.2. Política Social, Gasto Público e Ajuste Fiscal

O texto de Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, “Ajuste Fiscal e Política Social”, presente na “Carta Social e do Trabalho” de 2005, busca demonstrar como as divergências em torno das discussões a respeito do ajuste fiscal se relacionam a diferentes concepções e projetos de políticas sociais para o Brasil.

Nesse sentido, para o autor, o projeto que estava em curso em 2005, quando escrevia o trabalho, era bastante crítico a certos programas sociais alegando-se que os gastos sociais atingiam grupos privilegiados da população. Projetos como a aposentadoria rural e o seguro desemprego, por exemplo, são vistos nessa concepção como mal focados, por beneficiar, respectivamente, velhos ao invés de crianças e trabalhadores formais ao invés de informais. Além disso, são recorrentes defesas no sentido de reduzir direitos previdenciários do funcionalismo público, aumentar as exigências para o acesso a aposentadoria no setor privado e restringir as vinculações orçamentárias, o que significaria queda nos gastos em educação e saúde.

Contraditoriamente, discussões acerca de iniciativas na área de habitação popular e saneamento básico são praticamente inexistentes, silenciadas pelo intenso debate em torno do gasto fiscal. Ou seja, os debates pós-1994 em torno das políticas sociais na área econômica dos diferentes governos são escassos, sua ação está limitada a redução de gastos e redução de direitos, silenciando temas que pautam a democratização do país.

No mesmo sentido, a discussão proposta por Fagnani, “Déficit nominal zero: a proteção social na marca do pênalti” na mesma coletânea de 2005, pretende jogar luz sobre as consequências dessa opção de déficit nominal zero principalmente sobre o sistema de proteção social brasileiro, instituído em 1988. O sucesso de tal opção depende não só da redução de gasto social mas também das fontes de receitas vinculadas às políticas universais, âncoras do novo regime fiscal proposto que foi favorecido pelo avanço do pensamento neoliberal e pelo esgotamento do Estado Nacional Desenvolvimentista.

É a partir desse movimento geral de estratégia econômica nacional que é possível entender a trajetória de supressão dos direitos trabalhistas, de retrocesso dos direitos da previdência social e de

inexistência de políticas urbanas, além da desestruturação de políticas de saúde, assistência social e educação fundamental (FAGNANI, 2005).

As políticas sociais universais, como educação, saúde e previdência social são encaradas como excessivamente dispendiosas dentro de um contexto de rigidez orçamentária e ajuste econômico. Encaram-se essas políticas como se não atendessem os “verdadeiros necessitados” e justifica-se, assim, a eleição de certas prioridades, como no caso da educação básica ou superior. Nesse sentido, políticas focalizadas de transferência de renda, por exemplo, são vistas com grande entusiasmo por as considerarem mais efetivas ao atingir diretamente os mais pobres. Esse modelo se encaixa nas condições de austeridade fiscal porque, dependendo do corte de pobreza que se faz ou dos critérios que se estabelece, pode-se adequar o número de famílias beneficiadas ou o valor a ser transferido, assim, não oferece riscos ao equilíbrio fiscal e absorvem um volume de recursos relativamente baixo (GIMENEZ, 2005).

Coloca-se aqui, então, o caso do Bolsa Família como exemplo. Em 2003, gastos com esse programa de transferência de renda e programas remanescentes representaram apenas 0,23% do PIB, seguido por um aumento em 2004 de 0,32%, segundo dados apresentados por Gimenez em seu trabalho de 2005, “As agências multilaterais e o gasto social”.

A pobreza e a exclusão social são problemas muito complexos e não teriam uma solução fácil e simples. É preciso encarar a questão como uma estrutura histórica e social que se reproduz continuamente na sociedade brasileira. Dessa forma, a pobreza não pode ser simplesmente resolvida por um programa de transferência direta e focalizada, como é o caso do Bolsa Família. Entretanto, esse programa enfrenta uma série de questões importantes ligadas à essa temática, oferecendo, então, um auxílio pelo menos parcial para que se amenize situações de pobreza e melhore as condições de vida de parte da população (PIZANI; REGO, 2014)

Ademais, políticas macroeconômicas favoráveis à expansão da riqueza financeira reduz as possibilidades de um projeto social mais avançado, principalmente em relação ao peso dos encargos financeiros sobre as contas públicas em economias estagnadas. Ou seja, é feita uma escolha de se gastar em encargos financeiros às custas do nível de emprego, da igualdade social ou estruturação do mercado de trabalho. Dessa maneira, o encorajamento de governos por parte de organismos multilaterais como o BIRD a proteção aos pobres parece contraditória à frequente insistência desses

mesmos organismos em manter-se firmes contra as demandas dos sindicatos, por exemplo, por ser incompatível com uma “Boa gestão econômica” (GIMENEZ, 2005).

Ou seja, como Gimenez defende em seu trabalho, dessa forma se cristaliza um projeto de remuneração dos mais ricos por ganhos financeiros e construção de uma rede de proteção para os muito pobres, por meio de políticas como transferência de renda direta, programas de qualificação e treinamento da mão-de-obra, políticas de desenvolvimento local e políticas ditas ativas de emprego, por exemplo. Porém, nada se muda estruturalmente.

Essa defesa de que os gastos sociais universais causam maior desigualdade por atingirem as camadas “médias”, justifica aparentemente políticas que foquem os “mais pobres entre os pobres”, a fim de redirecionar o gasto social para as camadas de pessoas que não possuem nada. Entretanto, é preciso desmistificar essa ideia, como aponta Antunes, em “Gasto Social e Desigualdade Social”, de 2007, mostrando que o gasto social brasileiro é realizado principalmente com políticas sociais, mas que isso não é contraditório com políticas focalizadas. Além disso, os supostos privilegiados, sobre os quais falam os críticos a políticas universais, não são na verdade privilegiados porque não teriam condições custear os serviços à sua disposição, por exemplo.

Por mais, como mostra Antunes, se há um gasto público que poderia ser cortado para reduzir a desigualdade social seria o gasto com juros, já que, em 2005 – ano que o autor faz a análise –, foram gastos R\$ 120 bilhões em 9 meses (janeiro-setembro de 2005) com tais gastos com juros, enquanto que com educação e cultura se gastou apenas R\$ 25,8 bilhões, e com o Bolsa-Família, R\$ 6,5 bilhões.

Em continuação, dada a baixa renda *per capita* apresentada pelo Brasil, é necessário de forma absoluta o crescimento econômico a elevadas taxas a fim de aumentar a renda disponível, entretanto é preciso deixar em mente sempre que os frutos desse crescimento devem ser melhor distribuídos, ao incorporar sistematicamente novas parcelas da população a padrões de vida superiores – “a desigualdade se diminui pela elevação, e não pela piora, das condições de vida da população” (ANTUNES, 2007).

Pela experiência histórica internacional mostrada pelo autor, o aumento de gastos por parte do Estado é uma das principais formas de ir contra a concentração de renda, isso porque se aumenta a oferta de bens e serviços públicos, além do provimento de redes de proteção e assistência social. Além disso, tal distribuição de renda foi mais intensa onde a arrecadação tributária era mais progressiva, ou seja, onde a taxação era proporcionalmente maior para os mais ricos.

Nesse sentido, não é incomum que no Brasil a distribuição de renda sem reduzir os impostos é quase que similar à distribuição de renda após os impostos, segundo Antunes. A base tributária brasileira é muito vinculada a impostos diretos que cobra sem distinção ricos e pobres, além desse tipo de impostos serem relativamente pequenos e pouco progressivos. No caso da tributação direta, também não é muito diferente, já que o imposto de renda, que é o principal entre os diretos, é pouco progressivo e é apenas 18,6% do total das principais receitas tributárias do país.

Uma outra forma de busca pela maior igualdade social usada nos casos internacionais bem sucedidos é a regulação do mercado de trabalho que busque proteger os desempregados, elevar o salário mínimo, defender os salários de base e gerar emprego público, a fim de impedir que as pessoas trabalhem por salários injustos. Por fim, a reforma urbana e rural de propriedade é importante para se diminuir a desigualdade social no âmbito patrimonial (ANTUNES, 2007).

No experimento desenvolvimentista, a política social encontrou seus limites, como mostra o artigo de André Calixtre e Eduardo Fagnani, que discute a política social entre 2003 e 2014. Essencialmente o Estado Social do período, representado pelos governos Lula e Dilma, encontrou limites e causou tensões com o neoliberalismo e a defesa do Estado Mínimo Liberal – que mesmo que tenha sido explicitamente presente apenas nos governos entre 1990 e 2002 ainda permaneceram de certa forma nos governos seguintes. Entretanto, é necessário expor os avanços relativos na qualidade de vida dos brasileiros neste período, mesmo com todas as limitações.

Como já mencionado anteriormente, o crescimento econômico é importantíssimo para o crescimento da renda e, assim, melhora das condições e vida principalmente da população mais pobre, se bem distribuída. E foi esse crescimento econômico o núcleo da estratégia social, que permitiu aumentos expressivos no gasto social, na recuperação do mercado de trabalho, no combate à pobreza extrema e na potencialização dos efeitos redistributivos da Seguridade Social. Porém, a baixa intensidade da mudança na distribuição das rendas e a desprezível redistribuição da propriedade privada mostraram-se como as principais fragilidades do experimento desenvolvimentista. Ou seja, a inclusão social não foi acompanhada de uma reforma estrutural, essencial para a ruptura com a doutrina neoliberal e para a consolidação de tais progressos (CALIXTRE; FAGNANI, 2017).

Como mostrado anteriormente, e reforçado pelo trabalho de Calixtre e Fagnani, a Constituição de 1988 era incompatível com o avanço da doutrina neoliberal, por alguns chamados de “contrarreforma”. O considerado necessário ajuste macroeconômico ortodoxo e a reforma liberal do

Estado demandava a substituição do recém implantado Estado Social. Dessa forma, quando os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) têm início, as metas constitucionais de desenvolvimento já estavam comprometidas pela marcha da contrarreforma.

A redução da desigualdade por meio do desenvolvimento democrático, econômico e social teve como um dos motivos determinantes tanto a volta do Estado em direção ao desenvolvimento, quanto a prioridade de atendimento das demandas do mercado de trabalho. Coloca-se essencialmente a importância da redução da informalidade e do desemprego na participação da parte produtiva da sociedade. Além disso, o crescimento da economia potencializou o caráter redistributivo da economia. Porém, as fragilidades desse modelo de desenvolvimento, como a ausência de reformas estruturais ou a mudança pouco significativa do conflito da distribuição de renda, abriram espaço para uma retomada ilegítima de forças conservadoras (CALIXTRE; FAGNANI, 2017).

Essas forças conservadoras (que continuam até o ano atual de 2020), como analisaram os autores, trariam consequências inevitáveis ao pacto civilizatório de redemocratização. Além disso, a redistribuição de fluxos advindos das melhorias no mercado de trabalho, por si só, não daria conta de suportar anos de recessão e de desmonte de políticas sociais.

3.2.3. Políticas Sociais para Mulheres no Brasil

As políticas públicas podem se expressar como ações dos governos municipais, estaduais ou nacionais sob a forma de legislação, resoluções, programas, regulamentações e decisões administrativas e judiciárias. Seu papel é prover as necessidades mais básicas da população, como educação, saúde e trabalho.

A respeito disso, Moser (1989) categorizou as políticas públicas para mulheres dos países em desenvolvimento nas seguintes categorias: *bem estar social*, em que são estabelecidas políticas voltadas para as mulheres enquanto mães, centradas nas funções reprodutivas das mulheres como seu papel mais importante, sendo, desse modo, as mulheres beneficiárias passivas; *equidade*, que parte da concepção de que as mulheres devem participar ativamente do planejamento de políticas públicas, com foco na redução da desigualdade entre gêneros na divisão sexual do trabalho, principalmente; *contra a pobreza*, uma concepção ligada à noção de redistribuição (transferência de renda), sendo a pobreza vista como um problema de desenvolvimento e não de subordinação e a desigualdade entre gêneros focalizada exclusivamente na desigualdade de renda, mulheres são vistas como as mais pobres entre os pobres; *eficiência*, partindo da concepção de que a equidade entre os gêneros seria alcançada pela qualidade da participação econômica das mulheres; e *empoderamento*, via programas voltados a

estimular e aumentar a autoconfiança das mulheres e que englobam questões de gênero, treinamento e capacitação, tanto para o mercado de trabalho quanto para atividades políticas (sindicatos, ONGs) e incentivam a disputa de cargos políticos no Executivo e no Legislativo.

Uma outra tipologia seria a apresentada por Castro no seu artigo “‘Feminização da pobreza’ em cenário neoliberal” de 2008. Nesse trabalho, a autora defende que dentro da tipologia de políticas sobre emprego e desemprego – ativas e compensatórias – mulheres necessitam de ambas, para serem colocadas como sujeitos na classe, e não só por “vulnerabilidades específicas”.

Por esse motivo, a autora argumenta que é preciso instaurar ações voltadas para mulheres tanto em termos de política de emprego ativo, quanto compensatórias, esta que busca favorecer o tratamento social e impedir a redução do nível de emprego dos grupos mais vulneráveis – como, por exemplo, programas de profissionalização. Para a autora, isso seria importante no caso da mulher por reconhecer que, sendo esta pertencente da classe trabalhadora, além da relação capital-trabalho, também é importante entender a ideologia de gênero disseminada em toda população. Tal ideologia marca estereótipos da mulher no mercado de trabalho como sendo mais aptas para cargos mais baixos, com menor nível técnico, muitas vezes relacionada ao trabalho doméstico ou, ainda, a considerarem menos produtiva, responsável pelos filhos e duplas jornadas de trabalho.

Castro ainda ressalta que não basta encarar o termo “feminização da pobreza” com o olhar liberal, no sentido de que os diferenciais entre homens e mulheres seriam sanados por inserção destas por meio de cotas em ambientes considerados por serem tipicamente masculinos. Ou ainda, combinar programas específicos a favor dos grupos mais discriminados (como negros e mulheres) com medidas que impliquem em cortes de conquistas sociais de todos os trabalhadores, ou seja, em uma visão pautada de que as restrições do mercado quanto ao emprego se devem ao custo dos encargos sociais. Seria preciso tomar cuidado também com políticas que buscam apenas selecionar “alguns pobres entre os mais pobres e em um dado momento” (Castro, 2001, p.92).

Outro ponto destacado por Castro é o cuidado ao se entender “feminização da pobreza” como apenas o crescimento das mulheres entre os pobres. Seria preciso entender como aumento da visibilidade estrutural da pobreza das mulheres. Isso porque é preciso destacar, para evitar possíveis erros de interpretações associados a ideologias implícitas, que as mulheres chefes de domicílios não empobrecem porque se tornam chefes de domicílio, mas porque não têm as mesmas oportunidades dos

homens (sempre considerando as particularidades de outros grupos discriminados nessa comparação), às vezes tendo o mesmo nível de escolaridade e idade.

Por exemplo, há o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, inclusive com a maior participação de mulheres de famílias de baixa remuneração e com filhos menores, porém, sem que haja qualquer tipo de melhoria nos serviços públicos de creches e escolas, o que é de suma importância para inserção da mulher no mercado de trabalho, já que são elas a quem são atribuídas as funções de cuidados com as crianças. Ainda, essa situação pode representar também uma carga adicional de trabalho para crianças e adolescentes mulheres das famílias que precisam cuidar de seus irmãos mais novos ao invés de estudar. Ou seja, um aumento do trabalho infantil e diminuição da oportunidade de estudos para filhas e, em menor grau, filhos de domicílios chefiados por mulheres.

A divisão do trabalho dentro do âmbito familiar sobrecarrega mulheres e meninas que por mais que lutem para estudar ou se incluam no mercado de trabalho ainda possuem pressão para cuidar dos afazeres domésticos, dos idosos, doentes e crianças no ambiente familiar. Esses estereótipos e divisão do trabalho em cima da mulher trazem consigo uma série de problemáticas que permeiam o cotidiano principalmente das mulheres de baixa renda, como a imposição da maternidade como destino das mulheres convivendo com a proibição do aborto e o acesso seguro ao mesmo fica restrito apenas para as mulheres que possuem dinheiro para pagá-lo. A licença paternidade segue sendo insuficiente e reforça a atribuição da responsabilidade aos cuidados dos filhos para as mulheres, principalmente pela falta de creches e a pressão que as mulheres sofrem de seguir seu “instinto maternal”. Para aquelas mulheres que decidirem ser mães – e reforça-se aqui a decisão de cada uma – é preciso que haja a possibilidade e liberdade de serem mães que isso se quiserem, a escolha de trabalhar ou não enquanto sendo mãe deve ser da mulher, e para ter escolha é preciso dar opções e possibilidades para fazê-la e realmente dar alternativas para mulher.

Ainda, as mulheres continuam confinadas nas ocupações de menor prestígio e remuneração, e essas dificuldades no avanço de uma participação feminina plena na economia não se reduzem apenas à expansão do mercado de trabalho, é preciso empenho do poder público na fiscalização da aplicação das leis do trabalho. Essa participação plena da mulher nas atividades econômicas é essencial para que a estrutura do mercado de trabalho contribua para reduzir a segregação ocupacional das mulheres (LEONE, 2008).

Em relação à situação da mulher negra, são os negros que mais sofrem com o desemprego no geral. Só em São Paulo, o percentual de desemprego entre pessoas da raça negra superior em 40% ao dos demais trabalhadores. Nesse sentido, é preciso entrelaçar as desigualdades de classe, gênero e raça. Castro conclui então que são importantes cotas e ações afirmativas para grupos que historicamente sofrem de diferentes discriminações, mas é preciso tomar cuidado com “fórmulas liberais” e debater mais políticas redistributivas, considerando a perspectiva de classe e a “perversa distribuição de renda”.

Apenas a recuperação do mercado de trabalho se mostrou insuficiente para modificar de forma considerável as segregações de gênero e raça – que se manifestam tanto nos índices de desemprego quanto no grau e perfil de informalidade do trabalho. Mulheres e negros estão mais presentes no trabalho extremamente precarizado do que em cargos que possibilitem relativa prosperidade. Ou seja, a segregação por gênero e raça apresentam-se não só no contraste entre os empregos formais e informais, mas também na própria informalidade (LEONE, 2010).

Dessa forma, como Novellino (2008) coloca, as políticas públicas para mulheres pobres devem ser uma síntese de políticas públicas de combate à pobreza e políticas de gênero, o que envolve não só acesso à renda, mas também a serviços e o comprometimento ao combate das desigualdades de gêneros. Para a autora, políticas públicas são declarações de princípios subjacentes às ações governamentais, tanto nacionais, quanto estaduais e municipais, seja na forma de programas, legislação, resoluções, ou decisões administrativas e judiciárias. O papel principal dessas políticas pública, então, é definir o básico das necessidades da população a serem atendidas.

Segundo Sen (2018), o desenvolvimento verdadeiro requer a definição de fins que busquem a melhora da qualidade de vida das pessoas, para isso seria, então, necessária a busca pela remoção das principais fontes de privação de liberdade, como a pobreza, a carência de oportunidades econômicas, a negligência dos serviços públicos, a intolerância ou a interferência excessiva de instituições estatais repressivas. Porém, hoje, a despeito de aumentos da riqueza, o mundo global acaba por negar liberdades elementares a um grande número de pessoas - até mesmo à maioria.

O que as pessoas conseguem realizar seria influenciado por oportunidades econômicas, liberdade política, poderes sociais e condições habilitadoras como saúde, educação básica e incentivo. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades seriam influenciadas pelo exercício

das liberdades das pessoas, diante da liberdade de participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades (SEN, 2018).

Por isso, ao interpretar essas liberdades que Sen traz para o debate, entende-se que é necessário enxergá-las não no sentido neoliberal – de aumento da capacidade de consumo por meio de transferências de renda pontuais e focalizadas, por exemplo –, mas em um sentido de libertação das diferentes opressões que as mulheres – e outras minorias sociais – hoje sofrem e que impedem seu acesso a certos espaços, perpetuando a reprodução intergeracional dessas opressões. Essa derivação de interpretação das “privações de liberdade” é importante na hora de definir políticas sociais e públicas que, de fato, trariam diminuição da desigualdade de gênero, em suas várias interseccionalidades. É preciso entender essas privações como algo estrutural e não como algo individual e descolado, para que, assim, haja real e permanente melhora na qualidade de vida e diminuição da vulnerabilidade social dos grupos historicamente oprimidos por reprodução sistemática de desigualdades – como no caso dos domicílios chefiados por mulheres.

A Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil em 2016, por exemplo, publicou um “Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, que mostrou por meio de seus objetivos que se deve encarar a discriminação de gênero e a luta por igualdade como um processo multifacetado e complexo. Os objetivos englobam desde a valorização e reconhecimento do trabalho remunerado e disponibilização de infraestrutura e serviços públicos, por exemplo, até eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres e acesso universal à saúde sexual e reprodutiva.

Por essas razões que a Convenção de Belém do Pará (1994-2014), que completou 20 anos em 2014, buscou prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, se tornando referência até hoje. As quatro premissas iniciais dessa convenção servem de base para formulação e aplicação de legislações em países signatários, que, no caso do Brasil, tomou corpo com a formalização da Lei Maria da Penha. Tais premissas mencionadas entendem a violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos e uma manifestação das relações desiguais de poder que foram historicamente construídas entre os gêneros e ultrapassam todos os ambientes sociais. Dessa forma, entendem que a eliminação de tal violência é uma das condições para o desenvolvimento igualitário (BANDEIRA e ALMEIDA, 2015).

Encare-se, então, a violência contra a mulher como um limite importante ao desenvolvimento por restringir ou até impedir essa parte da população em participar ativamente dos espaços e decisões, restringindo sua capacidade de atuar. Essa situação é encontrada ainda mais aguda em meios familiares em que as mulheres e seus dependentes vivem em situação de pobreza, deixando a elas a responsabilidade doméstica e de sustento da família ao mesmo tempo que é sobre elas que recai a maior parte das condições de vulnerabilidade. Ou seja, a violência contra essas mulheres interfere no equilíbrio político de cada nação.

Dessa forma, a Convenção de Belém do Pará representou um avanço expressivo em defesa dos direitos humanos das mulheres na América Latina por entender a violência contra a mulher como qualquer conduta que lhe cause morte, dano ou sofrimento (tanto sexual, quanto físico e psicológico), nas esferas pública e privada. A Convenção, então, coloca-se como um instrumento social e jurídico internacional e amplia a definição de violência para além daquelas baseadas em visões conservadoras que tendem a limitar a violência física, a desconectando de qualquer estrutura social ou cultura, ou seja, desconsidera-se as interseccionais relações de poder presentes na sociedade (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015).

Assim sendo, a vigência da Lei Maria da Penha, segundo as autoras, deu força ao estabelecimento da transversalidade da problemática da violência contra as mulheres e sua eficácia tanto jurídica como social movimenta diversas dimensões e parcerias com o Poder Judiciário, ministérios e demais instâncias, permitindo a validação da existência de um sujeito coletivo a partir de seu sofrimento histórico que se coloca de diversas formas. Ou seja, a dimensão simbólica aberta pela Lei Maria da Penha regula e prescreve inovadoras práticas e experiências sociais, sempre se preocupando em considerar a complexidade da vida humana e de suas formas de sofrimento.

Entretanto, como bem observado por Novellino as políticas públicas nos países subdesenvolvidos vêm perdendo sua abrangência, se reduzindo cada vez mais a grupos específicos, tratando, então, a pobreza como um problema conjuntural e não estrutural – no mesmo sentido que as políticas neoliberais enxergam as políticas sociais hoje, não universais, mas direcionadas. Esse processo pode ser inclusive observado em movimentações recentes acerca da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (PM/PR), que instaurou os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM).

O último Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015) foi o passo institucional mais recente que ocorreu no Brasil nesse sentido, muito importante para a proteção das mulheres no Brasil e a busca por igualdade de gênero, que ocorreu durante o governo federal de Dilma Rousseff. No mandato da primeira mulher presidenta do Brasil, esse plano se colocou ainda mais relevante já que no governo Dilma a Secretaria de Políticas para Mulheres (responsável pelo PNPM) assumiu um maior protagonismo dada a posição tomada pela então presidenta.

O novo cenário político que se formava com esse plano, então, colocou em pauta, de forma mais forte e concreta, reivindicações históricas como o amplo enfrentamento à violência de gênero e a construção de creches, por exemplo. Em um contexto mais amplo, as políticas públicas para mulheres assumiram campos de atividades distintos, buscando sempre combater problemas consequentes de práticas historicamente assimétricas que dificultam ou inviabilizam a participação social e política igualitária e democrática entre homens e mulheres.

O PNPM reafirmava princípios norteadores como: autonomia das mulheres em todas as dimensões, igualdade afetiva entre os gêneros, respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação, caráter laico do Estado, universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado, participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas e transversalidade como princípio orientador dessas políticas. Colocou-se também nesse plano o paradigma da responsabilidade compartilhada, que institui que cabe a todos os órgãos dos três níveis federativos, e não só aos organismos de políticas para mulheres, promover a igualdade de gênero.

O Plano foi dividido em dez capítulos, nos quais são traçados os objetivos gerais e específicos nos seguintes temas: 1. Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, entendendo que é crucial a erradicação da pobreza e a participação das mulheres no desenvolvimento do país; 2. Educação de qualidade, se preocupando desde o acesso até a permanência principalmente dos grupos de baixa escolaridade; 3. Melhora da saúde das mulheres, assim como direitos sexuais e reprodutivos; 4. Enfrentamento de qualquer forma de violência contra a mulher, 5. Participação igualitária, plural e multirracional feminina nos espaços de decisão e poder; 6. Igualdade econômica e social no desenvolvimento sustentável a fim de democratizar o acesso a bens, equipamentos e serviços públicos; 7. Fortalecimento econômico e direito à vida de qualidade de mulheres no meio rural; 8. Ações culturais, esportivas, de comunicação e midiáticas, para construir uma cultura igualitária e não reprodutora de estereótipos de gênero; 9. Combate ao racismo, sexismo e lesbofobia, para combater o preconceito e discriminação; e 10. Igualdade para mulheres de todas as faixas etárias e com deficiência

para garantir o protagonismo das mesmas nas políticas públicas e seu acesso a equipamentos e serviços públicos. Além disso, coloca-se também a preocupação para gestão e monitoramento para implementar, acompanhar e monitorar o PNPM 2013-2015.

Entretanto, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (PM/PR), criada em 2003, após o PNPM, foi incorporada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), criado em outubro de 2015 e que uniu três secretarias e, por fim, em maio de 2016, esse Ministério foi extinto, atribuindo suas funções ao Ministério da Justiça.

Ou seja, ao longo do governo Temer, as políticas públicas para mulheres sofreram grandes cortes orçamentários; segundo Gonçalves e Abreu (2019), a redução foi de 61% no tocante da verba para o atendimento à mulher em situação de violência, enquanto que a assistência teve um corte de R\$ 42,9 milhões para R\$ 16,7 milhões e a diminuição das verbas de políticas de incentivo à autonomia das mulheres foi de 54%. Dessa forma, o Estado acaba por sobrecarregar ainda mais as mulheres. O próprio discurso do então presidente em 2017 no Dia Internacional da Mulher reforçou os estereótipos de gênero no tocante do papel da mulher no trabalho doméstico e nos cuidados dos filhos e da casa. Ou seja, o retrocesso em um curto período de tempo foi muito grande.

Marcos como o PNPM e a Lei Maria da Penha são cruciais para se garantir um patamar básico de igualdade, qualidade de vida e direitos das mulheres no Brasil. Porém, com o avanço do neoliberalismo, há uma diminuição da capacidade do Estado para promover serviços públicos (e direitos) como educação e saúde. Deixar que apenas as alternativas privadas a tais direitos se criem – já que a diminuição da atuação do Estado abriria espaço para atuação e desenvolvimento do Estado nesses seguimentos – mas deixa restrito o acesso aos mesmos à parcela da população que consegue pagar por tais serviços. Além disso, reforça a responsabilidade histórica da mulher garantir as condições cotidianas da vida e “produção de viver”, às custas da sobrecarga de trabalho em contextos economicamente mais difíceis (MORENO, 2017).

Para Moreno (2017), a pressão do “destino maternal” e do “familismo” não pode configurar uma contradição dentro das políticas sociais porque expressa o paradoxo na dependência feminina. A dependência que outras pessoas tem das mulheres reduz a possibilidade de autonomia econômica e o bom funcionamento dos programas sociais e da economia também dependeria da mulher. É preciso que a igualdade e autonomia esteja no cerne das políticas econômicas de forma explícita, dessa forma devem atuar também na questão do trabalho doméstico e do cuidado.

Além disso, é preciso lutar contra a imagem que se constrói do movimento feminista nas grandes mídias e no senso comum, inclusive reproduzidas por mulheres – seja divulgando o real objetivo do movimento, que é igualdade entre gêneros, ou mostrando que muitos dos espaços que as mulheres participam hoje foram conquista desse movimento e seu desenvolvimento ao longo do tempo. Desde os primórdios do feminismo, no movimento sufragista pelo voto feminino, eram feitas inúmeras campanhas deturpando a imagem do movimento e das mulheres que construíram e participavam deles, inclusive criando uma cisão e uma rivalidade entre as próprias mulheres – entre aquelas vistas como expoentes de uma suposta deturpação da família e dos costumes e aquelas que eram vistas como o modelo ideal de mulher, mas, na verdade, subjugadas às opressões que as feministas tentavam lutar contra.

Hoje essa mentalidade não é diferente, ainda que permaneça em outro contexto, pois é difundida por grandes meios de comunicação e anúncios de grandes empresas – reforçando a imagem de uma suposta mulher ideal, inclusive como “empresárias de si mesmas” – que ainda se mascaram com campanhas de “diversidade”, sem que busquem realmente uma mudança significativa nas relações de poder dentro e fora desses ambientes. Ou seja, as grandes empresas continuam a usar do espaço da mulher na sociedade como forma de obterem (ou manterem) seus lucros, a mudança estaria apenas na forma da exploração (MORENO, 2017).

Por esse motivo, Da Silva Mariucci e Almeida defendem que a implementação de políticas sociais efetivas respaldadas nessa realidade podem compor ações pontuais e emergenciais em busca de diminuir as excessivas desigualdades entre os grupos sociais no mercado de trabalho – sempre com uma perspectiva de gênero e raça. As consequências dessa maior valorização do trabalho de um grupo são muitas, e todas permeiam o poder e dominação que um exerce sobre o outro. Por esse motivo, as práticas sociais e, conseqüentemente, econômicas, têm que ser reformuladas pelos grupos oprimidos, mulheres, negros e qualquer um que não esteja incluso na ordem heterossexual branca, misógina e elitista. Nesse sentido, se coloca crucial às mulheres, principalmente mulheres negras, como sujeitos das políticas públicas de enfrentamento dessa forma de divisão do trabalho e social; por isso, políticas chamadas ativas.

A autora, então, coloca que em todo esse contexto é importante valorizar e dar ouvidos ao movimento feminista – especialmente considerando as interseccionalidades – por ser um movimento que traz as reivindicações feministas relacionadas ao corpo e ao trabalho das mulheres para enfrentar o modelo organizacional atual e ao avanço do conservadorismo neoliberal em diferentes esferas da

sociedade e que atingem e oprimem de formas – e em proporções – diferentes cada grupo de maior vulnerabilidade no Brasil. É preciso que se dê voz às mulheres para enfrentar e reformular as políticas vigentes da forma que for mais efetiva para lhes conceder liberdade de escolha, liberdade sobre seus corpos e acesso a direitos básicos e inclusão igualitária dentro do mercado de trabalho e aos produtos da reprodução da economia – construída inclusive numa base histórica de opressão contra mulheres e negros.

Considerações Finais

A hipótese do trabalho, como apresentada na introdução, é que, durante o período em que o Brasil foi governado por mandatos neoliberais, houve uma piora na situação das mulheres e dos domicílios chefiados por elas, não apenas na questão do rendimento, mas também em relação a estruturas que permitam qualidade de vida – como distribuição do tempo, igualdade de gêneros e combate à violência contra a mulher – e acesso a serviços básicos – tais quais educação, saúde, transporte e creches para seus filhos. Supõe-se também que governos com caráter mais desenvolvimentista, entretanto, não tenham avançado de forma significativa na questão da vulnerabilidade dos DCMs ou da situação da mulher brasileira, dado a restrição da ação dos Estados dos países periféricos para atuar de forma “desenvolvimentista”, em um contexto de globalização e “capitalismo neoliberal” (BOITO, 2013).

O governo de FHC iniciou em 1995 tendo como sua principal intenção a manutenção da estabilidade econômica com a consolidação do Plano Real, a reforma do Estado Brasileiro, a mudança da legislação do funcionalismo público e a introdução de programas de transferência de renda como o Bolsa Escola. Nesse sentido, mesmo que o fim do imposto inflacionário tenha melhorado em certo nível a renda da população mais pobre, se observou o desemprego aberto e o aumento da economia informal de forma explícita (dada a “flexibilização” da legislação trabalhista, o que permitiu na prática a precarização legal da contratação de trabalhadores).

Além disso, as reformas propostas pelo governo FHC, como as da Previdência, Econômica e Administrativa, tinham a intenção de aumentar o papel do mercado às custas do espaço de atuação do Estado. A taxa de juros foi mantida excessivamente alta também, junto com a abertura do capital financeiro internacional, o que levou a cabo setores inteiros da economia brasileira e, conseqüentemente, grande corte de cargos de trabalho. Em conclusão, o capital financeiro e internacional foi colocado abertamente em primeiro plano.

Dadas essas reformas, o setor público ficou cada vez mais enfraquecido no seu papel na geração de emprego no país. A criação de empregos ficou cada vez mais vinculada às formas de produção e reprodução de estratégias de sobrevivência, do que de postos de trabalho de qualidade associados ao novo paradigma tecnológico. Essa precarização do trabalho complica ainda mais a situação da classe trabalhadora, já que, no Brasil, o trabalho é desvalorizado desde o fim do regime escravocrata, apresentando em uma economia que potencializa condições favoráveis à produção e reprodução da desigualdade e exclusão.

Ou seja, essa precarização e desvalorização do trabalho atinge de forma ainda mais cruel quando se observa a situação de mulheres negras, sendo que é o grupo mais vulnerável tanto no quesito do trabalho, quanto no quesito do rendimento. Além disso, uma das poucas categorias de emprego que cresceu durante o governo FHC foram aquelas ligadas ao trabalho doméstico, limpeza e conservação, assim como segurança pública, setores chaves quando se considera que são ocupações vinculadas à renda da população mais rica. Ou seja, mostra-se a face perversa da exclusão social e aumento da vulnerabilidade de grupos como mulheres de baixa renda, por tenderem a estar empregadas majoritariamente em empregos relacionados ao trabalho doméstico – um dos mais precarizados e com menor proteção trabalhista na economia brasileira.

No caso do governo Lula, houve continuação e aprofundamento dos pilares do modelo capitalista neoliberal dependente, por não modificar aspectos da “herança liberal” como a abertura comercial, a desregulamentação financeira, as privatizações e o ajuste fiscal. Entretanto, políticas como o PAC reforçaram o papel do Estado na coordenação do investimento, privilegiando obras de infraestrutura e aumentando o investimento público, o que teve repercussões positivas no gasto social, mercado de trabalho, transferência de renda da Seguridade Social e programas de combate à pobreza extrema. Tudo isso contribuiu para a elevação da renda das famílias que impulsionou o mercado interno de consumo de massas, base do ciclo de crescimento.

A formalização do trabalho durante o governo Lula mostrou uma melhora sistemática na situação do trabalho no país ao implantar políticas de proteção e aumento do valor real do salário mínimo – o rendimento médio mensal no trabalho principal cresceu a partir de 2002 tanto para os trabalhadores de carteira assinada, quanto para os sem carteira assinada, sendo que a diferença entre os dois rendimentos em favor do primeiro grupo também cresceu a partir de 2002. Houve melhora também na situação das trabalhadoras domésticas, cuja proporção aumentou significativamente na faixa de população “não pobre”, e diminuiu nas faixas mais baixa (pobre e extremamente pobre) a partir de 2002; a renda dessas trabalhadoras domésticas também aumentou a partir de 2008. Ademais, a chamada “massa marginal” organizada em “movimentos de urgência”, como os de moradia, de desempregados e de luta pela terra, tiveram vitórias, além da criação do Bolsa Família. Por fim, foi no governo Lula, em 2003, que se criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

No caso do governo Dilma, foi herdado contradições e problemas estruturais do modelo de crescimento dos governos Lula, que tiveram implicações evidenciadas pelos efeitos retardados da crise internacional. Portanto, instaurou-se uma política industrialista no primeiro mandato, mas, no segundo,

observou-se uma contração da demanda doméstica para o ajuste de preços estratégicos, característicos de políticas de austeridade.

Porém, apesar da crise política e o fracasso das medidas ortodoxas adotadas no governo Dilma, ocorreu relativo progresso nas condições de vida da população brasileira. Houve aumento do gasto social, programas de transferência de renda e a criação de grande número de novos empregos formais em conjunto com a política de valorização do salário mínimo – principal mecanismo de redistribuição de renda no mercado de trabalho – assim como políticas públicas com certa prosperidade e redução das desigualdades sociais mais latentes.

Assim, o período, no geral, representou uma melhoria nos indicadores sociais e o crescimento do PIB *per capita* foi essencial para a distribuição de renda. Entretanto, uma série de problemas crônicos da sociedade brasileira não foi enfrentado, em parte pelos condicionantes gerais da economia e política brasileira que limitaram o caráter reformista dos governos do PT. Ou seja, foi um modelo que buscava mudanças graduais.

Ademais, a melhora na distribuição de renda e o rendimento mensal do trabalho ocorreu durante o período analisado, principalmente nos governos do PT. Porém, ainda há diferença dessa melhora entre homens e mulheres, principalmente quando fazemos o recorte de raça ao comparar homens brancos e mulheres negras, por exemplo. Ou seja, fica claro que, em um movimento geral de relativa melhora na distribuição de renda no período, o crescimento da renda *per capita* de domicílios chefiados por mulheres é menor, mostrando uma melhor condição dos domicílios chefiados por homens quanto a recursos financeiros.

Em conclusão, o governo Lula parece ter sido o que mais obteve resultados na questão da distribuição de renda (considerando que os efeitos de políticas se dão ao longo do tempo e não imediatamente) – a partir de 2004 a distribuição percentual das famílias em faixas de renda *per capita* até 1SM diminuiu de forma significativa após um período de estabilidade, enquanto que a faixa entre 1 e 3SM aumentou no mesmo período; a partir de 2014, entretanto, se reverte tal movimento nos dois casos. Porém, aparentemente, quanto maior a melhora nessa distribuição, maior fica a diferença entre as famílias chefiadas por homens e mulheres, em favor dos primeiros – o primeiro grupo mostra uma melhor condição quanto a recursos financeiros.

Toda a análise das políticas apresentadas por cada governo e dos efeitos dos mesmos na situação da mulher chefe de família embasa a discussão apresentada acerca das políticas sociais e dos efeitos do neoliberalismo na situação dos domicílios.

A austeridade e os princípios definidos pelo neoliberalismo vão na contramão da Constituição de 1988, colocando a flexibilização no lugar dos direitos trabalhistas, as privatizações no lugar da prestação estatal direta de serviços sociais e a focalização no lugar a universalização. E esse tipo de política se baseia em falácias disseminadas pela população de uma tendência explosiva do “déficit”, por exemplo, da previdência social ou da pouca efetividade de políticas sociais universais por favorecerem os “ricos” ao invés dos que realmente precisam. Medidas como o ajuste fiscal, a reforma da previdência, a desvinculação da seguridade social e do salário mínimo significariam basicamente legalizar novamente a desigualdade e a injustiça social presente, por exemplo, na ditadura.

A seguridade tem papel importante na redução da pobreza e o aumento do salário mínimo tem efeitos dinâmicos importantes na economia dado o maior consumo das famílias, que ativaria a economia e levaria a uma elevação das receitas e dos impostos. É preciso escolher entre usar os recursos públicos brasileiros para pagar juros ao sistema financeiro nacional e internacional e manter a monstruosa desigualdade de renda interna, ou corrigir a secular concentração de renda existente. Inclusive, os principais condicionantes estruturais dos desequilíbrios financeiros da previdência são a desorganização do mercado de trabalho e a estagnação econômica, ambas implícitas no modelo de estabilização econômica.

O gasto social ser considerado “elevado”, pela contrarreforma, e ineficiente por ser apropriado pelos “ricos” continua a negar direitos constitucionais ao reduzir a questão social a grupos considerados os “mais pobres dentro dos pobres”. A despesa corrente é necessária para manutenção de serviços e direitos básicos da vida da população, principalmente em um país como o Brasil, que carrega as estruturas de um país colonial escravocrata com profundas desigualdades sociais e grande parte da população em situação de pobreza e vulnerabilidade.

A redução dos gastos correntes significaria retroceder a implantação de direitos constitucionais que se iniciou desde 1988. A elevação do salário mínimo, a formalização do mercado de trabalho e o gasto social mostram historicamente resultados importantes no crescimento econômico. A própria política previdenciária é um instrumento em favor de menor desigualdade da distribuição de renda no país. A disseminação das falácias que buscam uma “contração fiscal expansionista” na verdade busca defender uma ideologia elitista que busca a manutenção da estrutura econômica e social, cujo ônus

recai sobre a classe trabalhadora, a população de baixa renda e, principalmente, mulheres e negros. Em resumo, os pressupostos de grande parte dos modelos neoliberais e neoclássicos continuam incapazes de analisar verdadeiramente a realidade.

Políticas como programas de privatização e flexibilização afetam a classe trabalhadora como um todo e de forma especial as mulheres e os domicílios chefiados por elas dada sua maior vulnerabilidade, que foi mostrada na introdução desta pesquisa. O corte de emprego público também afeta as mulheres de forma importante já que o Estado é historicamente grande empregador da mão de obra feminina, além das mulheres sofrerem de forma particular com a perda de serviços públicos, como saúde, educação e segurança social, dada a carga maior de trabalho doméstico que recaem sobre elas e a dupla jornada – já que mulheres tem uma jornada média total de trabalho 8 horas maior que as dos homens, em média. Nesse sentido, entende-se que as políticas públicas e sociais devem ser discutidas considerando tanto o combate à pobreza quanto a luta por igualdade de gênero.

Na questão dos serviços públicos, o Brasil é um dos poucos países da periferia, com tamanha população, que possui sistema universal de saúde e de educação básica. É preciso ampliar esses serviços, o que requer combinação de recursos e mecanismos de gestão e controle social como parte integrante da estratégia do país. O acesso aos serviços públicos básicos, como água e saneamento, também é importante na questão da desigualdade.

As políticas públicas e os programas sociais são entendidos como essenciais para que a situação histórica de pobreza e vulnerabilidade da mulher chefe de família seja revertida ou ao menos amenizada. Políticas cada vez mais urgentes já que a diferença da renda *per capita* entre chefes de família homens e mulheres tem aumentado com o tempo, em favor dos primeiros, e a diferença entre homens brancos e mulheres negras é ainda mais gritante (cerca de 70 pontos percentuais de diferença no melhor resultado do período).

Serviços universais públicos e de qualidade são necessários para garantir direitos à parte da população que não teriam condições de arcar com seus custos, principalmente no caso das mulheres pobres chefes de família que já tem que carregar todo o peso do trabalho doméstico, dos cuidados dos filhos e da educação dos mesmos. O acesso a serviços públicos básicos, como água, saneamento, energia, educação, saúde, moradia e bens de consumo duráveis básicos também são importantíssimos na questão da desigualdade, e políticas fiscais que reduzem a abrangência dos mesmos é possível se medir os efeitos negativos sobre a parcela mais pobre da população. Ainda há um longo caminho a se

seguir no processo de inclusão e redução de parte importante das desigualdades nos campos, no interior e nas periferias do país.

Mais ainda, essa necessidade de acesso ficou muito clara na atual crise da pandemia do Covid-19 e ainda deu destaque ao papel tão necessário e importante do SUS, principalmente no âmbito de saneamento urbano e saúde pública. Nesses momentos, se exacerbam ainda mais a preocupante falta de estrutura básica de serviços de educação e de saúde pública universais, assim como exacerba a grande problemática de termos tamanha desigualdade de renda e de um mercado de trabalho informal tão grande. Nesses momentos de crise, ainda mais uma crise de saúde pública, se coloca imprescindível políticas de assistência emergencial para essa parte da população que é tão representativa e do aumento dos investimentos tanto em saúde, quanto educação (tanto básica quanto superior) e combate à desigualdade de renda.

Como dito, a política fiscal tem um papel central na redução da desigualdade social, tanto na questão da arrecadação quanto dos gastos público, ainda mais as transferências de renda e oferta de serviços públicos gratuitos. Inclusive, a experiência internacional mostra que a austeridade agrava os problemas que busca resolver, causando um “ciclo vicioso da austeridade” – gasto público causa queda do crescimento que provoca novas quedas na arrecadação e exigem novos cortes.

Esse ciclo vicioso só seria interrompido se o aumento das exportações fosse suficiente para compensar a retração acumulada da demanda interna, pública e privada. Porém, essa situação é pouco provável com a lenta recuperação da demanda, maior competição pelos mercados e o crescimento do comércio exterior menor do que o PIB mundial já deprimido. E essa possibilidade é ainda mais irreal agora que a economia mundial está passando por uma retração econômica gigantesca devido a pandemia do Covid-19. E não é difícil de se enxergar esse processo acontecendo, principalmente hoje com a exacerbação da desigualdade social e da pobreza, em tempos de pandemia. É possível acompanhar nos noticiários, por exemplo, o aumento da violência doméstica em cenário de quarentena, ou como a pandemia está atingindo de forma ainda mais perversa a população negra no país.

Nesse sentido, ações como o PNPM ou a Lei Maria da Penha são essenciais no estabelecimento de um patamar mínimo de direito da vida das mulheres, mães e chefes de família pobres nesse país. É por meio de comprometimentos como esse que se cria precedentes para a luta do direito das mulheres em todos os âmbitos e ambientes, inclusive juridicamente. Ações como essas devem ser ampliadas, devem estar em contínua atualização perante as novas discussões acerca do tema e, conseqüentemente, contínua evolução. É preciso também que medidas como essa sejam amplamente divulgadas para que

se tome conhecimento, pouco a pouco, que o Estado está caminhando para o comprometimento com a igualdade de gênero e com a luta contra a violência.

Entretanto, políticas focalizadas são bem vindas também, assim como a iniciativa privada. O que não se pode deixar acontecer é restringir todo um movimento apenas nesses tipos de ação. O problema da violência contra a mulher e da desigualdade de gênero, assim como a desigualdade racial, é um problema que alcança todas as esferas da sociedade e é assim que deve ser entendido e combatido.

A política social deve propor uma mudança radical e profunda no quadro da vulnerabilidade das mulheres chefe de famílias e não deve ficar restrita ao governo, mas este deve ser catalisador das forças. A flexibilização do trabalho, problemática importante do governo FHC, fez com que a população mais pobre sofresse os efeitos mais profundos e perversos do desemprego e dos ajustes estruturais no processo produtivo. O passo mais importante é acabar com a exclusão social, que só é possível com o crescimento econômico, com aumento da produção e do emprego, com esforços para a democratização e melhoria da educação.

Enfrentar políticas neoliberais é lutar contra a reprodução continuada da pobreza e da desigualdade social, é entender que o Brasil carrega uma dívida com sua própria população em reverter a situação de pobreza que foi imposta a grande parte dos brasileiros por séculos. Sem políticas de gasto social, de serviços públicos e de redistribuição de renda não se supera a pobreza. Não será o mercado, não será o neoliberalismo, com suas políticas focalizadas e restritas, que irão reverter essa situação, é preciso de uma força direcionada, suficientemente abrangente, que faça com que as instituições, a representatividade e os recursos dentro do país estejam comprometidos com um fim comum de luta pela igualdade social e econômica.

O avanço do neoliberalismo pode fazer que a iniciativa privada apresente enunciados aparentemente progressistas, frisando a importância do empoderamento e da diversidade em seus discursos, mas na realidade continua a reproduzir os mesmos ambientes e relações econômicas que reforçam o neoliberalismo conservador e a desigualdade de gênero e raça. Por isso, a divisão do trabalho é um dos fatores principais para a manutenção da relação social entre os gêneros, as classes e as cores.

É importante ressaltar sempre que, historicamente, a mulher no Brasil é vista como objeto sexual ou de exploração do trabalho do homem colonizador e proprietário, em papel de sujeição ao homem. E o modelo de exploração, inclusive das mulheres e da população negra, tanto no âmbito do mercado

de trabalho quanto no âmbito doméstico não mudou na sua essência. Mulheres e negros recebem menos – mais de 500 reais em média de diferença do rendimento médio mensal no período entre homens e mulheres e o dobro, entre homens brancos e mulheres negras –, e ocupam cargos de menor reconhecimento, além das mulheres terem uma proporção de trabalhadores domésticos maior do que a dos homens – diferença de mais de 10 pontos percentuais. Apesar dos avanços em conquista de espaços historicamente masculinos, ainda há muito que se conquistar, principalmente considerando os grupos mais vulneráveis dentro da população feminina, que interseccionam opressões por serem mulheres, negras, pobres ou mães solteiras.

Assim, políticas de ação afirmativas são essenciais para aumentar a representatividade de mulheres (e negros) em posições melhor remuneradas e de poder, fazendo assim com que se coloque mais facilmente pautas aos espaços de decisão.

Sistemas de opressões para além do machismo também devem ser encarados como limitantes de uma mesma estrutura. A violência contra a população negra e periférica, por exemplo, limita o desenvolvimento e à luta contra a pobreza, já que o encarceramento em massa de jovens negros, assim como o alto índice de assassinato dos mesmos, destroem famílias e desestabilizam qualquer estrutura – familiar e social – que esses homens uma vez fizeram parte, inclusive pelo desamparo às famílias e filhos desses homens.

É importantíssimo, novamente, colocar no debate a luta interseccional das mulheres, a fim de entender e valorizar a luta contra opressão que cada grupo social dentro do feminismo nos traz. Cada grupo dentro da população feminina se encontra num lugar social diferente e sofre opressões diferentes, por isso é importante também dar voz, por exemplo, a mulheres negras e mulheres da periferia. Todas essas lutas são essenciais para o enfrentamento de políticas neoliberais, caso contrário, o combate às estruturas machistas fica restrito aos grupos mais privilegiados entre as mulheres, brancas e de classe alta e apenas no mercado de trabalho mais “moderno” e especializado.

Nesse sentido, o processo de dominação do capital sobre o trabalho vai atender os interesses do mercado e dos empresários, diminuindo ao máximo a remuneração dos trabalhadores, o que atinge principalmente os grupos oprimidos, dadas as relações de poder da sociedade. O neoliberalismo impulsiona ideias de um individualismo narcisista, empreendedor e competitivo entre os trabalhadores, entre as mulheres. Isso reforça os estereótipos sobre a mulher, colocando-a como mais interessada na família, menos produtiva, menos assertiva ou inovadora, e reforçam a competição e rivalidade

feminina. Ou ainda, vendem uma ideia da mulher como “empresária de si mesma”, como se o sucesso econômico dependesse apenas da meritocracia.

Ideias como essas dificultam a colocação de mulheres em posições de poder, principalmente em cargos públicos, e como dito apenas com representantes dos grupos oprimidos nos espaços de decisão que a problemática acerca da desigualdade será colocada em pauta da forma devida. E essa representação necessita ser uma representação real que reproduza a realidade da população brasileira, ou seja, de maioria feminina, de maioria negra; caso contrário, não se encontra forças de coalisão para trazer mudanças significativas, tendo que fazer concessões para conseguir avanços ínfimos. E estamos longe de ver isso no Brasil hoje, tanto na esfera pública quanto na privada.

Ademais, em tempos de desemprego exacerbado e crise econômica, os trabalhadores, principalmente de grupos oprimidos, precisam se sujeitar a salários injustos e situações de trabalho precárias para conseguir se inserir no mercado de trabalho e garantir condições mínimas de sobrevivência.

Um contraponto observado na crise econômica de 2020, proveniente da crise de saúde pública, que pode ser visto como um avanço importante, porém, são as duas cotas (R\$1.200 ao invés de apenas R\$ 600) do auxílio emergencial aprovado pela Câmara dos Deputados para, preferencialmente, mães solteiras chefes de família – entendendo-se, então, esse grupo como uma parcela mais vulnerável da população. Não podemos desconsiderar conquistas como essa, já que são frutos de políticas e lutas mais antigas como o III PNPM e a Lei Maria da Penha que permeiam até hoje, mesmo em um contexto de crise econômica e retrocessos nos últimos anos.

Entretanto, é difícil ter pensamentos mais otimistas em relação ao atual governo (período não abordado por estar fora do recorte temporal proposto), iniciado em 2019, que desde o começo da campanha informal mostrou seu pensamento retrógrado, conservador e ultra neoliberal – colocando também a mulher em níveis de maior sujeição em comentários explicitamente machistas e racistas. A eleição desse governo veio como um dos resultados mais importantes dos efeitos da crise política durante o governo Dilma e apresenta uma agenda ainda mais ortodoxa do que a do Governo Temer. Não podemos deixar apagar e destruir avanços importantes na concepção de políticas públicas que têm seus efeitos em ações governamentais como o auxílio emergencial, mas é preciso ter em mente que a luta é contínua. Como diria Simone de Beauvoir, "basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados".

Por essas razões que é importante entender as posições sociais como uma estrutura social mais complexa, considerando além concentração de renda e pobreza, fatores como desigualdade e mobilidade social, gênero, raça, região e faixa etária. Para um país do tamanho do Brasil, precisa-se ter documentos norteadores como o PNPM para garantir os direitos básicos de grupos vulneráveis da população, mas encarar cada particularidade de cada região ou grupo para que se possa entender as estruturas que os permeiam e assim poder fazer um estudo sobre as políticas públicas e sociais que melhor amenizariam as situações de pobreza. As políticas públicas definem as necessidades básicas das populações a serem atendidas por serem afirmações de princípios às ações governamentais.

Nesse sentido, as políticas públicas para mulheres pobres devem ser uma síntese de políticas públicas de combate à pobreza e políticas de gênero, que envolvam não só acesso a renda, mas outras medidas de qualidade de vida como acesso a serviços básicos, luta contra violência e comprometimento ao combate das desigualdades de gênero.

É preciso aumentar a participação das mulheres, principalmente mulheres negras e mulheres pobres, na escolha social e na tomada de decisões públicas para que o progresso das oportunidades desses grupos seja impelido. É preciso entender toda as condições sociais e econômicas do Brasil como parte de uma estrutura que vêm sendo construída e reproduzida desde os primórdios do Brasil colônia e enxergar as diferentes formas de vulnerabilidade e violência como sintomas de uma cultura e ideologia que suprime os direitos das mulheres. É preciso colocar as mulheres como sujeitos das políticas públicas de enfrentamento da pobreza, da divisão do trabalho e da desigualdade social.

Ou seja, para o confronto e reformulação das políticas neoliberais vigentes, que tanto afetam as chefes de famílias pobres, é preciso que se dê voz a essas mulheres, para que assim seja feito de forma efetiva: lhes concedendo possibilidade de escolha, empoderamento sobre seus corpos, acesso à direitos básicos, inclusão igualitária e oportunidades. Só os que foram privados de condições básicas de vida e dignidade conhecem a verdadeira gravidade de tal desumanidade e o privilégio daqueles que as têm; sabem que direitos básicos não são dados, mesmo que estejam previstos em leis, mas devem ser reivindicados e ampliados para grande parte da população. O que alguns nunca nem pensam a respeito, é motivo de preocupação diária para muitos. Se tivermos apenas pessoas que acumulam privilégios dirigindo o país, as prioridades estarão no lugar errado. Como disse Carolina Maria de Jesus: “o Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome”.

Referências Bibliográficas

- ALESINA, Alberto; ARDAGNA, Silvia. Large changes in fiscal policy: taxes versus spending. **Tax policy and the economy**, v. 24, n. 1, p. 35-68, 2010.
- ANGELIN, Rosângela; DA SILVA SENNA, Tassiara. A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES BRASILEIRAS, 2012.
- ANTUNES, Davi José Nardy. Gasto social e desigualdade social. **Mercado de Trabalho, Relações Sindicais, Pobreza e Ajuste Fiscal. São Paulo: LTR**, 2007.
- BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 501-517, 2015.
- BENERÍA, Lourdes. Crisis de los cuidados, migración internacional y políticas públicas. **El trabajo de cuidados**. Historia, teoría y políticas, p. 359-389, 2011. PNPM JR, Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica marxista**, v. 17, p. 10-36, 2003.
- BOITO JR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, 2013.
- BRASIL. PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (PNPM). **II Plano nacional de políticas para as mulheres (2013-2015)**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2015.
- CALIXTRE, André; FAGNANI, Eduardo. A política social e os limites do experimento desenvolvimentista (2003-2014). **Campinas: Unicamp**, 2017.
- CASTRO, Mary Garcia. Feminização da pobreza em cenário neoliberal. **Mulher e trabalho**, v. 1, 2001.
- DA SILVA MARIUCCI, Elza Marques; ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. Mulher e trabalho: um debate necessário no contexto das políticas neoliberais. 2010.
- DE ANDRADE BALTAR, Paulo Eduardo et al. **Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira**. Global Labour University Working Paper, 2010.
- DE MORAES, Taís Dias; DE CONTI, Bruno Martarello; SANTOS, Taciana. Chefia feminina de domicílio como indicador de feminização da pobreza no Brasil (1995-2015). **Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP**, n. 26, 2018.
- DE OLIVEIRA NEGRÃO, João José. O governo FHC e o neoliberalismo. **Lutas sociais**, n. 1, p. 103-112, 2004.

- DEDECCA, Cláudio Salvadori; BALLINI, Rosângela; GORI MAIA, Alexandre. Rendimentos Previdenciários e Distribuição de Renda. FAGNANI, Eduardo; POCHMANN, Marcio (Ed.). **Mercado de trabalho, relações sindicais, pobreza e ajuste fiscal**. LTr, p. 49-64, 2007.
- DOS SANTOS, Anselmo Luís; GARRIDO, Fabiano. Impactos do Aumento do Salário Mínimo sobre a Pobreza no Brasil. FAGNANI, Eduardo; POCHMANN, Marcio (Ed.). **Mercado de trabalho, relações sindicais, pobreza e ajuste fiscal**. LTr, p. 159-171, 2007.
- DWECK, Esther et al. Impacto da austeridade sobre o crescimento e a desigualdade no Brasil. 2018.
- FAGNANI, Eduardo. Déficit Nominal Zero: A Proteção Social na Marca do Pênalti. FAGNANI, Eduardo; POCHMANN, Marcio (Ed.). **Mercado de trabalho, relações sindicais, pobreza e ajuste fiscal**. LTr, p. 49-64, 2007.
- _____. Salário Mínimo e Seguridade Social: A Vinculação Necessária. FAGNANI, Eduardo; POCHMANN, Marcio (Ed.). **Mercado de trabalho, relações sindicais, pobreza e ajuste fiscal**. LTr, p. 28-34, 2007.
- FURNO, Juliane da Costa et al. A longa abolição no Brasil: transformações recentes no trabalho doméstico. 2016.
- GARFINKEL, Irwin; MCLANAHAN, Sara S. Single mothers and their children: a new American dilemma. **CAHIERS QUEBECOIS DE DEMOGRAPHIE**, v. 23, n. 2, p. 179-206, 1986.
- GIMENEZ, Denis Maracci. As agências multilaterais e o gasto social. **CESIT. Carta Social e do Trabalho. Campinas**, v. 2, 2005.
- GONÇALVES, Renata; ABREU, Suellen. DO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES AO "MACHISTÉRIO" DE TEMER. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 2, p. 753-771, 2019.
- INFANTE, B., MUSSI, C., ODDO, M., & CEPAL, N. **Por um desenvolvimento inclusivo: o caso do Brasil**. 2015.
- LAVINAS, Lena. As Mulheres no Universo da Pobreza o caso brasileiro. **Estudos Feministas**, v. 4, n. 2, p. 464, 1996.
- LEONE, Eugenia Troncoso; BALTAR, Paulo. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 2, p. 233-249, 2008.
- LEONE, Eugenia Troncoso; MAIA, Alexandre Gori; BALTAR, Paulo Eduardo. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 59-77, 2010.
- LEONE, Eugenia Troncoso. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal**. ILO, 2010.

- MAIA, Alexandre Gori. **Estrutura de classes e desigualdades no Brasil**. LTr, 2009.
- MARQUES, Teresa Cristina Novaes. A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 29, n. 59, p. 667-686, 2016.
- MELLO, Guilherme; ROSSI, Pedro. Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma. **Textos para discussão IE-UNICAMP**, n. 309, 2017.
- MORENO, Renata Faleiros C. Ameaças do avanço neoliberal e conservador sobre a vida das mulheres. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2017.
- MOSER, Caroline ON. Gender planning in the Third World: meeting practical and strategic gender needs. **World development**, v. 17, n. 11, p. 1799-1825, 1989.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.
- NOVELLINO, Maria Salet Ferreira et al. **Chefia feminina de domicílio como indicador de feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres pobres**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- _____. Feminização da pobreza no Rio de Janeiro, Brasil (1992-1999). **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto**. Anais, p. 21-27, 2002.
- NOVELLINO, Maria Salet Ferreira; BELCHIOR, João Raposo. Feminização e transmissão intergeracional da pobreza no Brasil. **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, v. 16, 2008.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Ajuste fiscal e política social. **CESIT. Carta Social e do Trabalho**, 2005.
- OLIVEIRA, Ribamar. Emprego. LAMOUNIER, Bolivar e Rubens FIGUEIREDO. **A era FHC: Um balanço**. São Paulo: Cultura Associados, 2002.
- ONU – Organização das Nações Unidas. **Improving concepts and methods for statistics and indicators on the situation of women**. New York, 1984.
- _____. Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>>
- ONU – Organização das Nações Unidas. Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. 2016. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>>.
- PEARCE, Diana. The Feminization of Poverty: Women. **Work and Welfare, The Urban and Social Change Review (Special Issue on Women and Work)**, v. 11, p. 28-36, 1978.
- PINHEIRO, Luana et al. **Retrato das Desigualdades**, 2011.
- PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. **Vozes do Bolsa Família: 2a edição**. SciELO-Editora UNESP, 2014.

POCHMANN, Marcio; BORGES, Altamiro. Era FHC. **A regressão do trabalho. São Paulo/SP: Anita Garibaldi: CES**, v. 1, 2002.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (BR). Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: 2013-2015. 2013.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

SCHOLZ, Cley. Assistência social. **A Era FHC**. Sao Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2018.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. Aggregate demand and the slowdown of Brazilian economic growth in 2011-2014. **Nova Economia**, v. 25, n. spe, p. 803-833, 2015.

VALENTE, Jane. Entrevista concedida à pesquisadora. Campinas, 5 jul. 2018.